



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Francinete da Conceição Amorim do Carmo

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: atuação e formação no campo do Serviço Social no Brasil

Rio de Janeiro

2022

Francinete da Conceição Amorim do Carmo

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: atuação e formação no campo do Serviço Social no Brasil

Dissertação de mestrado apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Dra. Carla Macedo Martins

Rio de Janeiro

2022

**Catálogo na Fonte**

**Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**

**Biblioteca Emília Bustamante**

**Marluce Antelo CRB-7 5234**

**Renata Azeredo CRB-7 5207**

C287g Carmo, Francinete da Conceição Amorim do  
Gênero, raça e classe: atuação e formação no  
campo do Serviço Social no Brasil / Francinete da  
Conceição Amorim do Carmo. - Rio de Janeiro,  
2022.

144 f.

Orientador: Carla Macedo Martins

Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo  
Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim  
Venâncio, Programa de Pós-graduação em Educação  
Profissional em Saúde, 2022.

1. Formação Profissionalizante. 2. Serviço  
Social. 3. Assistentes Sociais. 4. Classe Social.  
I. Martins, Carla Macedo. II. Título.

CDD 370.113

Francinete da Conceição Amorim do Carmo

GÊNERO, RAÇA E CLASSE: atuação e formação no campo do Serviço Social no Brasil

Dissertação de mestrado apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional em Saúde.

Aprovada em 31/03/2022

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Carla Macedo Martins – FIOCRUZ/EPJSV - Orientadora

---

Profª Drª Ana Lucia de Almeida Soutto Mayor - FIOCRUZ/EPJSV - Titular

---

Profª Drª Jussara Francisca de Assis dos Santos – UFF - Titular

## AGRADECIMENTOS

A Deus. Neste tempo percorrendo a trajetória de novos conhecimentos, muitos momentos difíceis como adoecimento e perdas foram vividos, mas em todos eles, Deus se fez presente e me ajudou. Ao concluir este percurso, sinto que foi Ele e suas muitas formas de agir que permitiram isso acontecer.

À minha orientadora, Dra. Carla Macedo Martins, por compartilhar comigo essa caminhada, ensinar, acolher e permitir a vivência acadêmica da construção de novos olhares para a sociedade que vivemos. Obrigada pelo seu tempo, dedicação, paciência e sabedoria e por termos juntas chegado ao fim dessa estrada. Como eu sempre lhe digo: gratidão.

À Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional em Saúde, aos membros do Colegiado e aos professores da Instituição, meu agradecimento pelo apoio e aprendizados.

Ao meu marido Elson pelo seu carinho, amor e dedicação. Em muitos momentos, achei que não ia conseguir, mas você foi apoio, companheiro e amigo. Eu amo você.

Aos meus filhos Yuri e Enzo por compreenderem o meu distanciamento e serem meus apoiadores. Suas atitudes de amor, foram muito importantes para mim. Eu amo vocês.

Aos meus pais Francisco e Ilma, *in memoriam*, por terem compartilhado valores que fazem parte de quem eu sou. A história de suas vidas, levo em mim. Saudades.

À turma 2019, composta de pessoas muito especiais, que fizeram valer o lema “ninguém solta a mão de ninguém”, corações e mãos conectados. Obrigada pelo apoio.

À Aline Chaves, amiga sempre presente na minha vida, levo você no meu coração.

À Priscila Nascimento, amiga querida que torce por mim, obrigada pelo seu carinho.

Às amigas e familiares, por terem entendido as minhas ausências, vocês são especiais.

À Jocelene, minha ex professora, agora, amiga. Nossas conversas ajudaram a responder minhas inquietações e a compreender o lugar que ocupo quanto a ser uma mulher não branca.

Decerto não foram citados todos os nomes que fazem parte desta história, mas eu sei que sozinha não conseguiria chegar ao fim deste itinerário de conhecimento. Acredito que Deus usa pessoas especiais para nos abençoar e vocês foram essas pessoas. Grata a cada um(a).

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a produção acadêmica sobre a interseção entre as categorias raça, gênero e classes sociais em periódicos científicos do campo do Serviço Social no Brasil. A dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro, discutimos a área de Serviço Social no Brasil com vistas a, em linhas gerais, pontuar o contexto histórico da formação e da atuação da assistente social no Brasil, na sua relação com a questão do Estado no capitalismo. No segundo, apresentamos a abordagem acerca da relação gênero, raça e classe, no qual estes elementos são apresentados conceitualmente como estruturantes e determinantes da forma de organização social. Por fim, o terceiro capítulo analisa a relação raça, gênero e classe na área de Serviço Social e a literatura produzida no campo da formação e atuação da assistente social no Brasil sobre esta relação a luz da perspectiva crítica do estudo dos artigos científicos, fundamentado nas bases teóricas do Serviço Social. A pesquisa nos indica, como conclusão, que dos quinhentos e quarenta e sete artigos devolvidos durante a busca nas plataformas de publicações científicas, apenas vinte e um artigos atenderam as categorias de análise elencadas nesta pesquisa. Em última instância, considerando as fragilidades e contradições da atuação e formação das assistentes sociais, a dissertação almeja contribuir para pautar a potência destas três categorias chaves para a leitura das expressões da denominada “questão social” no Brasil.

Palavras-chave: formação da assistente social; Serviço Social; raça, classe e gênero

## **ABSTRACT**

The research aims to analyze the academic production on the intersection between the categories race, gender and social classes in scientific journals in the field of Social Work in Brazil. The dissertation is organized into three chapters. In the first one, we discuss the area of Social Work in Brazil with a view to, in general terms, punctuating the historical context of the formation and performance of the social worker in Brazil, in its relationship with the question of the State in capitalism. In the second, we present the approach to the relationship between gender, race and class, in which these elements are conceptually presented as structuring and determining the form of social organization. Finally, the third chapter analyzes the relationship between race, gender and class in the area of Social Work and the literature produced in the field of training and performance of social workers in Brazil on this relationship in the light of the critical perspective of the study of scientific articles, based on the theoretical bases of Social Work. The research shows us, as a conclusion, that of the five hundred and forty-seven articles returned during the search on scientific publications platforms, only twenty-one articles met the analysis categories listed in this research. Ultimately, considering the weaknesses and contradictions of the performance and training of social workers, the dissertation aims to contribute to guide the power of these three key categories for reading the expressions of the so-called “social issue” in Brazil.

Keywords: training of the social worker; Social service; race, class and gender

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Número de produções por base de dados.....	80
--	----



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Grupos de Palavras.....	76
<b>Quadro 2</b> –Levantamento Qualitativo final.....	80
<b>Quadro 3</b> - Utilização dos termos atuação e formação nos textos analisados.....	87
<b>Quadro 4</b> - Utilização do termo interseccionalidade nos textos analisados.....	120
<b>Quadro 5</b> - Fundamentalidade da classe nos textos analisados.....	125

## LISTA DE SIGLAS

ABRASCÃO	Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
APUD	Citado por
BH	Belo Horizonte
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

*À minha mãe (in memoriam), que levava a dor de ser mulher e a expressava  
com o desejo que todos os seus filhos fossem homens, pois, como ela dizia:*

*“as mulheres sofrem muito”!*

*Ela não conhecia o caminho da luta por direitos. Seus pés  
percorriam outros caminhos de intensas batalhas,  
dentre elas, o da sua sobrevivência e a dos filhos.  
Como muitas outras mulheres, ela sofreu as opressões  
de ser mulher, não branca, da classe trabalhadora.*

## SUMÁRIO

.INTRODUÇÃO.....	13
1. A ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	23
1.1 ESTADO, CAPITAL E SERVIÇO SOCIAL.....	23
1.2 BREVE HISTÓRICO DO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL .....	28
1.3 DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL .....	36
2. A RELAÇÃO GÊNERO, RAÇA E CLASSE .....	54
2.1 FEMINISMO NEGRO .....	55
2.2 RACISMO ESTRUTURAL .....	61
2.3 GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL .....	65
2.4 CONCEITUAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE.....	68
3. ANÁLISE DA LITERATURA ACADÊMICA SOBRE A RELAÇÃO RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL .....	74
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS .....	74
3.2. ANÁLISE DOS ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE A RELAÇÃO RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO SERVIÇO SOCIAL .....	86
3.2.1 A atuação e formação dos profissionais de Serviço Social.....	87
3.2.1.1. <i>Materializações da questão social no trabalho de Serviço Social</i> .....	91
3.2.2 <i>Princípios de atuação e formação da assistente social</i> .....	107
3.2.3 Tratamento conceitual da relação classe, gênero e raça .....	111
3.2.3.1 <i>Aplicação do conceito da interseccionalidade</i> .....	120
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	130
5. REFERÊNCIAS .....	134

## INTRODUÇÃO

Ao começar a elaboração desse estudo, um caminho de similitude precisou ser percorrido, pois até o momento embrionário de uma ideia, a pergunta era: qual a minha cor?

No registro civil de nascimento, consta a minha cor como branca, mas olhava para uma pessoa branca e para a minha pele, biotipo e cabelo e não eram iguais. Lembrava da minha mãe, com seus cabelos crespos, sua pele e traços que não se assemelhavam à de uma pessoa branca. Na adolescência, percebi a distinção entre as cores das peles, mas não era algo tão estranho ao ponto de trazer inquietudes, suscitava a dúvida de saber quem eu era, onde me encaixava com a minha cor, resumindo-se, apenas, a esse lugar.

O silenciamento posto e a não problematização de qual era a minha raça, o lugar que ocupava na sociedade, fizeram sentido quando comecei a trabalhar no Sistema Único de Assistência Social – SUAS<sup>1</sup>, em 2008, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, em um município da Baixada Fluminense/RJ, como assistente social. Ao direcionar a pergunta “qual a sua cor ou raça” para o preenchimento do prontuário e formulário para o cadastro no Sistema Único<sup>2</sup>, o mesmo gesto de olhar para a pele e não saber o que responder se remetia ao que outrora eu fazia.

Mulheres negras que se viam como morenas, amarelas (nesse quesito era esclarecido que a cor amarela é atribuída as pessoas asiáticas), marrons e mulatas, expressando grande dificuldade no reconhecimento da sua raça e cor de pele a partir das opções listadas no formulário. Tornava-se perceptível o constrangimento na resposta, a maioria optava pela cor parda e, aos seus filhos, geralmente, era apontada a cor branca.

Não havia qualquer problematização a respeito, já que o estranhamento à pergunta se dava dos dois lados, perguntadora e perguntada. O fluxo intenso de trabalho não permitia um atendimento mais longo, também, não havia formação técnica para uma abordagem mais

---

<sup>1</sup> O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em 25/11/2021.

<sup>2</sup> O Cadastro Único (CadÚnico).

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>. Acesso em 25/11/2021.

profunda, o que levava a continuidade da ação de registro nos documentos de identificação da família no CRAS e Cadastro Único.

Como ponto de análise deste encontro de expressões vividas, não questionadas e enviesadas em nossa sociedade, entre a entrevistadora e as entrevistadas, encontramos em Gonzalez (1988b, p.73) a reflexão do que é o racismo em seu contexto latino-americano e como ele se desenvolve de modo ideológico:

O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com simultânea negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 1988<sup>a</sup>, p. 73).

Essa ideologia não se limita a um espaço-tempo, perpassando gerações, enraizando-se na estrutura social que sedimenta a sociedade. Deste modo, a não aceitação da raça, ainda que sua interpretação seja entendida como um mecanismo de defesa inconsciente, tem sua problematização ocultada, levando-nos a um questionamento pessoal fundamentado em uma fragmentação impeditiva de um olhar coletivo e identificatório.

Fiquei alguns anos afastada do trabalho no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, retornei para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, em outro município da Baixada Fluminense/RJ, em um período que o Cadastro Único já não era preenchido manualmente, as informações inseridas diretamente no sistema, mas o constrangimento dos entrevistadores ao perguntar a raça e a cor de pele as usuárias e aos usuários permanecia, assim como as dúvidas e incertezas das respostas.

Para além da pergunta citada, a naturalização do quantitativo de mulheres negras que buscavam o cadastro no sistema CadÚnico era expressivo, parecendo ser algo natural, as características dessas mulheres, como raça, condição de pobreza, baixa escolaridade e insalubres condições de moradia, dentre as demais perguntas existentes no Cadastro Único.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. (...). Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZALEZ, 1984, p.225 e 226)

Quando revemos a história brasileira, nos deparamos com alguns mitos relacionados às temáticas étnico-raciais e de gênero, construídos ao longo do tempo, desde sua ocupação pelos portugueses. Desta forma, o exercício desta revisitação é necessário a fim de compreender suas determinações.

O processo de reflexão sobre o corpo feminino da raça negra em nossa sociedade e como ele se restringe na divisão sociotécnica do trabalho, exigem a conjugação de múltiplos fatores postos como verdades absolutas, valores invioláveis e construções morais. Tais fatores se encontram alicerçados sob um modelo de sociedade constituída por meio da exploração do trabalho humano, no qual as determinações de gênero e raça adensam as vulnerabilidades sociais, demarcando a classe social que vive da venda da sua força de trabalho sob um aspecto ainda mais profundo de desigualdade.

O processo histórico no Brasil sobre as raças, com sua elaboração sutil e enviesado pelos interesses advindos da classe dominante, encontra-se enraizado na sociedade, de modo que, embora a memória seja de sofrimento e dor pelas atrocidades que nossos antepassados negros tenham vivido quando escravizados, o estranhamento dos seus membros a respeito dessa organização social racista ainda é muito pequeno. Destaca-se na história da escravização no país, as dores das mulheres negras que, para além da utilização da sua força de trabalho como propriedade, seus corpos eram forçados a servência de amamentar as crianças brancas, muitas vezes, as obrigando deixar com fome seus filhos, obrigadas a satisfação dos desejos sexuais dos seus escravizadores e centralizadoras do despejo de ódio das suas sinhás<sup>3</sup>.

Deste modo, torna-se imperioso referir sobre o processo de consciência, como ela se desenvolve, suas determinações e a absorção naturalizada com que somos cooptados, estabelecendo relações sociais erguidas sob padrões societários reprodutores da sofrimentos e exclusões.

Essa pesquisa começou a ser pensada a partir da prática profissional dos trabalhadores do SUAS, ao refletir acerca da abordagem às pessoas atendidas no equipamento. Foi possível perceber que essas profissionais trazem em sua consciência a mulher como aquela a buscar formas de sustentar sua família. Da mesma forma que, esse entendimento é formado em sua inserção na sociedade e lhe faz naturalizar que essa mulher, em sua maioria, é negra. Pode ser que esse agir profissional seja o resultado processual da criação de uma percepção sobreposta

---

<sup>3</sup> Etimologia da Palavra: Senhora. Significado: Tratamento que os escravos davam à sua senhora. Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sinhá/> Acesso em: 31/01/2022.

a partir da exclusão da memória de dores até mesmo compartilhada por essas trabalhadoras. A respeito de tal fato, reportamo-nos ao escrito por Gonzalez (1984, p.226).

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. (GONZALEZ,1984, p.226)

A citação utilizada acima coaduna com a percepção assimilada sobre o desenvolvimento das atividades laborativas durante o atendimento aos usuários do SUAS, corroborando para o entendimento quanto ao campo da consciência e sua importância na formação e atuação da assistente social<sup>4</sup>. Gonzalez (1984) refere que a ação do discurso ideológico passa a existir através da consciência e por meio dela que ocorre a dominação. A partir da conjuntura de crescimento do sistema capitalista ao longo da sua existência, torna-se inevitável a formação de uma consciência que lhe permita a hegemonia, incidindo em maneiras de suplantar as opressões que lhes são intrínsecas no processo de acumulação.

O reconhecimento do racismo é uma das etapas mais difíceis, pois a sociedade em geral nega a sua existência e tem uma visão equivocada acerca das diferenças existentes entre os grupos étnico-raciais. O racismo incide de múltiplas formas, em geral, de maneira implícita, por isso é preciso compreender e identificar os seus mecanismos de funcionamento. Ele se materializa por intermédio da discriminação, que é um fenômeno social intrínseco às relações, com símbolos e códigos utilizados para a perpetuação das desigualdades. Trata-se, então, de transformar os nossos próprios valores, crenças e concepções acerca dos diferentes grupos étnico-raciais. (DIAS; GIOVANETTI; SANTOS, 2009, p.17).

A incidência tácita do racismo é um dos conteúdos aplicados pelo Sistema Capitalista na formação da consciência, fortalecendo o processo de dominação da classe trabalhadora, na qual prevalece a ideologia da classe dominante em seus desejos de acumulação, configurando ações de caráter predominante que afastam a possibilidade do seu reconhecimento e, senão por isso, o de identificar-se como vítima do racismo. Tais ocorrências tornam o racismo em algo difícil de ser percebido por suas vítimas.

---

<sup>4</sup> Ao longo do texto, empregaremos, no caso de necessidade do uso de artigo antes da expressão “assistente (s) social (is), a flexão no feminino, dada a predominância da formação da força de trabalho na área. De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, na pesquisa “Assistentes Sociais no Brasil”, realizada em 2005, foi identificado que a profissão é composta majoritariamente por mulheres (pouco mais de 90%). Fonte: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em 14/05/2022.



Nesta perspectiva, o objetivo desta dissertação consiste em analisar a literatura acadêmica a partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe social na formação e atuação das assistentes sociais no Brasil. Ao refletir sobre o objeto de trabalho profissional de Serviço Social, que são as expressões da questão social<sup>5</sup> em sua inserção na esfera do Estado<sup>6</sup>, tomamos como sua base fundante a divisão entre as classes sociais<sup>7</sup> e suas diferenças. Nesta divisão, estão contidas as contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista, que necessita se retroalimentar desses elementos para a sua sustentação e reprodução.

A reprodução do capitalismo exige não só o controle objetivo sobre os trabalhadores, mas também o subjetivo. Essas racionalidades são aparelhadas de modo que haja o domínio e o controle sobre os trabalhadores. De acordo com Quijano (2005, p.121), “a subjetividade é utilizada como instrumento de controle do trabalho em torno do capital, visando a sua expansão e dominação”. Ela se dá através da reconfiguração da cultura e do intelecto, em uma perspectiva da produção de um conhecimento compatível com a exploração da força de trabalho, de maneira alienante, conseguindo a extração de valor definida por Marx como mais valia<sup>8</sup>.

Portanto, operacionalizar e sustentar o sistema capitalista para a extração da força de trabalho e valorização do capital provoca a criação de subjetivações da classe trabalhadora, como citado anteriormente, trazendo consigo formas de extração dos lucros que, geralmente, não levam em conta a vida dos que o produzem e a natureza que esteiam o planeta.

No cerne dessas contradições sociais, os componentes que sustentam o capital, dispostos como naturais à sociedade quando não o são, provocam fenômenos sociais que lhes possibilitam maior exploração da classe trabalhadora. Dentre elas, o racismo estrutural<sup>9</sup>, vitimando mulheres

---

<sup>5</sup>A questão social é fruto das contradições e desigualdades sociais produzidas no sistema capitalista e caracteriza-se por relações conflituosas e contrárias entre os donos do capital e aqueles que produzem as riquezas (trabalhadores). (Santos, 2012)

<sup>6</sup> De acordo com Dantas e Pronko, (2018 p. 75-76), “para Marx e para Engels o Estado resulta da apropriação privada, pela classe proprietária, da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores, e da necessidade de perpetuação desta relação de dominação”.

<sup>7</sup>Em uma sociedade capitalista, entende-se a estrutura de classes composta por duas classes sociais: donos do capital, aqueles que detêm os meios de produção e exploram a força de trabalho dos sujeitos; e, os que somente possuem a força de trabalho para venderem, os sujeitos, que são chamados trabalhadores.

<sup>8</sup> A mais valia é um conceito elaborado por Karl Marx. Netto & Braz (2006, p.101) referem o conceito como: “A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário à sua produção / reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais valia, fonte do seu lucro).”

<sup>9</sup> Para compreendermos a dinâmica do racismo na sociedade brasileira, utilizaremos o termo Racismo Estrutural, cunhado por Silvio Almeida. (ALMEIDA, 2019)

negras da classe trabalhadora, em um ciclo ainda vigente e naturalizado.

No contexto das lutas de classe é que se situa precisamente o campo de trabalho do Serviço Social. Essa afirmativa é apontada por Mota (2017), que, ao realizar um apanhado histórico da profissão, refere as mudanças que apontam para a assunção e o reconhecimento da profissão sob uma perspectiva crítica que se coloca em favor da classe trabalhadora:

[...]; a partir dos anos 1980, o Serviço Social passa a ser reconhecido pela sua inserção política e intervenção crítico-pedagógica junto aos movimentos sociais, aos processos político-organizativos urbanos e rurais, pela formulação e execução de políticas sociais, e como articulador do exercício de direitos, de conquistas e lutas sociais. (MOTA, 2017, p.48)

Este processo impôs à profissão um caráter crítico, possibilitando um novo campo de visão para a categoria que é a dimensão política da sua prática. O chamado “Movimento de Reconceituação do Serviço Social”, segundo Piana (2009), representou uma tomada de consciência crítica e política dos assistentes sociais em toda a América Latina. Esse movimento em busca de uma nova forma de pensar a profissão em linha com a dinâmica da sociedade suscita a necessidade de novas teorias que subsidiem tal mudança. Conforme descreve Piana (2009, p. 96) “uma nova proposta teórico-ideológica deveria alicerçar o ensino da profissão, originando uma prática não assistencialista, mas transformadora, comprometida com as classes populares”

Essa mudança ocorrida na profissão, conhecida como “Movimento de Reconceituação”, visou provocar o rompimento com uma prática conservadora e possibilitar as assistentes sociais responder as opressões do Estado, de forma crítica, aproximando-as da classe trabalhadora. A transformação foi parte de um processo que começou a ser construído a partir da década de 60 e seu amadurecimento se deu a partir da introjeção da perspectiva da organização social em classes, trabalhadora e burguesa. Ainda que não tenha se dado por completa e atingido integralmente o seu objetivo transformatório, esta mobilização marcou significativamente a formação profissional.

De acordo com Abramides (2016, p.457), o Movimento de Reconceituação se deu em um contexto de América Latina, com a proposta de transformação do Serviço Social em sua formação profissional, a partir de uma crítica ao modelo tradicional. Foi a primeira aproximação do Serviço Social com o marxismo, em um período de ditadura, no qual ocorreu o engajamento de pensar o Serviço Social a partir da realidade latino-americana.

A ebulição do movimento possibilitou o enfrentamento e resistência requerida para aquele momento marcado pela violência ditatorial. O paradoxo de um movimento revolucionário, com a mudança das bases de formação e atuação de uma categoria, até então, operante na perspectiva mantenedora das classes sociais, demanda, nesse contexto ditatorial, iniciado em 1964, o início do processo de rompimento com o conservadorismo dentro da profissão de serviço social no Brasil.

As mudanças alcançadas a partir do Movimento de Reconceituação possibilitou uma formação mais crítica, ainda que não de maneira heterogênea, haja vista o pluralismo da profissão e a hegemonia do seu projeto ético-político. Pautada na teoria marxista, em uma perspectiva de compreensão da profissão ser parte da classe trabalhadora, o posicionamento da assistente social e sua percepção na divisão sociotécnica do trabalho ganharam força. Tornaram factível sua aproximação e alinhamento aos interesses desta classe, tendo em vista o entendimento da leitura marxista sobre a organização da divisão das classes sociais de forma oposta uma à outra, e suas consequências sociais exploratórias da acumulação intensiva do capital sobre a classe trabalhadora.

A transformação da profissão do Serviço Social permitiu no ano de 1993 a criação de um novo Código de Ética Profissional do Serviço Social, que vigora até os dias atuais, norteando as profissionais quanto ao seu compromisso ético-político com a classe trabalhadora. Eurico (2013), a respeito da publicação, cita que:

O Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 1993, é o primeiro código profissional do Serviço Social que introduz a questão da não discriminação como um dos seus princípios fundamentais. Isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico/racial no cotidiano do assistente social. (EURICO, 2013, p.293)

O Código de Ética da profissional de Serviço Social, na perspectiva da sua mudança, contribuiu para que a discussão sobre gênero e etnia adentrassem como elementos para refletir acerca do trabalho do assistente social, dada a sua utilização pelo capital. Assim, encontramos como Princípios Fundamentais da profissão, os seguintes itens importantes para o enfrentamento as opressões:

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e gênero;

XI Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012, p.24)

As significativas mudanças ocorridas na legislação da categoria possibilitam um novo ponto de vista ao analisarmos os postos de trabalho ocupados pelos corpos femininos negros na divisão social e técnica do trabalho, já que as opressões do capitalismo recaem em maior densidade sobre essas mulheres. Por conseguinte, as vulnerabilidades mais profundas são destinadas a elas, comparando-as, aos homens negros e mulheres brancas.

São elas, mulheres negras, que ocupam os trabalhos mais precários, como os domésticos e, dificilmente, as encontramos em cargos de chefia. Biroli (2018) refere que, ao observar a distribuição do trabalho precarizado, as mulheres negras estão na posição de maior desvantagem.

Assim, é necessário discutir a relação entre raça e gênero no capitalismo e sua sociabilidade formatada em classes. Isso inclui o tratamento da questão na produção acadêmica da área de Serviço Social, espaço de reprodução de ideologias e, ao mesmo tempo, de tensionamento das mesmas. Logo, relacionar estes elementos que subsidiam o fazer profissional das assistentes sociais ocorre na expectativa de contribuir, em última instância, para o aprimoramento de uma intervenção técnica ampliada e produtora da redução das desigualdades sociais.

Biroli (2018), traz outro elemento que fundamenta a escolha desta pesquisa:

O gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. De fato, na conformação conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remuneradas que os homens que desempenham as mesmas atividades e sub-representando na política. (BIROLI 2018, p.22)

A relação entre raça, gênero e classe no capitalismo, conforme aponta Biroli (2018) no trecho acima e conforme apontaremos ao longo da dissertação, é o ponto crucial no qual se situa nossa investigação. Não por acaso escolhemos falar em corpos femininos categorizando a sua cor. Essa escolha se deu em virtude de entendermos os seres humanos como pessoas determinadas por estruturas sociais, nas quais ocorrem as opressões econômicas, familiares e culturais, que os delimitam e os banem para além dos olhares que possam problematizar a sua existência.

Portanto, não queremos tratar apenas de indivíduos exploradas, espoliadas e, muitas vezes, violentadas durante séculos, como uma objetificação feminina. Ao categorizar a cor que esses corpos possuem, o fazemos como tentativa também de reunir elementos que possam configurar suas especificidades e ampliar o escopo das ações que lhes assegurem equidade em uma sociedade que pulsa por civilidade, mas engendra massacres e a invisibilidade dos sujeitos.

Figueiredo (2018), a partir da obra de Angela Davis (2017), escreve a respeito das mulheres negras estarem na base da pirâmide social e vivenciarem o abandono do Estado quanto às necessidades básicas que garantem a sobrevivência humana, negando o acesso da população negra à saúde, saneamento básico, habitação, educação e trabalho. Isso ocorre, de acordo com a autora, de forma simultânea à continuação de um sistema patriarcal, em que a associação do gênero feminino é o elemento para impor, às mulheres, a responsabilidade em manter a família e cuidar dos filhos.

A sobrecarga de responsabilidades associada ao racismo e às representações estereotipadas sobre o corpo feminino negro tem causado inúmeros prejuízos às mulheres negras, que têm buscado estratégias coletivas como um modo de enfrentamento às desigualdades. (FIGUEIREDO, 2018, p.1082)

Discutir a relação raça, gênero e classe implica, também, em analisar o conceito interseccionalidade, a partir de intelectuais como Crenshaw (2002). Ela cunhou o termo e o define como:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

No fundamento de uma sociedade desigual, como a brasileira, analisar a interseccionalidade entre raça, gênero e classes sociais, a partir da literatura de uma área de conhecimento que está no cerne da questão social, como é o caso do Serviço Social, pode contribuir, portanto, para a compreensão das contradições e opressões vivenciadas no cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores, sobretudo, se centrarmos nosso olhar para a atuação e formação das profissionais da área em questão.

Como caminho planejado para a execução dessa pesquisa, analisaremos produções científicas na área de Serviço Social no Brasil, disponíveis em bibliotecas digitais, que tratem da relação raça, gênero e classes sociais como elementos, conforme já mencionamos, de modo a permitir desvendar a própria área em questão. Em última instância, o objetivo desta

dissertação é que a análise da relação entre classe, raça e gênero na produção acadêmico-científica no Serviço Social contribua para mudanças críticas nas observações sobre a realidade e suas determinações nas vidas das mulheres atendidas, provocando ações interventivas que considerem os parâmetros interseccionais que se tornam expressões da questão social.

A dissertação se estrutura na introdução e mais três capítulos. Em busca de ofertar os elementos necessários para esta discussão apresentamos, no capítulo 1, a área de Serviço Social no Brasil com vistas a, em linhas gerais, pontuar o contexto histórico da formação e da atuação da assistente social no Brasil, na sua relação com a questão do Estado no capitalismo.

O capítulo 2 aborda a relação gênero, raça e classe, no qual estes elementos são apresentados conceitualmente como estruturantes e determinantes da forma de organização social. Neste sentido, o feminismo negro possui especificidades do movimento feminino em suas frentes de luta, requerendo espaço de abordagem como um item deste capítulo. O racismo estrutural, parte conceitual importante para a compreensão da sociedade brasileira, está presente, o que possibilita a compreensão das bases organizativas da sociedade brasileira. A abordagem do gênero é compartilhada em conjunto com a reprodução social, sedimentando os conceitos fundantes desta pesquisa seguido pela discussão a respeito da interseccionalidade.

A análise da literatura acadêmica sobre a relação raça, gênero e classe na área de Serviço Social compõe o capítulo 3 desta dissertação. Nele está contido o itinerário metodológico percorrido no desenvolvimento desta produção acadêmica, demonstrando a apreensão resultante da pesquisa bibliográfica a que se propôs. Deste modo, esta fase da pesquisa examina a literatura produzida no campo da formação e atuação do assistente social no Brasil sobre raça, gênero e classe social a luz da perspectiva crítica do estudo dos artigos científicos, fundamentado nas bases teóricas do Serviço Social. Avançamos com os resultados da análise e finalizamos o trabalho com as considerações finais.

## **1. A ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

A partir do contexto em que o Serviço Social se situa no Brasil, iremos tratar da sua importância ocupada no tratamento e na produção ideológica das desigualdades no Brasil. Para tal, torna-se importante situar o início da profissão o desenvolvimento da área no país e sua historicidade, para compreensão das suas transformações ao longo da sua existência.

O surgimento da profissão do assistente social, na década de 30, ocorre em consonância com o desenvolvimento do modelo capitalista de produção industrial, como resultado das demandas impostas pela sociedade em profunda desigualdade social, tendo como pano de fundo o modelo ideológico de dominação das forças produtivas e se desenvolve ao longo da história do país acompanhando as mudanças societárias no país.

Para tanto, organizamos este capítulo discutindo no tópico 1.1 a relação entre o Estado, o Capital e o Serviço Social, avançamos traçando um Breve Histórico do Serviço Social no Brasil (1.2) e apontamos os Desafios para Atuação e a Formação da assistente social no Brasil (1.3).

### **1.1 ESTADO, CAPITAL E SERVIÇO SOCIAL**

Wood (2003, p.35) ao discutir sobre o econômico e o político no capitalismo, aponta que o domínio político no sistema capitalista possui uma especificidade em virtude da necessidade do poder de repressão para a ação da exploração, uma vez que, não é operacionalizado diretamente por aquele que se apropria e não se baseia na subordinação política ou jurídica do produtor a um senhor apropriador, mesmo sendo fundamental a existência de um poder e um arcabouço de dominação. Assim, é o Estado quem assume esse lugar, em razão dele possuir o aparato legal do uso da força, garantindo o processo de expropriação que está na base do capitalismo, exercendo a sua função política.

Consideramos importante fazer menção quanto à repressão do Estado em favor dos donos do capital, em face do seu caráter garantidor do sistema econômico, pelo uso legal da força e exercício da função política, o que possibilita a expansão da acumulação capitalista. Todavia, cabe ao Estado no movimento político que lhe cabe, atender alguns dos anseios e necessidades que são postas pela classe trabalhadora. Deste modo, a proteção social precisa existir convergindo com os interesses do Capital, reduzindo os conflitos e possibilitando a manutenção do sistema.

De acordo com Gramsci, (2002 apud Campos, 2015, p. 20), o Estado é tido como um “organismo próprio de um grupo”, com a destinação de criar conjunturas propícias para o desenvolvimento elevado desse coletivo. O Estado utilizado como forma de garantir esse incremento, propagado como amplo, é o possuidor da força motora para promover o equilíbrio na correlação de forças entre a classe que compõe esse grupo e aquela subalternizada a ele, sujeitando a todos a vida estatal. Todavia, não é algo pacificado em sua totalidade, pois há embates provocados pela classe subordinada, portanto, a forma de utilização do Estado se dá a partir da monta econômica-corporativa. Essa premissa, segundo Gramsci, precisa se dar sob o aspecto da legalidade (leis), devendo considerar as vinculações embrenhadas do Estado-Nação em seu entrelaçamento com as relações internacionais, instituindo novos pactos historicamente concretos.

Para Poulantzas (2000), a teoria do Estado capitalista deve poder explicar as diferentes configurações de sua organização, referindo à sua estrutura material como a tradução específica das classes dominadas e sua luta, portanto, da sua relação com a classe dominante. Deste modo, o Estado é o que trabalha para a organização da hegemonia da classe dominante e desorganização das massas populares, provocando cisões no conjunto da classe dominada. Tal manobra, por assim dizer, confere estagnação na função político-ideológica do Estado junto a essa classe, desapropriando-a de qualquer possibilidade organizativa e não favorece sua apropriação política e ideológica sobre os aparelhos do Estado.

Podemos avaliar que as divisões provocadas pelo Estado Capitalista às classes dominadas constituem-se através dos diversos aparelhos e aparatos - jurídico, religioso, educacional, legislativo, dentre outros. Essa estrutura ao mesmo tempo em que é utilizada com tal função, atua como instrumento apassivador e de controle dessas classes, atendendo aos interesses da burguesia organizada como classe dominante.

Ainda segundo o autor, existe a necessidade de analisar as formas específicas do Estado em contraposição a uma teoria geral deste ao modelo capitalista a partir da concepção que sua teoria por esta matriz econômica deve poder explicar as diversas formas de organização desse Estado em seu processo histórico, com significativas mudanças nos métodos de produção e da divisão social do trabalho. Dele faz parte a luta de classes, circunscrita em si, onde em si se constitui e como o lugar no qual ela acontece, tal qual descreve Poulantzas (2000, p.135): “As contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material, e armam assim sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento no seio do Estado”.



No sentido descrito por Poulantzas (2000), o Estado se estabelece através das divergências de classe que organizam o aparato institucional a ele pertencente e se expressa em seu funcionamento. Portanto, congrega em si uma vinculação incongruente, ainda que pareça antagônico.

Ao contrário das teorias sobre o Estado em sua forma capitalista, as quais o descrevem como devendo exercer função política de forma minimalista, atribuindo-lhe as trivialidades que dele julga-se fazer parte como verdade absoluta, deslocando-o para a exterioridade da relação, na qual ele se constitui, Poulantzas (2000, p.143) concebe o Estado como “a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe”.

Para tal concepção o autor compreende que o Estado se constitui e é atravessado de lado a lado pelas contradições de classe, tendo como sua destinação a reprodução das divisões de classe. Sendo ele dividido, não pode ser concebido em um único bloco indivisível e colossal sem qualquer fissura, no qual a política se estabelece de qualquer maneira, sem considerar as contradições de classes que o constituem.

Iasi (2012, p.286) refere que, se pela força somente “o capital em sua forma madura e parasitária não consegue se sustentar”. Novas formas de domínio precisam existir. Nesse sentido, coloca-se a exigência de um grau cada vez maior de cooptação e apassivamento do proletariado. Tal advento apassivador surge como uma necessidade para o capital continuar a acumular, pois, mesmo tendo chegado naquele momento ao nível mais alto da sua acumulação (até então algo inimaginável), apenas o aparato do Estado no uso da sua força não seria o suficiente, da mesma forma como não seria possível conceder todos os direitos requeridos no alto da efervescência da classe trabalhadora no final da década de 1970 até os meados da década dos anos de 1990.

Através de Gramsci (2002), Poulantzas (2000) e Iasi (2012), vemos a descrição de um Estado que possui centralidade na garantia da manutenção e expansão do sistema econômico nos moldes capitalistas, sendo a classe dominante no uso da sua força e capacidade de organização, quem utiliza os aparatos estatais para manter-se em seu controle hegemônico.

Apesar de encontrarmos alguns focos de resistência nos setores da classe trabalhadora, Iasi (2012), destaca que na análise da totalidade dos trabalhadores o início do século XXI é marcado por um grande apassivamento. Para o autor tal situação advém da ocupação dos espaços políticos por representantes da classe trabalhadora, em suas diversas formas, sobretudo no cargo executivo maior do nosso país, o de presidente. A eleição de Lula e a de Dilma

demarcaram alianças partidárias com representantes de direita e com força no setor econômico, possibilitando o que o mercado de investimentos esperavam: a estabilidade de um país no qual sua classe trabalhadora estava sobre controle e apassivada; acreditando no retorno do desenvolvimento, ainda que este não passasse um mito.

A crença do êxito eleitoral alcançado pela classe trabalhadora esvai sua luta e resistência, entrando em disputa o fundo público, possibilitando o aliar-se da classe trabalhadora aos seus antigos adversários o que se expressou como principal trunfo do setor político, mantendo-o no poder naquela ocasião. A aparente tomada do poder maior do Estado brasileiro, a presidência da República, por um dos representantes desta classe, permitiu o uso do aparato legal do Estado, não no uso da sua força física, mas estrutural e ideológica, controla-a e a apassivando, tornando possível a acumulação do capital sem resistência ou expressão da correlação de forças entre as classes sociais.

Salienta-se que a ocupação dos espaços políticos em suas diversas formas, o aparato legal do Estado, não no uso da sua força física, mas estrutural e ideológica, controla a classe trabalhadora e a apassiva, tornando possível a acumulação do capital sem resistência ou expressão da correlação de forças entre as classes sociais.

Para Iasi (2012), ao utilizar-se o método de apassivamento, a burguesia representada pelo Estado que figura como o agente central dessa mediação dos interesses de classes e aquele que pode empregar seu poder coercitivo se necessário for. É dado a classe proletária um lugar almejado nesse processo de disputa, porém o controle permanece nas mãos da burguesia, que ao tensionar o Estado em seu papel mediador, este precisar responder, ainda que de forma mínima, a classe operária, ou seja, promover meios de manutenção da forma reprodutiva do capital subsidiando-o e o apassivando.

Natural que a abertura desse espaço político dominado pela autocracia burguesa é provida de uma intencionalidade denominada por Florestan como "democracia de cooptação". A cooptação surge como instrumento político de apassivamento ao mesmo tempo em que valida a burguesia em seu papel dominador e afasta os representantes da classe proletária da proposta para a qual foram eleitos, conduzindo-os como instrumentos para a garantia no alcance dos seus interesses. Precede tal momento o que Florestan chamou de "contra-revolução preventiva" caracterizada pela burguesia brasileira que se aliou ao latifúndio e ao imperialismo contra o proletariado no golpe de 1964 (FERNANDES apud IASI, 2012, p.292).

Ao compartilhar as teorias sobre o Estado e sua organização a partir da lógica capitalista, a pretensão é dialogar sobre em qual realidade ocorre a atuação da profissional de Serviço Social, pois, é a partir da materialidade vivida pelas pessoas atendidas que sucedem as expressões da questão social, seu objeto de intervenção.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes expressões da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. (NETTO, 2001, p. 45)

Netto (2001), traz a interpretação do surgimento da questão social se dar em consonância com o nascimento do modelo capitalista de produção industrial (Netto, 2001, p. 42), resultante das demandas impostas pela sociedade em profunda desigualdade social, tendo como pano de fundo o modelo ideológico de dominação das forças produtivas. Nesse sentido, encontramos o Estado Capitalista, a partir da utilização dos seus aparelhos representativos como judiciário, militar e legislativo, implementar diferentes formas de opressão.

Na mesma direção, segundo Guerra (2000), o processo histórico que situa as transformações ocorridas na reprodução da sociedade burguesa, traz a necessidade do Estado desenvolver formas de tratar a questão social. As novas conformações se dão na perspectiva do incremento nos campos econômicos e sociais, mas não somente isso, tendo em vista que ele precisa do aparato instrumental de especializações e instituições para materializar as respostas que as classes sociais, em um processo de correlação de forças, demandam.

A necessidade por respostas a serem dadas pelos donos do capital aos trabalhadores, se formam no contexto de exploração da força de trabalho, tornando necessário o uso de recursos humanos e de políticas que subsidiem tais respostas e possam possibilitar a expansão do capital. É no contexto da necessidade de dar conta das expressões da questão social que é criada a profissão de Serviço Social.

O movimento de cooptação apontado por Iasi (2012), e da criação da questão social indicada por Netto (2001) e Guerra (2000), coadunam com as considerações de Iamamoto (2009), a respeito da função da profissão de Serviço Social dentro da sociedade capitalista. As políticas de apassivamento de acordo com o pensamento de Iasi (2012), permitem compreender a existência de um movimento de aplicação de medidas que não modificam as bases que regem a sociedade e, ao contrário disso, contribuem para sua manutenção. A respeito desta questão Iamamoto (2009), aponta:

Nesse cenário, a questão social e as ameaças dela decorrentes assumem um caráter essencialmente político, cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade. A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre consentimento e rebeldia, o que certamente encontra-se na base da tendência de ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social na última década. Ela é indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe – acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais –, às quais não estão imunes as políticas sociais públicas. (IAMAMOTO, 2009, p.02)

O trecho citado impõe algumas questões a se considerar: a primeira diz respeito aos campos de atuação da assistente social: sua inserção se coloca na posição de atenuação das expressões da questão social. Isso quer dizer que os lugares onde se observa de forma mais evidente as expressões da questão social (como os Centros de Referência e Assistência Social, mencionados em nossa introdução, por exemplo) são territórios em que ocorrem com maior incidência a eclosão de tensões geradas pelo processo de exploração do capital.

A segunda questão é que apesar da maior evidência aparecer nos espaços chamados vulneráveis, a profissão tem potencial formativo para atuar em diversos outros espaços como é o caso das empresas, em que as tensões se expressam na relação entre empregador e empregado.

A terceira questão é o papel do Estado, a de se considerar que este tem sido o maior empregador das assistentes sociais no Brasil ao longo dos anos de existência da profissão. É este Estado, que exerce, a partir da democracia de cooptação, ações que tem por objetivo apaziguar essas tensões. Por isso é importante destacar a importância de um fazer profissional e uma capacidade formativa, crítica a este processo, interessando que esta criticidade se reflita na práxis e provoque transformações sociais, conforme trataremos no item 2.3.

## 1.2 BREVE HISTÓRICO DO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A instituição do campo do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, ocorre em consonância com o desenvolvimento do modelo capitalista de produção industrial, como resultado das demandas impostas pela sociedade em profunda desigualdade social, tendo como pano de fundo o modelo ideológico de dominação das forças produtivas. Tais determinações demandam formas de respostas a serem dadas pelos donos do capital aos trabalhadores no seu contexto de exploração da força de trabalho, sendo necessário para isso, o uso de recursos humanos e de políticas que subsidiem tais respostas e possam possibilitar a expansão do capital, projeto no qual o Estado desempenha papel central, conforme tratado no item anterior.

A construção da identidade da trabalhadora assistente social no Brasil, ao longo da sua existência, foi constituída por meio de uma disputa ideológica de condução da profissão. Há de se pensar esse debate no interior de uma profissão sem contextualizar a história? De acordo com Iamamoto (2013, p. 196), “a identidade profissional se constitui em contextos históricos determinados, adquirindo novas conotações com o processo de desenvolvimento das sociedades nacionais”. A partir do compartilhado pela autora, para compreender o lugar identitário da profissão, se torna necessário contextualizá-la em seu processo histórico em conjunto com a sociedade com a qual ela se relaciona.

Esta contextualização exige a organização do resgate histórico da profissão a partir de quatro períodos na linha temporal do serviço social brasileiro: o primeiro período trata do momento anterior a década de 1930 cuja discussão é importante para entender a conjuntura em que o serviço social tem início. O segundo período trata da instauração da profissão no Brasil atrelado a igreja católica norteado pelo conservadorismo no trato dos problemas sociais iniciado na década de 1930 perpassando por mudanças até 1960; o terceiro período inicia-se na década de 1960 e avança até a década de 1980 em que o Serviço Social passa por mudanças na forma de atuação, e o quarto período que se inicia da década de 1980 e se mantém nos dias atuais em que a profissão adota a crítica marxista no que se refere à composição orgânica do capital e o materialismo histórico dialético como matriz teórica da atuação e formação profissional.

No Brasil, no período anterior a década de 1930, a questão social e suas expressões eram vistas como ocorrências a serem tratadas pela polícia. Tais características postas demandam formas de respostas a serem dadas pelos donos do capital aos trabalhadores no seu contexto de exploração da força de trabalho, sendo necessário para isso, o uso de recursos humanos e de políticas que subsidiem tais respostas e possam possibilitar a expansão do capital. Conforme Abramides (2016), compartilha em seu artigo publicado na Revista Serviço Social e Sociedade nº 127, em comemoração aos 80 anos de Serviço Social no Brasil:

Até os anos de 1930, a “questão social” no Brasil era tratada como caso de polícia. Porém o governo ditatorial de Vargas, durante o Estado Novo, foi obrigado a regular as relações entre capital e trabalho, para o crescimento econômico do capitalismo e, conseqüentemente, para ampliar suas taxas de lucro. (ABRAMIDES, 2016, p.458)

Segundo Iamamoto (2013), como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social tem início no Brasil com uma prática atrelada e direcionada pela Igreja Católica no início da década de 1930, em articulação com a demanda de formação doutrinária e social do laicato. Tal iniciativa tinha por finalidade favorecer maior participação da Igreja Católica na sociedade. A instituição religiosa, no período em questão, terá particular destaque na estruturação do perfil

emergente da profissão no país, se tornando a responsável pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros.

A conjuntura de 30, com suas características econômicas e políticas, possibilitou o surgimento de políticas sociais nacionais que respondessem às questões sociais de forma orgânica e sistemática. As questões sociais em geral e as de saúde em particular, já colocadas na década de 20, precisavam ser enfrentadas de forma mais sofisticada. Necessitavam transformar-se em questão política, com a intervenção estatal e a criação de novos aparelhos que contemplassem, de algum modo, os assalariados urbanos, que se caracterizavam como sujeitos sociais importantes no cenário político nacional, em decorrência da nova dinâmica da acumulação. Este processo, sob domínio do capital industrial, teve como características principais a aceleração da urbanização e a ampliação da massa trabalhadora, em precárias condições de higiene, saúde e habitação. (BRAVO, 2001, p.3 e 4)

Nesta conjuntura identificamos que a profissão do Serviço Social tem sua gênese no seio da Igreja Católica nos anos de 1930, no início do processo de industrialização, na chamada “Era Vargas” vivenciada no período de 1930 a 1945. Na década de 30, parte deste período histórico, aconteceram muitas mudanças no país, principalmente, no campo da saúde. Conforme aponta Bravo (2011), houve um enfrentamento elaborado das questões sociais, sobretudo no campo da saúde. O processo de industrialização provocou necessidades que exigiam a intervenção estatal como forma de assegurar o capital humano para o trabalho, gerando novas ações intervencionistas na saúde populacional.

Abramides (2016) e Iamamoto (2013), nos fornecem elementos para a compreensão sobre o período de surgimento do Serviço Social no Brasil a partir da transformação da economia do país de rural para capitalista, com o processo de industrialização. Essa alteração econômica obrigou o Estado a regular as relações ora estabelecidas, enquanto a preocupação da Igreja Católica era articular ações para não perder seu controle, aparentemente religioso, sobre a sociedade, contribuindo para a manutenção da ordem burguesa.

[...] O movimento de “reação católica” é respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo liberal. A igreja luta, ainda pela legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do aparato do Estado. (IAMAMOTO. 2013, p.20)

As considerações de Yazbek (2000), corroboram com as assertivas citadas ao promover a reflexão de que a instituição religiosa, no período em questão, teve particular destaque na estruturação do perfil inicial da profissão no país, se tornando a responsável pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros.

No entanto, o modo de conceber a questão social para a Igreja se mostrou diferente daquela expressa pela classe operária, que a vivenciava e cobrava do Estado e donos do Capital

uma resposta. De acordo com Yamamoto (2013), para a Igreja, se tratava de uma questão moral e religiosa, precedendo ser econômica-política. Assim, ela não mais contesta o capitalismo, idealizando-o como uma “terceira via”, capaz de opor-se ao socialismo.

Yamamoto (2013), observa que aquele era um momento de intensas transformações sociais e políticas no país e que, sobre essa conjuntura, surgiu o serviço social. A profissão absorve os princípios da Igreja, tendo sido iniciada por grupos e frações de classes dominantes. Mas, de acordo com a autora:

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (IAMAMOTO, 2013, p.22)

Diante dos elementos históricos do início da profissão, podemos concluir que ela foi criada sob bases religiosas e conservadoras, as quais estruturaram a formação e atuação dos profissionais de Serviço Social, cujas ações se davam no sentido de educar as famílias, com o olhar individual, na perspectiva curativista e preventiva dos problemas sociais. Além de apregoar a religião católica na tentativa de arrebatar os trabalhadores e controlá-los, cooperando com a manutenção e avanço do sistema capitalista.

Yamamoto (2018) compartilha que mesmo a profissão no Brasil tendo iniciado através da Igreja Católica, ela não se definia somente pelo exercício da caridade, uma vez, que possuía o caráter ideológico de intervenção na vida dos trabalhadores, contribuindo para que esses seguissem as regras vigentes, assim, cooperando politicamente para o desenvolvimento do capital.

[...] O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão - que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social – ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente, de sua vertente empiricista norte-americana. (IAMAMOTO, 2018, p. 23 e 24)

A expansão da formação profissional do Serviço Social no Brasil, conforme referido pela autora, acontece sob bases conservadoras calcadas na ciência e, em conformidade com elas, ocorrem tentativas de renovação da profissão. O ideologismo posto se alinha a formas de reinterpretação da realidade que não se contrapõem ao capitalismo, promovendo ações vinculadas aos interesses da burguesia e a manutenção da ordem capitalista. Nessa perspectiva de renovação do Serviço Social, incorporam-se conceitos alinhados ao conservadorismo como

a defesa do caráter subjetivo da liberdade, enaltecendo a individualidade e a essência moral dos sujeitos. Sobre tal conceito, Iamamoto (2018), escreve:

[...] os homens são seres essencialmente desiguais, porquanto particulares. A liberdade é subjetivada: consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser. O ser mais profundo do homem é a sua individualidade e sua essência moral. Assim, a liberdade é levada, restritivamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto as relações “externas” e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina. (IAMAMOTO, 2018, p.27)

O pensamento conservador possui como uma das suas características a apreensão da sociedade como aquela que constitui as “entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação” (IAMAMOTO, 2018, p.27). Nesse sentido, do campo das ideias conservadoras, se estabelecem conceitos sobre a individualidade, referido acima. Trata-se de divisões em pequenos grupos que possuem como prerrogativa influenciar as relações sociais entre as pessoas, a forma de agir em sociedade e promoverem a moralidade.

Assim, a partir dos anos de 1940, a influência conservadora sobre o Serviço Social no Brasil sofre mudança, migrando do europeu, franco-belga para a norte-americana. Tal transformação traz à profissão a incorporação da “noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional” (IAMAMOTO, 2018, p.30), porém sem alterar a lógica de ajuste dos usuários ao capital.

A integração da solidariedade como princípio ordenador das relações sociais foi balizada teoricamente pela filosofia humanista cristã, ainda que utópica, pois naturaliza a condição do trabalho assalariado e o considerava integrante da ordem social. Contudo, Iamamoto (2018, p.32), refere que havia como “objetivo fazer da prática profissional um instrumento de reconhecimento da pessoa do trabalhador, enquanto indivíduo particular, enquanto ‘sujeito’”.

Em suma, a exploração da força de trabalho humano e suas consequências passaram a ser chamadas de problemas sociais, servindo de justificativa para as intervenções dos profissionais do Serviço Social, sob a influência norte-americana e a disseminação da técnica de intervenção conhecida como Serviço Social de caso, grupo e comunidade (ANDRADE, 2008).

O conservadorismo esteve presente, por muitos anos, na condução da profissão. Contudo, torna-se importante destacar o processo de rompimento com o conservadorismo iniciado na década de 1960, período da ditadura militar, inferindo à profissão um caráter crítico,



possibilitando um novo campo de visão para a profissão que é a dimensão política da sua prática. Essa ação de romper com a égide conservadora que deu origem a profissão é chamada de “Movimento de Reconceituação”.

De acordo com Netto (2005, p.160), o movimento de reconceituação do serviço social foi um movimento de ruptura com o conservadorismo do serviço social. Na América Latina, esse movimento eclode na década de 1960, porém no movimento brasileiro o processo perpassa pela busca de estabelecer novas estratégias para tratar os problemas sociais<sup>10</sup> brasileiros. Tal busca apresenta três principais vertentes que expressam a busca por mudanças que são: a perspectiva modernizadora baseada na teoria positivista, a perspectiva de reatualização do conservadorismo baseada na fenomenologia e a perspectiva de intenção de ruptura que insere a teoria marxista como norteadora do processo de trabalho do assistente social.

A perspectiva modernizadora, conforme já apontado, pautava-se na teoria positivista<sup>11</sup>. Tal perspectiva é adotada pelo serviço social como estratégia para resolver os “problemas sociais” buscando ajustar o indivíduo à sociedade, trabalhando em uma perspectiva de integração. O marco da apropriação dessa perspectiva pelo serviço social são os seminários de Araxá em 1967 e Teresópolis em 1970. (NETTO, 2005, p.164)

Quanto a perspectiva de reatualização do conservadorismo baseava-se na fenomenologia. De acordo com Netto (2005), essa perspectiva criticava a vertente modernizadora, e defendia um trabalho mais subjetivo e focado no indivíduo, porém não pretendia romper com a prática de ajuste do indivíduo à sociedade. Os seminários de Araxá em 1967 e Teresópolis em 1970 estabelecem, também, o aparecimento desta vertente. (NETTO, 2005, p.197)

A intenção de ruptura, pauta-se no materialismo histórico-dialético. De acordo com Netto (2005, p.268), um fator em especial contribuiu para este movimento: apesar da ditadura militar, foi a aproximação da tradição marxista especialmente pelo viés posto pela militância política, conjugada ao protagonismo oposicionista das camadas médias urbanas e a mobilização estudantil do período 1964-1968. A resistência dos docentes, profissionais e estudantes da academia de formação da profissão e os movimentos sociais críticos à realidade trouxeram forte influência para o Serviço Social.

---

<sup>10</sup> A expressão “problemas sociais” era utilizada no serviço social para designar as expressões da questão social.

<sup>11</sup> Essa ideologia é definida por Lowy (2013, p.32) como “sistema conceitual e axiológico que tem a defesa da ordem estabelecida”.

A principal expressão dessa perspectiva se deu no método de Belo Horizonte. Foi feito por professores da Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte - PUC-BH que discutiam o marxismo e a dialética como teoria capaz de interpretar a realidade pela sua essência ao invés da aparência. (ABRAMIDES, 2016, p.460)

No centro das mudanças sociais que o país vivia à época, a qual desejou conceber o Serviço Social sobre um novo prisma da sua identidade profissional, em que a crítica à sociedade capitalista na sua organização desigual passa a ser lida como a responsável pelas mazelas sociais, alinha-se em uma concepção teórico-metodológico ao Materialismo Histórico-dialético, filosofia elaborada por Karl Marx, exigindo uma nova forma de pensar a formação profissional da categoria no Brasil.

Essa ruptura com o conservadorismo se efetivou a partir de 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como o “Congresso da Virada”. A partir de então, novos fundamentos foram criados para a formação e atuação do profissional de Serviço Social, os quais se alicerçam na teoria marxista (ABRAMIDES, 2016, p.465).

Dá-se, nesse contexto, segundo Piana (2009, p.95), o “Movimento de Reconceituação do Serviço Social, iniciado na década de 1960, representou uma tomada de consciência crítica e política dos assistentes sociais em toda a América Latina”. Esse movimento em busca de uma nova forma de pensar a profissão em linha com a dinâmica da sociedade, suscita a necessidade de novas teorias que subsidiem tal mudança, tornando imperiosa “uma nova proposta teórico-ideológica deveria alicerçar o ensino da profissão, originando uma prática não assistencialista, mas transformadora, comprometida com as classes populares”, conforme descreve a autora. (PIANA, 2009, p.96)

Essa perspectiva de mudança na formação dos profissionais de Serviço Social e a compreensão de esta ser parte da classe trabalhadora ganha força e, portanto, o surgimento de uma profissão crítica se alinha aos interesses dessa classe. Assim, quanto ao texto de Castro (2011), em menção às reações e estratégias opostas das classes, como parte das consequências sociais da acumulação intensiva do capital, entendemos que o assistente social se posiciona junto à classe trabalhadora, percebendo-se na divisão sociotécnica do trabalho.

Se no princípio a formação do profissional de Serviço Social no Brasil ocorria de forma conservadora sob a égide da Igreja Católica, a nova perspectiva teórico-metodológica trouxe exigências para o desenvolvimento profissional conjugando teoria e ação em uma sociedade atravessada pela desigualdade social. Isso ocorre devido a um sistema econômico que utiliza a

força de trabalho em um processo de exploração para a produção da “mais valia”, seja na forma absoluta que consiste no aumento da quantidade de horas trabalhadas (jornada de trabalho), ou na forma relativa que ocorre com a ampliação do tempo excedente no qual se produz a “mais valia”.

Este processo de acumulação por meio da “mais valia”, seja ela na sua forma original ou nas demais apresentadas, vem a ser a ação basilar para o surgimento das expressões da “questão social” que se configuram como objeto de trabalho do assistente social, objeto do item a seguir.

Diante do exposto é possível afirmar, em suma, que a história do Serviço Social no Brasil vem acompanhando as transformações da sociedade, valendo-se da realidade advinda da construção da chamada “questão social” para intervir em suas expressões. Como momentos históricos desta construção, situam-se o surgimento da profissão alinhado com o processo de industrialização e uma política populista característica da Era Vargas; o auge do desenvolvimento industrial nas primeiras buscas de atualização das ferramentas profissionais para o trato dos “problemas sociais”, o aprofundamento da busca por melhores mecanismos de trabalho e outras teorias no contexto de implantação do regime militar no Brasil; e a ruptura com o conservadorismo em um momento em que o país ensaiava um processo de reabertura democrática e movimentos como o de reforma sanitária por exemplo ganhavam força no cenário nacional.

Nos anos 80, a sociedade brasileira ao mesmo tempo em que vivenciou um processo de democratização política superando o regime ditatorial instaurado em 64, experimentou uma profunda e prolongada crise econômica que persiste até os dias atuais. [...] Saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia. A questão da Saúde ultrapassou a análise setorial, referindo-se à sociedade como um todo, propondo-se não somente o Sistema Único, mas a Reforma Sanitária. (BRAVO, 2001, p.8 e 9)

O processo constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 representou, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país frente à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social. A Constituição Federal introduziu avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente, incapaz de universalizar direitos tendo em vista a longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes. (BRAVO, 2001, p.9 e 10)

A reforma sanitária no Brasil, conforme compartilhada por Bravo (2011), fruto da luta dos movimentos sociais, é um importante marco para a compreensão das transformações ocorridas no seio da sociedade brasileira, pois, contribuiu com a construção de um novo entendimento sobre a saúde, possibilitando avanços como a criação do Sistema Único de Saúde - SUS, principalmente, o reconhecimento dos direitos sociais dos que compõem a nação.

Portanto, gerando, formas de superação da lógica clientelista e benevolente do acesso às políticas sociais.

### 2.3 DESAFIOS PARA A ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL

A discussão sobre os desafios da formação do assistente social no Brasil pretende contribuir para o desvelamento de elementos para a reflexão sobre a formação do profissional de Serviço Social a partir das dimensões étnico-racial e de gênero na perspectiva da classe social que vive da venda da sua força de trabalho, objeto do próximo capítulo.

Apesar do Serviço Social não ser uma ciência, os estudantes em sua formação necessitam buscar a compreensão de um fazer profissional comprometido com a realidade de mundo, suas transformações históricas e a inserção das pessoas na sociedade, a partir de um sistema de classes que se organiza a partir de uma base econômica determinante para contextualizarmos as desigualdades sociais e refletirmos ações para sua transformação. O que lhe exige o compromisso com o princípio técnico operativo da profissão. Conforme escreve Iamamoto (2003):

O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas específicas. (IAMAMOTO, 2003, p.77).

O partilhado por Iamamoto (2003), situa a profissão na divisão social do trabalho, portanto, compomos o conjunto da classe trabalhadora e com ela assumimos o compromisso ético-político da profissão acerca dos seus princípios, deveres e direitos, o que nos imputa a construção de um novo olhar sobre as expressões da questão social, visando ações interventivas que garantam direitos individuais e coletivos e possibilitem transformações sociais.

Saviani (2007), aponta o trabalho e a educação como atividades especificamente humanas e, partindo deste princípio, ousamos caminhar na discussão sobre a trajetória da formação do assistente social no Brasil, situando esse profissional como um trabalhador intelectual de nível superior, cujo objeto de trabalho consiste nas múltiplas expressões da questão social, o possibilitando fomentar a perspectiva de um trabalho pedagógico e interventivo na defesa da garantia dos direitos.

O autor, pautado na literatura escrita por Marx e Engels, aponta que a essência do homem é o trabalho. Por isso, Saviani traz reflexões a respeito da ontologia do ser social destacando a centralidade do trabalho que é o seu fundamento. Deste modo, ao situar a categoria serviço social na discussão sobre sua atuação e seu processo formativo, temos como pretensão desvelar como ocorre essa interface de formação com o mundo do trabalho.

Os estudos de Iamamoto (2018), sobre a entrada do profissional do Serviço Social, na esfera de trabalho do Sistema Capitalista, refere que

O Serviço Social, só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade, ao responder a necessidades sociais provenientes do exercício histórico das classes sociais na produção e reprodução dos meios de existência e de trabalho de maneira socialmente determinada. (IAMAMOTO, 2018, p.64),

A autora compartilha que, o profissional só poderá ter legitimidade sobre sua prática laboral, quando compreender-se parte da história da luta de classes, assumindo o compromisso junto a classe trabalhadora e as demandas que lhe são postas. Tal entendimento trazido por Iamamoto (2018) corrobora na formação e no agir profissional ético e conhecedor do que lhe é requerido como engajamento na profissão.

No entanto, ao adentrar e firmar-se na divisão sociotécnica como um trabalhador intelectual, validando sua prática por meio do seu comprometimento ético e político com a profissão, inferências do campo político tendem a surgir. Iamamoto (2018, p.103), compartilha sua análise quanto ao fato. Sendo este profissional um vendedor da sua força de trabalho ao Capital, ainda que ela seja intelectual, pressupõe sua sujeição a quem a compra. Enquanto no seu labor é convocado a responder demandas advindas de um processo histórico de exploração dos que lhe procuram.

Marx (1989), descreve sobre o valor da força de trabalho e como se realiza a sua venda:

A natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, faz com que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não se tenha verdadeiramente transferido para as mãos do comprador. O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado quantum de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força. (MARX, 1989, p.139)

Torna-se possível perceber que a força de trabalho nesta sociedade é concebida como uma mercadoria, assim, constituída em virtude da organização social e econômica vigente. No processo de idealização dos sujeitos na sociedade capitalista em um contexto de valorização que só ocorre por meio da contratualização dessa mercadoria.

Essa dualidade exigida ao profissional do Serviço Social, chamada por Yamamoto (2018), de dimensões e dupla dimensão, sobre as quais ela caracteriza como: da direção objetiva que assume e da consciência subjetiva da situação; diferentes, mas que precisam se coadunar no cotidiano da profissão, dado o contexto de correlação de forças em face aos interesses de classe. Este compromisso que orienta as respostas a serem dadas durante o fazer profissional, requer a compreensão da forma como a profissão do Serviço Social se insere na história da sociedade e, como ela se desenvolveu. Assim, trata-se de uma formação e atuação vinculadas as determinações sociais.

A transformação das profissões depende de inúmeros fatores, que são tecidos a partir da realidade concreta na qual se materializam as relações sociais. No Serviço Social, como resultado do movimento de reconceituação, o aspecto ideológico da profissão se apresentou formado por uma visão de mundo crítica fundamentada na teoria marxista, à qual preconiza a mudança social através dos trabalhadores. Lowy (1993) escreve:

Em *A Ideologia Alemã*, a dimensão diretamente política da tese número 3 é explicitada e desenvolvida. A primeira coisa que Marx observa é que o caráter da nova sociedade depende da maneira como ela foi constituída. Uma sociedade democrática não pode ser estabelecida autocraticamente. Não é por decreto do imperador que se pode estabelecer a democracia. Não é por caridade das classes dominantes que se vai estabelecer a repartição comunista da propriedade. Em outras palavras, uma sociedade livre só pode ser resultado de um ato de liberdade. Uma sociedade desalienada só é possível se for ela mesma um processo de desalienação. A maneira de constituir-se a nova sociedade decide, em última análise, o caráter que ela tomará. Essa primeira observação de Marx explica por que a única forma verdadeira de libertação é a autolibertação da classe explorada. (LOWY, 1993, p.24)

A dimensão política de transformação da sociedade em Marx foi parte do processo de modificação que o Serviço Social vivenciou, vindo a compor um dos Princípios Fundamentais do Código de Ética em 1993. Netto (2005), refere como marco da “Reconceituação” “a elaboração do Serviço Social socorrer-se da tradição marxista”. Essa afirmativa advém desde o início da luta para a ruptura com o conservadorismo, que foi iniciada na década de 1960, e não se deu de forma linear. O autor em sua obra, à qual fazemos referência, traz sua análise sobre o período, revelando que houve tentativas de retorno ao conservadorismo e sua crítica à forma de aproximação da categoria com o marxismo.

[...] O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. (NETTO, 2005, p.148)

Apesar de Netto julgar que o Serviço Social, ao buscar a teoria marxista, não o fez da forma adequada, ele faz referência (2005), a proximidade da profissão, por meio da criação de

bases, inexistentes até então, que possibilitou pensar o Serviço Social utilizando o conhecimento marxista adquirido. O autor afirma que, desse momento em diante, o diálogo entre o Serviço Social e a teoria elaborada por Marx foi inserido como elemento contemporâneo na profissão.

O desejo por mudanças na área do Serviço Social na construção de uma nova identidade profissional e ciente do seu pertencimento a classe trabalhadora, provoca a necessidade de alinhamento do currículo e de ações à concepção teórico-metodológica do Materialismo Histórico-dialético, filosofia elaborada por Karl Marx. (FAERMANN, 2016, p.37)

Logo, ao analisar a formação da profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, cuja formação visa transcender o modelo conservador que a instituiu, aferimos sua transformação em suas diretrizes curriculares, a fim de promover a formação crítica sob a égide do Materialismo Histórico. Ressalta-se que as lentes obtidas com o conhecimento do marxismo, permitem a percepção da questão social e suas expressões sob um novo prisma.

Diante destes apontamentos podemos afirmar que a profissão do Serviço Social está inserida no campo sócio-ocupacional como uma das especializações advindas das necessidades sociais. A respeito dessa inserção e sua importância, Guerra (2000), escreve:

A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão. Estas são respostas qualificadas e institucionalizadas, para o que, além de uma formação especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores). (GUERRA, 2000, p. 6)

Para Iamamoto (2018, p.197), existe uma visão do curso de Serviço Social, imaginada e informada por um discurso humanista desarticulado dos embasamentos históricos, expressa a insuficiente clareza do que é a profissão como atividade socialmente determinada na divisão do trabalho. A ideia de como ocorre e qual a finalidade do curso, pode estar associada a origem social das pessoas que o escolhem.

A formação profissional do Serviço Social compõe a categoria de profissões consideradas como de baixo prestígio. Essa categorização de prestígio das formações<sup>6</sup> tem como um dos seus elaboradores Setton apud Vargas (2008, p.6). Foi evidenciada a ocorrência de vinculação entre origem social e opção de curso. Nesse sentido, Vargas escreve que a construção social do prestígio, principalmente, entre as profissões de alto prestígio, estabelece toda uma atividade de preservação de status através de associações corporativas.

No aspecto da especialização do trabalho, ocorrem as exigências na formação, com requisições curriculares capazes de fomentar a esse profissional responder a quem lhe emprega e aos que requerem seus serviços. Iamamoto (2013), registra a forma como incide a afirmação da profissão na sociedade. De acordo com a autora,

[...] O Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. (IAMAMOTO, 2013, p.102)

Ao analisarmos as demandas formativas requeridas na formação do profissional de Serviço Social, nos deparamos com uma grade diversa em seu conteúdo, fundamentada no compromisso ético-político da profissão. Guerra (2000), escreve a respeito dos assistentes sociais trabalharem com necessidades coletivas esgotadas pelas determinações do capital, portanto, lhes exigindo ações não apenas imediatas.

A contratação dos profissionais do Serviço Social pelo Estado, instituições privadas e terceiro setor acontece para que através do seu conhecimento especializado possa realizar as mediações da contradição capital trabalho, adquirindo a qualidade de trabalhador assalariado e todas as repercussões decorrentes dessa ocupação.

Uma das questões que surgem para o assistente social, é a necessidade de romper com a lógica tecnicista e unilateral. Essa demanda ocorre em face da importância que há em promover a implicação das pessoas para as quais são direcionadas as ações, atribuindo-lhes o seu lugar de protagonismo nas decisões a serem tomadas, em uma perspectiva coletiva.

Para o alcance da materialização de um fazer profissional pautado nos princípios éticos e referenciais normativos e teórico-metodológicos, a autora compartilha afirma que:

[...] na realização das requisições que lhe são postas, a profissão necessita da interlocução com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas. O acervo teórico e metodológico que lhe serve de referencial é extraído das ciências humanas e sociais. [...] Mas a profissão também tem produzido, através da pesquisa e da sua intervenção, conhecimentos sobre as dimensões constitutivas da questão social, sobre as estratégias capazes de orientar e instrumentalizar a ação profissional (dentre outros temas) e os tem partilhado com profissionais de diversas áreas. (GUERRA, 2000, p.11)

A categoria é vinculada ao campo de trabalho intelectual, o que nos permite inferir a formação como uma etapa importante e transcendente ao aprendizado teórico de um saber acadêmico quanto única ciência, com a exigência de um currículo que possibilite o processo de



ensino-aprendizagem, unindo-os, para que ocorra a provocação nos profissionais a práxis<sup>12</sup>, por meio do conhecimento do sistema econômico vigente e suas consequências na organização da sociedade, pois as características que fundamentam a formação do profissional de Serviço Social estão circunscritas, portanto, no campo das forças de produção em uma economia capitalista.

Assim, é necessário considerar a política educacional no contexto brasileiro, a partir da sua inserção no mundo do trabalho e suas determinações. Destaca-se que, o assistente social é um trabalhador cujo cerne reside em mediar os conflitos entre as demandas dos donos do capital e trabalhadores, sua formação contextualiza-se na realidade vivida pela sociedade e a ela retorna com sua intervenção profissional.

O avanço tecnológico vem exigindo dos trabalhadores o aumento da qualificação profissional, conjugando o aprendizado manual com atitudes pró-ativas que antes eram distintas. As máquinas, cada vez mais, ocupam um grande espaço no mercado de trabalho, assim, como outras formas de acumulação capitalista, sendo a financeirização uma das configurações mais utilizadas, tornando mais restrita as formas de contratação dos sujeitos para a venda da sua força de trabalho.

Apesar de ser profissional do Serviço Social um trabalhador intelectual, isso não o livra da venda da sua força de trabalho, fazendo o tão quão próximo àqueles que buscam seus serviços. Da mesma forma, o desenvolvimento tecnológico alcança o seu fazer profissional, atribuindo-lhe a necessidade de aquisição de novos conhecimentos.

Ao assistente social em seu cotidiano profissional lhe é exigida a capacidade de compreender a forma capitalista de exploração, que ocorre sobre a classe trabalhadora. A partir deste lugar de entendimento é que ao atuar, de modo a intervir na realidade social dos trabalhadores, vem a possibilidade de identificar os elementos opressores que provocam e adensam as vulnerabilidades vividas. Para se inserir na divisão social do trabalho, o profissional de Serviço Social obtém em seu processo de formação o aprendizado científico, no entanto, cada vez mais lhe vem sendo exigido novos conhecimentos para entender o mundo capitalista em sua complexidade e as opressões provocadas por ele sobre a classe trabalhadora.

---

<sup>12</sup> De acordo com Costa (2018, p.196), para Marx, a práxis representa a atividade livre, universal, criativa e edificante, por meio da qual o homem cria, ou seja, faz e produz, transforma e, com isso, dá conformação ao mundo que é humano e histórico, bem como a si mesmo. A práxis se constitui como uma atividade específica do ser humano, tornando-o diferente de todos os outros seres.

As formas da organização social vigente, nos mostra que o sexismo é estrutural e se constitui como elemento fundante da exploração da classe trabalhadora, conduzidas a partir do modelo econômico vigente e, intencionalmente, juntas, potencializando as opressões provocadas pelo capital.

Expandir a reflexão sobre o processo de formação da classe trabalhadora e a venda da sua força de trabalho permite uma análise mais aprofundada quanto à matéria de trabalho do assistente social e sua formação. Ora, sendo o objeto de trabalho deste profissional as expressões da questão social, a inferência das novas exigências do sistema capitalista para a compra da força de trabalho irá incidir sobre o processo de trabalho da profissão, exigindo que o profissional se aproprie de teorias que o levem a compreensão sobre os determinantes sociais que revelam formas de superação dessas expressões vivenciadas pelos sujeitos.

No movimento de compreensão da realidade dos sujeitos, o profissional de serviço social precisa lançar mão de um aprendizado teórico-metodológico que coaduna com essa realidade e respalde sua intervenção técnica, que possui sua concepção a partir de uma ideologia de mundo contida no código de ética profissional, onde se expressa o projeto ético e político do Serviço Social (Lei 8662/93).

A responsabilidade técnica-operativa do assistente social deve conter formas de promover estratégias que materializam os princípios contidos no código de ética da profissão, como a defesa e aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia (socialização da riqueza socialmente produzida e da participação política). Uma tarefa complexa que se realiza no coletivo dos trabalhadores, constituída por uma apreensão da realidade conjugada às determinações históricas e ao processo teórico, visando possibilitar sua compreensão, a fim de devolver aos sujeitos meios que contribuam para o enfrentamento da realidade posta e superação das suas fragilidades.

Ao processo descrito no parágrafo anterior, torna-se necessária a aplicação do método teórico-metodológico do Materialismo Histórico-dialético, em um processo de tese-antítese-síntese, ou seja, como se apresenta o objeto real, a ele se contrapõe seu processo histórico e determinações elaboradas no campo das ideias, é devolvido ao concreto (realidade) de forma pensada elencando as contraposições que nele residem para que ocorra uma transformação no modo de vida dos sujeitos. Trata-se de um movimento que visa provocar mudanças e não apenas retratar a realidade com elementos históricos e teóricos.

Deste modo, enquanto o assistente social realiza o seu fazer profissional, a ele implica elaborar a aplicação do método em um grande esforço de elencar as objetividades compartilhadas durante o atendimento, mensurando as subjetividades dos sujeitos que se expressam a partir das objetividades não materializadas. Essa intervenção técnica não se finda no momento do atendimento, pois, ocorre a necessidade da existência de elementos externos aos sujeitos da ação em uma inerente interação entre eles, os espaços institucionais e o ambiente que os circunda.

Nesse movimento, o aspecto ideológico da profissão se apresenta formado por uma visão de mundo crítica alicerçada na teoria marxista, pois, como refere Lowy (1993, p.18): “o marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas visa transformar a realidade, visa uma transformação revolucionária”. Essa transformação depende de inúmeros fatores, os quais são tecidos a partir da realidade concreta na qual se materializa as relações sociais.

Passamos a análise da formação da profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, cuja formação visa transcender o modelo conservador que a instituiu e avançar para uma formação crítica sob a égide do Materialismo Histórico-dialético. Cabe destacar que esse caminhar no processo de transformação da profissão não se dá de forma linear, tendo o contexto neoliberal como pano de fundo para moldar as demandas que surgem no campo formativo das profissões por meio das determinações do sistema de produção capitalista.

O caminhar da profissão pelo processo de ruptura com o conservadorismo, aproximando-a de uma prática pautada no Materialismo Histórico-dialético, na qual busca a sua transformação, provoca na categoria que é ideologicamente influenciada por essa nova forma de realizar o seu fazer profissional o que chamamos de práxis social.

Assim, a análise da atuação do assistente social sob essa perspectiva da práxis social, pauta-se no entendimento de um trabalho que ocorre em uma acepção concreta e abstrata dos contextos produtivos, por meio de processos históricos, situados economicamente pelos modos de produção e suas alterações que influenciam nas relações sociais e provocam transformações nas condições do relacionar-se com o mercado de trabalho e, conseqüentemente, na vida dos sujeitos.

Torna-se necessário destacar que os assistentes sociais possuem um projeto ético-político hegemônico, que lhes confere a legitimidade da profissão, obtido através da construção histórica e coletiva dos sujeitos que a compõem e demais integrantes da classe trabalhadora, na

luta pela instauração de um processo democrático de direito, expresso no Código de Ética Profissional de 1993. Destaca-se o respeito ao pluralismo, no artigo 7º deste Código: “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual.”

O pluralismo exige dos envolvidos e o respeito quanto à diversidade de ideias e posicionamentos diferentes, aparecendo nesse campo de disputa ideológica, perspectivas conservadoras que se contrapõem ao contexto progressista de ruptura. Contudo, é salutar a existência desse campo democrático que se expressa por meio da profissão, mesmo havendo divergência sobre a compreensão da realidade.

O compromisso expresso quanto ao constante aprimoramento intelectual requer deste profissional a busca constante por novos processos de conhecimento a fim de compreender a realidade concreta onde residem as múltiplas expressões da “questão Social”, que se configuram de maneira coletiva e circunscrevem-se na vida dos indivíduos. Poder interpretá-las conforme são em suas determinações históricas, elaborando o seu pensar de modo a propor mudanças na vida dos sujeitos e a eles retornar este conhecimento de forma que possam alcançar as transformações necessárias para si e a sociedade que habita. Deste modo, o compromisso reside em um novo modelo societário mais justo e menos desigual para todos.

No contexto neoliberal as políticas sociais ganham cada vez mais um caráter focalizado, inferindo sobre as políticas públicas<sup>13</sup> esse modo de ação, retirando, muitas vezes, a direção universal que deveria estar sobre as políticas sociais, contribuindo ainda mais para o adensamento das desigualdades sociais existentes, principalmente, no Brasil, onde temos um grande abismo social que separa os mais ricos dos mais pobres.

As expressões da questão social ganham contornos ainda mais perversos a partir dessa realidade, convocando os assistentes a uma atuação para além da garantia dos direitos, que possibilite uma ação pedagógica junto aos sujeitos, visando não somente o acesso aos direitos, mas a luta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pautada em seu projeto ético e político da profissão para um novo projeto de sociedade.

---

<sup>13</sup> Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Fonte: [http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O\\_que\\_sao\\_PoliticPublicas.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf)

A materialização das expressões da questão social é um constructo referente as expressões da questão social. Versa sobre o que aparentemente parece ser abstrato, mas é inerente a estrutura de classes dentro da sociedade capitalista se organiza e a maneira pela qual as pessoas pertencentes a classe trabalhadora sofre as repercussões de uma organização social regida por um sistema econômico de acumulação e demasiadamente exploratório de todos os recursos humanos e naturais.

De acordo com Karl Marx em sua obra *O Capital* (Vol. 1), o conjunto da exploração da mão de obra do trabalhador e sobre a terra ocorrem ao mesmo tempo a fim de alcançar a produção capitalista, não importando o seu esgotamento. [...] “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”. (MARX, 1998, p.571).

A área de Serviço Social, também, é atravessada por essa combinação de fatores espoliadores sobre a classe trabalhadora, dada a condição do profissional desta área ser um vendedor da sua força de trabalho ao capital ao mesmo tempo o que atende trabalhadoras e trabalhadores expropriados. A produção e reprodução das relações sociais em Marx é a teoria que orienta a formação e prática do profissional de Serviço Social, assim sendo, os condicionantes estruturais da sociedade capitalista precisam ser transformados pela classe trabalhadora em um processo pedagógico, com a finalidade de alcançar um novo projeto societário e emancipatório das pessoas.

A utilização exacerbada dos meios necessários para a acumulação do capital, sem o mensurar das consequências, visando apenas o modo explorador das forças produtivas, comprometem a existência humana e a do planeta, provocando o aprofundamento da questão social e suas expressões, por isso, pensar e agir para sua transformação é essencial a vida. Provocando a necessidade de uma formação profissional de Serviço Social com bases que possibilitem a apreensão para além do saber circunscrito em si, mas acumulativo de conhecimentos que lhe instrumentalize para a ação crítica e transformadora da realidade engendrada pelo acúmulo de riquezas dos donos do capital por meio da força de trabalho humana e dos recursos naturais.

De acordo com as normativas da profissão, impressas por meio do Conselho Federal de Serviço Social, a atuação do assistente social está alinhada a necessidade de uma resposta à histórica requisição social, bem como às finalidades, objetivos, valores e princípios com direção ética e política da profissão.

Assim, os profissionais de Serviço Social no Brasil estão comprometidos com a classe trabalhadora, exercendo o seu fazer profissional em prol da construção e desenvolvimento de processos emancipatórios, com vistas a alcançar a perspectiva de uma sociedade mais igualitária. Vencer a lógica da focalização das políticas sociais, restritivas e mantenedora do *status quo* de uma sociedade desigual precisa ser realizado no cotidiano da prática profissional, para isso, torna-se necessário combater todo e qualquer tipo de exclusão em uma luta com a classe trabalhadora.

A essência do trabalho do assistente social na mediação de conflitos faz com que esse profissional esteja apto para trabalhar em diversos campos de reprodução do capital, portanto, encontramos esses profissionais inseridos em instituições públicas, privadas, judiciárias e terceiro setor. Nesses espaços, quase em sua totalidade, o assistente social exerce o seu fazer profissional mediante ao pagamento de um salário, conferindo-lhe a inclusão na categoria de trabalhador assalariado.

O exercício profissional da categoria ocorre em um contexto adverso, próprio do Sistema Capitalista, e cada vez mais perverso com a redução do investimento público para a redução das desigualdades sociais, as mudanças na forma de acumulação do capital, que ocorre através da maior exploração dos recursos naturais e mão de obra, com a redução de postos de trabalho e o processo contínuo do processo de financeirização do capital.

Segundo Altvalter (2010), o capitalismo global é predatório e míope, em um contexto de financeirização do capital apoiado pelos governos e organizações internacionais. O autor cita a destruição dos recursos morais internos do sistema capitalista em consequência da abertura neoliberal dos mercados, da desregulamentação e expulsão do Estado dos processos no âmbito da economia, onde aproximadamente 15% do comércio mundial ou cerca de 5% do PIB mundial são gerados de forma ilegal e criminoso.

Expresso de forma breve o contexto atual no qual se realiza o fazer profissional do assistente social inserido no conjunto da classe trabalhadora, cabe fazer um recorte sobre essa inserção na política de saúde. O ater-se a essa política pública visa compreender sobre esse determinado modo de inclusão e suas implicações que nela residem.

A Resolução do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS N° 383 de 29 de março de 1999 caracteriza em seu Artigo 1° o assistente social como profissional de saúde, e em seu Artigo 2° refere esse profissional como aquele que “atua no âmbito das políticas sociais e, nesta

medida, não é um profissional exclusivamente da área da saúde, podendo estar inserido em outras áreas, dependendo do local onde atua e da natureza de suas funções.”

De acordo com Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES:

A determinação social da saúde está muito além de determinantes isolados e fragmentados que, sob uma perspectiva reducionista, são associados com fatores clássicos de riscos e estilos de vida individuais. Não devemos permitir que o conceito de determinantes sociais seja banalizado, ou reduzido, simplificando-o ao tabagismo, ao sedentarismo ou a uma inadequada alimentação. O que precisamos reconhecer é que por trás dessas práticas, existe uma construção social baseada na lógica de uma cultura hegemônica. (CEBES, 2011, p.1 in ALBUQUERQUE & SILVA,2014)

A compreensão dessa realidade por meio do contexto econômico vigente em nossa sociedade é um dos elementos que permite pensar a inserção do assistente social na política de saúde, uma vez, que a determinação social se encontra expressa sob a égide da questão social advinda da diferença das classes sociais próprias do Sistema Capitalista. Deste modo, a prática do profissional de Serviço Social demanda a compreensão dos determinantes em saúde como algo para além dos fatores biomédicos, individuais e circunstanciais dos sujeitos. A prática deste profissional se realiza em compreender os múltiplos fatores que implicam no processo saúde doença dos sujeitos.

Entender a realidade sobre o prisma da materialidade histórico-dialética é compreender o que Marx (1997, p.21) concebeu sobre a construção da história de vida dos sujeitos: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Deste modo, a situação de pobreza vivenciada pela grande maioria da população brasileira com condições totalmente adversas potencializa o adoecimento. E, mesmo essa população ocupando amplos territórios nas grandes cidades, o adoecimento se estabelece através da enorme desigualdade social existente, negando a estes indivíduos o acesso qualitativo aos serviços de saúde, educação e a ausência de chances para adentrar no mercado de trabalho.

Portanto, o campo de atuação do profissional de Serviço Social possui determinantes diversos, assim como a sua prática, exigindo o compromisso ético e político da profissão como respaldo da prática profissional, contribuindo para a emancipação dos sujeitos e para um novo projeto de sociedade. Chamamos atenção ao tema que é parte do objeto deste trabalho: a questão étnico-racial.

Segundo Eurico (2018), o debate sobre a questão étnico-racial no espaço acadêmico do Serviço Social foi iniciado a partir da década de 1980. Apesar da carência de registros substanciais sobre o feito, a autora destaca que a ação ocorreu após intensas e importantes batalhas realizadas por mulheres negras, assistentes sociais.

A autora, Eurico (2018), descreve como um marco importante da luta contra o racismo, o processo de organização da fase preparatória para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerâncias (2001), realizada na cidade de Durban, África do Sul.

Eurico (2018), refere que, a partir de então, a questão étnico-racial recebe notoriedade no espaço político brasileiro, ganhando reconhecimento e tratamento do Estado como um problema nacional. Foi desenvolvido o Programa de Combate ao Racismo Institucional no país, tendo como escopo a colaboração para instituir políticas de desenvolvimento e redução da pobreza e o combate às desigualdades provocadas pela origem étnico-racial.

Utilizando como marco a III Conferência de Durban, Marques Junior (2013), delinea sua pesquisa sobre a trajetória da questão racial dentro do Serviço Social e a incorporação desse debate na produção teórico-metodológica; o objetivo foi avaliar a ocorrência de impacto nessa produção a partir da referida conferência. O autor (idem, p.17) aponta ter encontrado um acréscimo lento na produção teórica do Serviço Social sobre a questão étnico-racial. Ele observou que os profissionais acadêmicos que discutem essa pauta, permaneciam os mesmos, tendo em vista o diálogo racial escasso. Assim, ele refere que:

O número de produções, ainda que esteja crescendo é diminuta em relação ao enfrentamento de uma questão que esta no núcleo da formação sócio histórica brasileira e dá indícios da dificuldade da profissão em apreender tal questão no momento atual. (MARQUES JUNIOR, 2013, p.18)

Consideramos a existência de discussões mais profícuas na atualidade, permitindo maiores avanços na pauta antirracista no foco das discussões no campo de formação e atuação. Eurico (2018), descreve como um marco importante da luta contra o racismo, o processo de organização da fase preparatória para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerâncias (2001), realizada na cidade de Durban, África do Sul.

De acordo com Eurico (2018), a partir de então, a questão étnico-racial recebe notoriedade no espaço político brasileiro, ganhando reconhecimento e tratamento do Estado como um problema nacional. Foi desenvolvido o Programa de Combate ao Racismo



Institucional no país, tendo como escopo a colaboração para instituir políticas de desenvolvimento e redução da pobreza e o combate às desigualdades provocadas pela origem étnico-racial.

Chamamos a atenção para o que Eurico (2013), traz em seu artigo sobre a necessidade de os assistentes sociais perceberem em sua prática as desigualdades sociais provocadas a partir do fator raça/cor e a forma como o racismo se expressa nas instituições e se reproduz nas relações sociais. A autora faz referência ao compromisso da categoria com a classe trabalhadora e, que este, deve atender as demandas comuns a todos os grupos sociais, porém deve atentar-se para as especificidades existentes.

[...] Entre o universal e o particular se põe um campo de disputas onde certamente o pertencimento étnico-racial, a identidade de gênero, a orientação sexual, o lugar ocupado na divisão social e técnica do trabalho revelam a diversidade humana, mas também acirram a desigualdade no interior da própria classe. (EURICO, 2013, p.516 e 517)

Diante da percepção da necessidade apontada por Eurico (2013), do assistente social reconhecer as desigualdades provocadas pela questão racial, cabe destaque a atuação da gestão do Conjunto CFESS-CRESS<sup>11</sup> 2017-2020, em que foi assumido o compromisso de promover a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, tendo como mote lembrar a categoria que “na defesa dos direitos sociais, a gente enfrenta o racismo”. A campanha conseguiu promover publicações com o tema, a promoção de debates e outros fomentos junto a categoria.

As expressões da questão social estão postas no cotidiano profissional da categoria Serviço Social, contudo, a naturalização provocada pelo sistema econômico capitalista tende a provocar sua invisibilização. Podemos sugerir que o seu apagamento decorre de um esforço sistemático deste modelo de dominação econômica buscando sua consolidação e avanço. Contudo, o resultado das suas opressões se materializa cotidianamente como objeto de trabalho dos assistentes sociais. A apreensão do seu escopo exige o reconhecimento das desigualdades sociais advindas da questão social provocadas através da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais existentes. Como corroboração para a compreensão dos desafios postos para a atuação e formação do assistente social no Brasil, compartilhamos realidades compartilhadas na Revista Radis nº 192 (2018).

A publicação nos traz exemplificações das materializações das expressões da questão social, ilustrando o percurso desenvolvido neste capítulo. Iniciamos, com o apontamento feito pelo promotor Haroldo Caetano a respeito do sistema punitivo no Brasil. Para ele é urgente pensar o problema do encarceramento em massa a partir de um ponto de vista antirracista. Em

sua análise (Fiocruz, 2018, p.24), o sistema prisional está direcionado para os que estão “para além das margens”, totalmente desprotegidos do capital. “A essas populações, reservamos as prisões e os manicômios”. Este profissional da justiça chama a atenção quanto ao obscurantismo que o racismo pode causar, referindo ser este a permitir que o policial bata o pé e derrube a porta da população marginalizada. Destacamos em sua entrevista esta reflexão:

Uma sociedade racista trata os indivíduos como objetos. A pessoa deixa de ser gente pela simples suspeita da prática criminosa. Desumanizamos os indivíduos para implantar contra eles uma gama de arbitrariedades. E isso é naturalizado no imaginário da população. (FIOCRUZ, 2018, p.24)

No Brasil, a exclusão societária de alguns tipos de pessoas eleitas pelo sistema capitalista pode ser verificada com maior nitidez através da observância sobre o sistema prisional brasileiro. Nele, encontramos uma cor de pele predominante: negra. A cultura racista no âmbito da sociedade brasileira aparece naturalizada, demandando um grande esforço para a sua superação.

Um outro desafio a ser compartilhado se refere a saúde das mulheres negras no país. Esta é uma pulsante materialização da expressão da questão social, dado o seu processo histórico de negligência e abandono. De acordo com a matéria jornalística de Elisa Batalha, Revista Radis nº 192 (2018), as mulheres negras e pobres não acessam a saúde nas mesmas condições de outras, portanto, é preciso pensar novas formas de abordagem que transformem a realidade desigual vivenciada pelas mulheres negras. Ela escreve:

No Brasil, o consenso entre as especialistas e ativistas presentes ao congresso, é que a perspectiva interseccional — que leva em consideração diferentes sistemas de opressão — é uma das principais chaves para se abordar a questão da mortalidade materna e do aborto no Brasil. Mulheres negras e pobres não têm acesso a assistência em igualdade de condições de outras, e as taxas refletem essa discrepância. (FIOCRUZ, 2018, p.27)

Neste sentido, a bióloga e pesquisadora em saúde pública Fernanda Lopes (2018) faz referência ao ajuste de lentes necessários ao SUS:

O SUS precisa ter as lentes ajustadas. “Ele deve ser focado nas pessoas — em todas as pessoas — e orientado para as diferentes necessidades”. Ao lembrar que 80% daqueles que só têm o SUS como plano de saúde são negros, a pesquisadora foi enfática: “Quando o SUS não funciona, ele não funciona majoritariamente para nós, negros”. De acordo com Fernanda, não há como defender o Sistema Único de Saúde e discutir iniciativas para a melhoria da saúde pública sem o enfrentamento do racismo, dentro e fora do SUS. “O Estado brasileiro funciona fazendo com que algumas vidas importem e outras não. É preciso combater isso para que este Estado democrático de direito seja real”. (FIOCRUZ, 2018, p.21)

Adensando o processo de reflexão sobre a saúde da mulher da mulher negra como uma das materializações das expressões da questão social, torna-se relevante compartilhar a

referência sobre o SUS, pois, nele está contida a única forma de acesso para a maioria dessas mulheres ao exercício do direito social em saúde. No entanto, o texto aponta a questão racial como um item de seletividade utilizado pelo Estado em seu processo de valorização de algumas vidas em detrimento de outras.

Segundo a bióloga e pesquisadora em saúde pública Fernanda Lopes, em entrevista à jornalista Ana Cláudia Peres (2018), a pesquisa “Nascer no Brasil” (2014), coordenada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), constatou que:

As mulheres negras são as que mais sofrem violência obstétrica, as que mais peregrinam na hora do parto, ficam mais tempo para serem atendidas, têm menos tempo de consulta, são mais submetidas a procedimentos dolorosos sem analgesia e estão em maior risco de morte materna. Segundo o estudo, a violência obstétrica — também considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como violência de gênero — atinge uma em cada quatro mulheres no Brasil e, dessas, 65,9% são negras. Além disso, cerca de 60% das mortes maternas são de mulheres negras. (FIOCRUZ, 2018, p.21),

De acordo com a pesquisa mencionada no parágrafo anterior, existe um recorte racial quando a abordagem se refere a violência obstétrica. Com um percentual significativo, vemos que este tipo de violência incide em maior proporção sobre as mulheres negras. Esta materialização das expressões da questão social traz sobre o Estado sua responsabilidade quanto a reprodução das opressões instituídas pelo sistema capitalista. Mas, somente a observação crítica sobre este fenômeno torna possível compreendê-lo como um dos desafios postos para a formação e atuação do profissional da área de Serviço Social.

Na publicação (Fiocruz, 2018, p.3), destaca-se a fala da chefe de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, a ex-presidente chilena Michelle Bachelet, no 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, o Abrascão, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a respeito das desigualdades em saúde na região das Américas. Segundo Bachelet, um dos fatores para a medição das desigualdades em saúde é a “falta de assistência às mulheres antes, durante e depois do parto”, sinalizando que este é um elemento importante e que não deve ser negligenciado. Assim, Bachelet aponta outros aspectos importantes a respeito da dificuldade de acesso e falta de qualidade nos serviços de saúde para segmentos vulneráveis da nossa sociedade, como idosos, crianças, mulheres, afrodescendentes, pessoas vivendo com HIV/aids e as populações rurais e indígenas.

Torna-se importante salientar que a negligência é um tipo de violência, conforme a OMS (1998 in Violência: definições e tipologias [recurso eletrônico], 2014, p. 14/15), classificado de acordo com sua gravidade em um ato de violência: negligência ou abandono – ausência, recusa

ou deserção de cuidados necessários a alguém que deveria receber atenção e cuidados. (BRASIL, 2006<sup>1</sup>)

O desemprego é uma das materializações das expressões da questão social que, possivelmente, traz maiores desafios para a área do Serviço Social. Dados oficiais do IBGE, obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) *Sobre Outras Formas de Trabalho 2019*, em 2018, ano da pesquisa, referem que o Brasil possuía 56,4 milhões de pessoas ocupadas na faixa etária de 25 a 49 anos. Essa população tinha em sua composição 54,7% de homens e 45,3% de mulheres, recebendo em média 91,5% do valor recebido pelos homens. A diferença de rendimentos entre o gênero feminino e masculino persiste atualmente, o que torna a pauta feminista necessária na defesa pela igualdade de gênero.

Mas ao analisar o resultado da pesquisa, os percentuais da razão dos rendimentos das mulheres e homens de cor preta ou parda em relação ao homem branco são menores do que da mulher branca. É possível sugerir que a cor é o fator balizador dessa diferença percentual, resquícios do período escravocrata no Brasil.

Segundo a pesquisa, a desigualdade é uma realidade atual na ocupação de funções gerenciais por pessoas pretas ou pardas. Apenas 29,9% delas estão nesse lugar. Quando o recorte de gênero é aplicado as diferenças tendem a se acentuarem. Em 2018, o rendimento das mulheres ocupadas, com idades entre 25 e 49 anos, ao considerar a cor ou raça, a renda média da mulher branca em relação ao homem branco, com os mesmos marcadores da pesquisa, era 76,2% menor, utilizando a mesma razão entre mulher e homem de cor preta ou parda o resultado foi de 80,1%.

Diante dos resultados da pesquisa, fica evidente que as materializações das expressões da questão social impactam em maior dimensão as mulheres negras. Ainda, utilizando os dados compartilhados, torna-se possível elencar os elementos opressores detectáveis no estudo, tais como: falta de investimento público na educação; diferença dos níveis de escolaridade quando associado a cor; discriminação salarial entre homens e mulheres; precarização dos vínculos trabalhistas; a supremacia dos rendimentos pelo homem branco no mercado de trabalho. Essas informações corroboram para compreendermos como o racismo estrutural fundamenta as bases opressoras da sociedade capitalista.

Na apreensão sobre a precarização do trabalho atingir com maior ênfase as mulheres negras, constituindo-se este elemento como relevante a compreensão identitária delas, tendo em vista seus trabalhos serem ainda mais precarizados que às mulheres brancas, Biroli (2018),

refere que quando se observa a distribuição, na população, do trabalho precarizado, as mulheres negras estão na posição de maior desvantagem. A discussão de tais elementos podem subsidiar o fazer profissional dos assistentes sociais, possibilitando intervenções técnicas ampliadas e produtoras da redução das desigualdades sociais, uma vez que, neles residem muito do que cotidianamente expressam-se como demandas de caráter implícito e explícito.

Os enfrentamentos às expressões da questão social fazem parte da profissão do Serviço Social, possibilitando ao profissional se compreender dentro da divisão sociotécnica do trabalho a partir de uma formação crítica propendendo à transformação da sociedade para um novo modelo mais igualitário e justo para todos, superando o modelo de classes. Diante de tal perspectiva, o processo de formação está presente no Código de Ética do Serviço Social (1993, Artigo 2º, § f), como um dos direitos do e da assistente social: aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.

No percurso deste capítulo, buscamos evidenciar o processo histórico de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil em conjunto com a história da sociedade brasileira e suas transformações. Utilizamos exemplificações para ilustrar as materializações das expressões da questão social, como desafios existentes na formação e atuação do assistente social no Brasil, tópico de discussão deste capítulo. Procuramos compartilhar a compreensão quanto a profissão do Serviço Social se dar em um contexto histórico não linear e contraditório, acompanhando o processo histórico da nossa sociedade.

Assim, a contradição da profissão se expressa através do motivo pelo qual a profissão existe e a sua orientação teórica. Conforme já dito anteriormente o Serviço Social foi criado sob uma perspectiva de apaziguamento dos conflitos de classe, dando respostas genéricas as expressões da questão social, porém no seu processo histórico a profissão se coloca em favor da classe trabalhadora reconhecendo-se como parte integrante desta classe, propondo uma ruptura com o modelo societário vigente. Por isso, identificamos a persistência do compromisso profissional com o Código de Ética Profissional de 1993.

Torna-se importante ressaltar que tudo o que foi tratado neste capítulo exige um aprofundamento das teorias sobre a relação gênero, raça e classe a serem tratadas no capítulo a seguir.

### 3. A RELAÇÃO GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Tomando como base a relação entre gênero, raça e classe, discutiremos neste capítulo os elementos da sua concatenação, como forma de aprofundar nossas reflexões acerca do processo histórico de organização da sociedade pelo prisma da divisão de classes sociais.

Trataremos a respeito da luta das mulheres negras, a partir do subtítulo feminismo negro (3.1), no qual será utilizado o referencial de intelectuais negras, ícones deste movimento pensado a partir das especificidades que há nas pautas que circunscrevem as lutas dos corpos femininos negros.

A imperiosidade do tratamento ao racismo, a partir da sua estruturação na sociedade capitalista, abre um outro subitem (3.2), no qual o conceito cunhado por Almeida (2019), *Racismo Estrutural* é utilizado para pautar a discussão das profundas raízes que estruturam o racismo no país. No subitem (3.3), tratamos sobre o gênero e a reprodução social em uma exposição da classe como eixo organizador da sociedade e, a partir desta abordagem, como o gênero feminino é objeto de dominação e necessário a manutenção da ordem capitalista. Assim, caminhamos para elencar o gênero em conjunto com as relações sociais, culminando na explanação acerca do conceito interseccionalidade (3.4).

A organização deste item trata o conceito de classes sociais desenvolvido por Marx (1985), como o caminho optado para iniciar essa discussão. Justificamos esta opção pela compreensão de que o processo de exploração do modo de produção capitalista instituído pela classe burguesa, é a gênese das relações sociais, e por isto, as relações de gênero e classe se inserem neste contexto. (MARX, 1985).

Ao dissertar a respeito da relação entre gênero, raça e classe em um país como o Brasil, de economia periférica e capitalismo tardio, não podemos deixar de utilizar o seu processo histórico com suas marcas de aprofundamento das opressões nessa relação. Um país, no contexto mundial, como o último a promover a libertação do povo escravizado, e organizado a partir do patriarcado perdurante até os dias atuais. Deste modo, buscamos trabalhar os conceitos que intitulam este capítulo ampliando-os, de modo a compreender as opressões causadas através da forma de organização da sociedade brasileira, regida pelos interesses econômicos do capital.

Isto posto, a discussão dos conceitos de raça, gênero e classes sociais surge como centrais a formação do profissional de Serviço Social no Brasil, tendo em vista o lugar reconhecido como profissão que o Serviço Social ocupa na sociedade, cujo modelo econômico se baseia na exploração da força do trabalho humano, formando o que conhecemos como

sociedade capitalista. Esse lugar de trabalhador que, também, vende a sua força de trabalho, o faz participante da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas (IAMAMOTO, 2006, p.71).

### 3.1 FEMINISMO NEGRO

O conteúdo que vem sendo produzido até aqui aponta para a necessidade da consideração da desigualdade racial na concepção das classes sociais. A literatura que corrobora a construção deste trabalho permite compreender que a mulher negra nesta sociedade vem sofrendo diversas formas de violência e discriminação. Por isso, sob uma perspectiva de classe as mulheres negras sentem a necessidade de estabelecer um movimento social capaz de dar conta das questões específicas da sua identidade que não são, inicialmente, reivindicações de demais vertentes do movimento feminista, como o feminismo liberal (referência sobre estas vertentes).

Entendemos que o movimento de resistência das mulheres negras está presente na história da sociedade, transpondo o período escravagista, pré-colonial, colonial e capitalista. Em todas as fases, as mulheres mostraram sua força, ainda que, em alguns momentos, não fosse possível usarem toda a potência que lhes é própria, realizando conquistas pessoais e coletivas. Autoras negras brasileiras há muito tempo já escreviam a respeito das opressões de uma mulher negra na sociedade em que vivemos. O feminismo negro identificou que a luta por direitos não acontece da mesma forma para as mulheres brancas. Ambos os movimentos feministas, branco e negro, possuem lutas semelhantes em alguns aspectos, mas não iguais. (COLLINS, 2017)

Nesta perspectiva pretendemos neste tópico discorrer a luz das autoras Davis (2016), Gonzalez (1994) e Carneiro (2003), algumas considerações a respeito do feminismo negro evidenciando a história de lutas destas mulheres.

Angela Davis, filósofa, militante pelos direitos civis, humanos e raciais, é professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia, reconhecida como ícone da luta pelos direitos civis. Integrou o Partido Comunista dos Estados Unidos, foi candidata a vice-presidente da República em 1980 e 1984. Integrou o grupo Panteras Negras, tendo sido presa na década de 1970. Ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha “Libertem Angela Davis”. Embora, Davis não seja brasileira como as outras duas intelectuais feministas negras, Gonzales e Carneiro, seu trabalho tem repercussão no ambiente nacional, sendo ela referência de feministas brasileiras.

Autora de vários livros, sua obra é marcada por um pensamento que visa romper com as assimetrias sociais<sup>14</sup>. O livro *Mulheres, Raça e Classe* de Davis marca o resgate da história das batalhas travadas pelo feminismo negro. Publicado nos Estados Unidos da América pela primeira vez em 1981 e no Brasil, em 2016 pela editora Boitempo em 2016, a publicação traz 13 capítulos, com textos que narram a história de luta do feminismo negro desde o período da escravidão nos Estados Unidos da América, a organização das mulheres negras pela garantia dos seus direitos e as violências enfrentadas nesse percurso de lutas.

Trata-se de um livro que contextualiza a realidade das mulheres negras escravizadas no país americano, mas nos permite ver similitudes com as violências e caminhos percorridos pelas mulheres negras brasileiras. Destaca-se nos textos a importância da dinâmica de interseção entre gênero, raça e classe no desenvolvimento da sociedade, contudo, o conceito interseccionalidade não está pautado na publicação, já que sua construção se deu de forma a posteriori.

Resgatando o processo histórico da sociedade de classes e os fenômenos criados para sua organização, Angela Davis (2016), em um dos artigos do seu livro “Mulheres, raça e classe” (1944), traz o início do movimento feminista, nos Estados Unidos da América, organizado a partir das mulheres brancas de classe média que reivindicavam o direito ao sufrágio, muitas delas abolicionistas. Era a década de 1830, na qual o capitalismo industrial estava se instalando no país, o que provocou a ida de muitas mulheres brancas para as fábricas, enquanto o povo negro ainda estava escravizado.

Ainda que todas essas pautas estivessem acontecendo quase que ao mesmo tempo, não havia interseção entre elas. De acordo com a autora, enquanto as mulheres brancas de classe média lutavam pelo direito ao voto, as mulheres, igualmente, brancas, pertencentes à classe trabalhadora reivindicavam melhores salários e direitos trabalhistas, pois, para as mulheres desse segmento, importava respostas imediatas a toda exploração que era vivida. Em outra frente de batalha, as mulheres negras lutavam pelo fim da escravidão, tentando proteger a si e sua família. Cabe ressaltar o que a autora traz sobre o apoio das mulheres negras ao movimento feminista sufragista, mesmo diante de uma atitude visivelmente neutra em relação ao “problema negro”<sup>21</sup>. Havia o preconceito racial entre as mulheres brancas, mesmo não sendo aparente. (Davis, 2016)

Angela Davis (2016, p.191-192) refere que, no período da escravidão, as mulheres negras eram tratadas como propriedades por seus senhores, homens brancos, em uma lógica de



direito sobre seus corpos. O nexu utilizado pelos escravocratas era a dominação econômica, portanto, os corpos negros, usados em uma lógica de extrema expropriação, lhes pertenciam. Dando origem a uma sólida institucionalização do estupro, fazendo-o durar mesmo com a abolição.

A escravidão encontrou amparo em uma rotina que envolvia o abuso sexual e os açoites, ou seja, ambas as violências cometidas perpetuavam a o que era tomado como um direito, mesmo não o sendo. Mesmo frente às atrocidades que poderiam ser cometidas por aqueles homens brancos, a apropriação sobre os corpos femininos escravizados não era algo passivo. Havia resistência, não havia entrega ainda que a posse fosse inevitável.

Nesse sentido, o domínio sobre os corpos como propriedade e as violências cometidas contra eles, encaradas como algo natural, demonstram a lógica do controle tanto sobre as mulheres quanto homens (DAVIS, 2016, p.197). Para além do físico, no uso do que acreditavam ser a extensão da sua autoridade, os senhores cometiam outros tipos de violências como a criação de ideologias estereotipadas, como as mulheres e homens negros serem promíscuos e imorais e homens negros serem estupradores. Tais pensamentos que se perpetuaram em algumas sociedades, criminalizando pessoas e comportamentos e fortalecendo o preconceito racial. Como Davis afirma, o racismo sempre encontrou forças em sua habilidade de encorajar a coerção sexual.<sup>14</sup>

Como resposta a essas múltiplas formas de violência cometidas contra os corpos femininos negros a resistência dessas mulheres é presente. Desde o período da escravidão, as mulheres se rebelavam contra as violências que elas e os seus sofriam. Davis (2016, p.38), mostra como a resistência das mulheres negras estadunidenses possibilitava até mesmo a formação de comunidades com as pessoas escravizadas que fugiam. Mas existiam outras formas, como escreve a autora:

Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais. [...]. Sem dúvida, muitas delas escreveram as próprias licenças de viagem e tomaram o rumo da liberdade. (DAVIS, 2016, p.38)

---

<sup>14</sup> O estupro como forma de dominação e coerção das mulheres negras ainda persiste, como demonstram os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Na publicação Dossiê Mulher (2019, p.13), o levantamento da violência contra as mulheres no ano de 2018, traz um comparativo entre os modos de violência e a quem atinge em maior proporção.

No aspecto racial, não desejamos ser excludentes quanto a existência de homens e mulheres, com a cor negra, pertencentes as elites acadêmica e econômica da sociedade brasileira. Davis (2016, p.149), escreveu sobre a existência dessas pessoas na classe mais abastada estadunidense, ainda nos primórdios da organização da luta contra o racismo<sup>15</sup>.

No livro “Mulheres, raça e classe” Davis (2016, p.129), faz referência à existência de sororidade<sup>16</sup>, entre as mulheres negras e brancas, ao citar o exemplo da educação, luta árdua do povo negro. nas páginas posteriores encontramos a descrição de atitude segregacionista das líderes do movimento pelo direito ao voto. Seguindo o aludido pela autora, o que as mulheres brancas desconheciam e ainda ignoram é que o racismo mantém o sexismo e isso transforma as mulheres brancas em vítimas indiretas da opressão sempre destinada às suas irmãs de outras etnias.

Davis (2016, p.136), afirma que, “com a chegada do século XX, um casamento ideológico sólido uniu racismo e sexismo de uma nova maneira”, realizado através do domínio da raça branca e do gênero masculino. Vemos, até os dias atuais, a solidez dessa união propagando sua ideologia como uma das bases do Sistema Capitalista.

A intelectual, cientista com atuação nas áreas de História, Filosofia, Ciências Sociais, Antropologia e Política e ativista negra Lélia Gonzalez (1935 – 1994), analisou a situação da mulher negra no Brasil, pós abolição da escravatura, chamando a atenção sobre a sua condição de subalternidade em relação as mulheres brancas, evidenciando as opressões que passou a vivenciar em uma sociedade transitara do escravagismo para o capitalismo. Lélia Gonzales é tida como pioneira no recorte de gênero no movimento negro no Brasil. Defendia o feminismo negro pautado na realidade afro-latino-americano, denominando as mulheres negras dos países latino-americanos como “amefricanas”. Criou o termo “pretoguês”, visando valorizar e dar

---

<sup>15</sup> No Brasil, de acordo com Paixão e Gomes (2008, p.951), existem poucos estudos sobre as mulheres escravas. Na publicação desses autores, encontramos descrições de testamentos deixados por ex-escravas, nos quais destinavam seus bens, dentre eles, pessoas escravizadas aos familiares, pessoas amigas e, aos que elas tinham por escravizados, a alforria.

<sup>16</sup> Costa, 2019. Refere dificuldade em uma única definição para o termo, descrevendo como mais frequente a ideia de pacto, aliança ou união entre mulheres: algo desejável, revolucionário e que os discursos se propõem a ensinar. A definição de sororidade se materializa em instruções simples, diretas e reprodutíveis.

visibilidade a influência das línguas africanas no português falado no Brasil. Foi professora, militante do feminismo negro e grande incentivadora da cultura negra<sup>17</sup>.

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isto significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às 3 ou 4 horas da madrugada, para “adiantar os serviços caseiros” e estar às 7 ou 8 horas na casa da patroa até à noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. (GONZALEZ, 1979, p.13)

Na citação acima, Gonzalez (1979), traz a descrição da realidade das mulheres negras pós abolição demonstra que a *liberdade* não as tornou em cidadãs detentoras de direitos iguais, mas em responsáveis pela família, do sustento ao cuidado familiar e do lar. Foi o corpo feminino negro que precisou suportar o peso de jornadas extenuantes de trabalho em domicílios, que não eram os seus, em troca do ganha-pão para o amparo dos que lhes esperavam.

Lélia Gonzalez (1989), afirmou<sup>18</sup> que a mulher negra é o grande foco das desigualdades (sociais e sexuais) existentes na sociedade. É nela que se concentram esses dois tipos de desigualdade, sem contar com a desigualdade de classe, com a desigualdade social. Em 1989, fez a seguinte análise: Para a mulher negra, o lugar que lhe é reservado é o menor. O lugar da marginalização. O lugar do menor salário. O lugar do desrespeito em relação a sua capacidade profissional.

Tal afirmativa de Gonzalez (1989) desvela-nos a percepção que, as mulheres negras pertencentes à classe trabalhadora, sofrem o maior impacto de uma sociedade dividida em um sistema de classes sociais. São elas que vivenciam as diferenças sociais entre as mulheres brancas e a mulheres negras que persistem até os dias atuais como *herança* do período de escravização no Brasil. Apesar de termos citado alguns textos buscando chamar a atenção para a importância da discussão na profissão do Serviço Social, vemos que a realidade de ser uma

---

<sup>17</sup> Lélia denunciou o racismo e o sexismo como formas de violência que subalternizam as mulheres negras. Ela deixou seu legado através de sua obra acadêmica e militância, contribuindo para impulsionar não apenas a problemática racial no Brasil, mas também o papel da mulher negra na sociedade. Fonte: <https://www.palmares.gov.br/?p=53181>. Acesso em novembro/2021.

<sup>18</sup> Entrevista concedida a Mali Garcia para o documentário “As Divas Negras do Cinema Brasileiro”, de 1989. Revista Brasil de Fato, em 19 de novembro de 2019. <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/19/racismo-e-machismo-mantem-mulheres-negras-no-grupo-de-menores-salarios-do-pais>>. Acesso em Outubro/2020.

mulher da negra em uma sociedade capitalista é demarcada pela história de dores e lutas das suas ancestrais e a realidade das opressões que sofrem. Desmistificar o que está posto como curso natural da sociedade e invisibilizadora do que as oprime deve ser ato contínuo da nossa luta.

[...] por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. (GONZALEZ 1984, p.225)

Gonzalez (1984), refere a ausência do lugar de fala da pessoa negra. A dominação do povo negro como domesticação dos corpos, de modo a silenciá-los. Destaca-se que este processo de silenciamento se remete a uma forma de destituição identitária, na qual os indivíduos adultos não falam por si e nem de si, infantilizados, consentem aos sujeitos brancos falarem em seu lugar. No entanto a autora, chama a atenção para que essa posição seja assumida pelos seus proferidores.

O racismo está disseminado na sociedade como algo natural, por isso, transversaliza todos os espaços sociais e pessoas. No Brasil, o mito da democracia racial contribui para agravar a invisibilização desse crime. Embora a sociedade brasileira negue o racismo, o cotidiano com violência, fome, desemprego, dentre outras mazelas provocadas pelo Sistema Capitalista, atingem em maior escala a população negra e, diretamente, as mulheres negras.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (GONZALEZ, 1984, p.224)

A filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro Sueli Carneiro, em 1988, fundou o Geledés — Instituto da Mulher Negra, primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. A criação do Instituto ocorreu em um momento em que as pautas feministas eram vistas majoritariamente pela ótica das mulheres brancas, sem espaço para o contexto negro. Meses depois, foi convidada para integrar o Conselho Nacional da

Condição Feminina, em Brasília. Criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde específico para mulheres negras<sup>19</sup>.

Sobre o movimento feminista negro no Brasil, Carneiro (2003) compartilha a expressão “enegrecendo o feminismo”, usada para marcar o caminho percorrido pelas mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. A autora partilha sobre a proposta do uso dessa expressão como:

Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado, e, de outro, revelar a insuficiência teoria e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedade, multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero, intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p.118)

Carneiro (2003) evidencia que o feminismo no ocidente historicamente possui como característica ser branco, demonstrando suas fragilidades quanto ao tratamento necessário a realidade social com suas diversidades raciais e culturais. A compreensão quanto a necessidade de avançar no desenvolvimento de um feminismo negro torna-se fundamental para a superação do racismo e a construção identitária das mulheres negras.

A partir da análise dos escritos compartilhados por Carneiro (2003), a organização das mulheres negras no Brasil foi necessária para a sua luta e resistência, a partir da compreensão da vivência se dar em uma sociedade diversa, na qual os corpos femininos negros são invisibilizados e não encontram espaços para discussão das suas especificidades. Para o enfrentamento dessas tentativas de apagamento, o coletivo organizado se torna o elo fortalecedor e a possibilidade de provocar mudanças sociais, quanto a naturalização e demonstrações do racismo, em uma perspectiva antirracista.

### 3.2 RACISMO ESTRUTURAL

Este tópico pretende apresentar, a partir da discussão sobre Racismo Estrutural, aspectos relevantes para a relação Gênero, Raça e Classe. É importante destacar que o conceito de racismo estrutural não trabalha diretamente com a relação raça, gênero e classe, porém, esta teoria, trabalha a relação entre o racismo, a exploração e a reprodução do capitalismo. Portanto, tal conceito é fundamental para a abordagem aqui adotada, a saber, que o racismo se relaciona, em última instância, com as classes sociais fundamentais: a trabalhadora e a burguesa.

---

<sup>19</sup> Fonte: <http://simaiqualdaderacial.com.br/jantar/index.php/member/sueli-carneiro>. Acesso em novembro/2021.

O racismo estrutural, tratado por Silvio Almeida em seu livro com o mesmo título (2019), traz importantes reflexões sobre como o racismo se entremeia em todos os espaços da sociedade, pois, ele faz parte da estrutura que a mantem. Almeida (2019, p.35) compartilha as três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural.

O autor chama a atenção para a diferença entre os termos racismo institucional e racismo estrutural, referindo sua centralidade na sociologia, os descrevendo como fenômenos sociológicos. Portanto, a utilização desses termos por Almeida, visam caracterizar as extensões próprias do racismo e suas profundas repercussões na estrutura social. (ALMEIDA, 2018, p.36)

Sobre o racismo individual o autor afirma que se trata de uma concepção direcionada para o aspecto patológico ou moral, concebendo o racismo como isolado a indivíduos ou grupos. Por isso, a partir desse ponto de vista, não existiria o racismo estrutural nem o institucional, visto que a discriminação é algo individual. Este pensamento aponta para ações de resolutividade jurídica, criminalizando indivíduos que cometem práticas racistas de maneira pontual. O autor enfatiza que o racismo é um crime e, portanto, deve ser combatido, porém ele não pode ser reduzido a um fenômeno comportamental, pois na fala do autor:

No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos meramente comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados 'homens de bem'. (ALMEIDA, 2019, p.28 e 29).

Para Almeida (2019, p.40), a concepção institucional do racismo trata o poder como item principal da relação racial. Os grupos que o detêm, dominam a organização política e econômica da sociedade. Esse domínio ocorre ao serem estabelecidos parâmetros discriminatórios raciais, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Esses padrões são dispostos de modo a se tornarem algo "normal" e "natural" fazendo com que, uma vez estabelecidos pelas instituições de poder, sejam transformados em objetos de desejo para toda a sociedade.

Já sobre a dimensão do racismo estrutural, torna-se necessária, também, mas não só, a compreensão do papel das instituições, pois como escreve Almeida (2019, p.46-47), elas demonstram a transcendência do racismo do campo da individualidade e ressalta a proporção do poder como elemento constitutivo das relações raciais. Nesta perspectiva, contudo, entendemos as instituições como reprodutoras das condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social. E é aí que o autor aponta a diferença entre Racismo Institucional e Estrutural. A produção do racismo é formada por uma estrutura da sociedade que rege as

instituições, àqueles que detêm o poder e os que estão submetidos a este poder. Por isso o autor afirma que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”. (ALMEIDA, 2019, p.47)

O racismo existe nas relações sociais, nas práticas cotidianas provocando ações que, aparentemente, normais oprimem e violentam suas vítimas. A estrutura social, dentro de uma esfera de normalidade, cria as condições para que ele se reproduza, invisibilizando suas marcas e consequências perversas na vida de mulheres e homens negros.

A materialidade do racismo estrutural ocorre quando vemos as estatísticas de escolaridade e empregabilidade da população negra, assim como os postos de trabalho que ocupam; quem são os privados de liberdade; os jovens mortos pela força policial; as gestantes vítimas de violência obstétrica. Nesses exemplos, ainda é necessária muita força para que essa estrutura racista seja dizimada.

Portanto, compreendemos que as características organizacionais da sociedade brasileira, desenvolvidas a partir de determinações opressoras, possuem como estruturas basilares as organizações ou instituições nas quais se desvelam a dominação pelo exercício do poder da classe dominante. No entanto, não se trata de um domínio pacífico, existem conflitos, cabendo ao grupo que exerce o domínio, assegurar o controle da instituição, conforme afirma ALMEIDA (2019, p.41).

Ao interpretar o racismo na sociedade capitalista como algo naturalizado, o autor compartilha a necessidade da sua existência para sustentação da ordem social que organiza o sistema de classes. O racismo e a forma naturalizada com a qual se perpetua durante os séculos, pode se dizer que, trata-se de uma derivação da constituição das relações sociais cuja existência é apropriada e importante para que se mantenha as classes sociais e suas diferenças, como cita o autor:

“o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais, e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção”. (ALMEIDA, 2019, p.50)

A naturalização do racismo, de acordo com o autor, está presente em toda estrutura social do Brasil, não havendo qualquer estranhamento quanto a reprodução das relações, estabelecidas há séculos, continuarem a se perpetuar até os dias atuais. A sua observância nas instituições, por exemplo, lhe permitiu perceber ser ele um dos únicos ou o único negro advogado e professor. Todos os outros negros presentes em instituições frequentadas por

Almeida ocupavam funções circunscritas no Grande Grupo 5 (Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados) da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, como descreve o autor, uma segregação não oficial entre negros e brancos que vigora em certos espaços sociais.

Para Almeida, existe a naturalização provocada pela ausência de políticas públicas que garantam a escolarização, em todos os níveis, e por meios de comunicação que constroem subjetivamente o lugar do negro e do branco na sociedade. Sobre isso escreve:

[...] o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: 1- produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade racial; 2- constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e “natural” que no mundo haja “brancos” e “não brancos. (ALMEIDA, 2019, p.63)

Ao lermos os escritos de Almeida e ao entrelaçá-lo, historicamente, com o pertencimento de pessoas negras a segmentos sociais privilegiados, percebemos que esse lugar ainda é pouco ocupado por elas, pois para a sociedade é natural ver pessoas brancas em posições distintas, enquanto negras e negros são exceções. Como cita o autor, quando vemos nesses lugares pessoas negras, ocorre a impressão de que as coisas estão “fora do lugar” ou “invertidas”, ou seja, não é natural vê-las em uma posição social de poder. Ao refletir sobre tal citação, torna-se factível a compreensão sobre a ascensão acadêmica ou social, por si só, não ser capaz de eliminar o racismo.

No âmbito do debate sobre raça e classe, Almeida (2019), aponta indagações a respeito dessa discussão. O autor afirma que, para ele, os debates em torno de uma possível divergência entre raça e classe ou se o conceito de raça se insere ou não na concepção de classes é um falso dilema. Para ele a divisão de classes e entre classes, assim como o processo de individualização é um elemento inerente ao capitalismo. Coaduna para o entendimento deste aspecto o estudo de Poulantzas (2000) sobre a composição do Estado que tem como uma de suas características a desorganização da classe trabalhadora. Em um sentido mais amplo nos apropriamos desta definição para afirmar que a sociedade capitalista promove a divisão dentro da classe trabalhadora para mantê-la subjugada e atendendo aos interesses do capital. Sobre esta compreensão ALMEIDA (2019) afirma:

A divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista têm o racismo como veículo importantíssimo. E



negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade. (ALMEIDA,2019, p.185)

O autor avança afirmando que o entendimento a respeito da materialidade das classes sociais perpassa pelo olhar das minorias. Aponta o exemplo das mulheres negras que sofrem os aspectos mais severos do racismo, recebendo salários mais baixos, sendo empurradas para o trabalho improdutivo, como os que são ligados ao cuidado por exemplo, sendo vítimas de assédio moral e vários tipos de violência (OLIVEIRA, 2019, p. 197). O objetivo dessa exemplificação vem a seguir quando Oliveira (2019, p.197), afirma: “A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo.” Esse exemplo denota de maneira visível a forma como o racismo estrutural se expressa na sociedade sendo esta questão também uma questão de classe. Portanto entendemos que as dinâmicas do Racismo Estrutural apontam para a relação de raça e classe, sendo por isto um ponto necessário para a discussão realizada nesta pesquisa.

### 3.3 GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Ao abordarmos o gênero inserido no contexto da reprodução social, temos como perspectiva traçar sua localização na sociedade organizada em classes sociais. A intenção é ofertar o tratamento a esta categoria, de modo a desvelar os elementos opressores que lhes sobrevêm e os fundamentos de uma organização social pautada na manutenção e adensamento dessas formas de ação.

A sociedade capitalista baseia sua organização, também, no modelo de patriarcado, termo importante para o entendimento acerca das opressões sofridas pelas mulheres, principalmente, das que possuem a pele negra. A exploração da força de trabalho da mulher, ainda que por meio de um trabalho não produtivo (aquele que não produz mais valia), pelo sustenta o modo de organização social. A respeito dessa forma organizativa da sociedade, Birolli (2018), registra:

O fato de a industrialização ter transferido parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas não restringiu a casa a espaço reprodutivo. A responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que se define, assim, como produtivo e não remunerado, seria a base do sistema patriarcal no capitalismo. O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. (BIROLLI, 2018, p.28)

De acordo com este texto de Birolli (2018), o advento industrial constituiu o modelo patriarcal como base da sociedade de classes, legitimando espaços exploratórios da força produtiva das mulheres, ainda que esta não seja remunerada para tal feito. Assim, as mulheres

adquiriram jornadas de trabalho na produção da mais valia direta (quando é a sua força de trabalho que está sendo vendida no mercado) e indireta (ao promover os meios necessários para que o homem e os membros da família possam vender sua força de trabalho).

Bhattacharya (2019), apresenta a teoria da reprodução social, utilizando a método marxista em um contexto de classe. Trata-se de uma abordagem que traz a classe como central, elencando a respeito do marxismo que a despeito dos muitos tropeços históricos em seu nome, permanece sendo a melhor maneira de entender a opressão sob o capitalismo e, portanto, fornece pistas de como acabar com ela. (2019, p.102)

Neste sentido da construção de uma discussão pautada na teoria criada por Marx, avaliamos que ela continua atual e torna possível ampliar o escopo em que as opressões se dão na vida das mulheres que compõem a classe que vive do trabalho. Partindo do livro *Capital*, volume 1, há um apontamento de Bhattacharya (2019), quanto a identificação de Marx sobre a força de trabalho ser uma mercadoria especial, contudo, não é referido a forma que é produzida.

Olhando *O Capital* de Marx de perto, esses pesquisadores argumentam que a chave do sistema, nossa força de trabalho, é, na verdade ela mesma produzida e reproduzida fora da produção capitalista, num local “baseado em laços de parentesco” chamado família. (BHATTACHARYA, 2019, p.102)

Esse olhar compartilhado sobre a produção científica de Marx, concebe uma forma de produção pautada nas relações sociais. É ela quem produz o principal meio de acumulação dos capitalistas, considerando que são os trabalhadores os únicos capazes de produzir mais valia a partir do seu trabalho.

A luta de classes pelas condições de produção representa a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração. Nessas sociedades, o trabalho excedente é apropriado por uma classe dominante e uma condição essencial para a produção é a (...) renovação de uma classe subordinada de produtores diretos empenhados no processo de trabalho. De modo geral, a reposição geracional fornece a maioria dos novos trabalhadores necessários para reabastecer essa classe e a capacidade das mulheres de gerar filhos desempenha um papel crucial na sociedade de classes (...) Nas classes proprietárias (...) a opressão às mulheres advém de seu papel na manutenção e herança da propriedade (...) Nas classes subordinadas (...) a opressão feminina (...) deriva do envolvimento das mulheres nos processos que renovam os produtores diretos, assim como seu envolvimento na produção. (VOGEL apud BHATTACHARYA, 2019, p.103)

A citação acima é potente para a compreensão do alinhamento da luta de classes com as opressões sobrevindas sobre as mulheres, distinguindo a forma sob a qual as atinge em suas classes, exemplificando a teoria da reprodução social. A perspectiva do gênero transversaliza todos os espaços de dominação social do capital, demonstrando sua importância e o domínio dos corpos femininos, pois eles são parte do modo de produção capitalista.

Bhattacharya (2019), traz em seu texto a análise da realidade circunscrita nos Estados Unidos da América - EUA, apresenta o processo de produção da força de trabalho, o qual é composto, de forma desigual, e engloba:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz.

(BHATTACHARYA, 2019, p.103)

O compartilhado pela autora nos mostra que esta produção da força de trabalho acontece no cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras desde o seu nascimento como requisito principal na manutenção e ascensão do capital. O cuidado em assegurar essa mercadoria indispensável para a classe dominante, historicamente, foi atribuído a mulher. Porém, o trabalho doméstico é considerado improdutivo, por isso, não remunerado. Não é contabilizado na extração da mais valia, apesar de viabilizar para que ela aconteça.

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar. (BHATTACHARYA, 2019, p.104)

Bhattacharya (2019) tece uma análise relevante sobre a teoria da reprodução social, dada a expertise do capital em incorporar os espaços sociais, reverberando o seu domínio em todos os espaços sociais e repercutindo seu poder no campo das relações. Essa integração possibilita o controle, exercendo opressões sobre as mulheres. Podemos utilizar como exemplo, a chamada dupla jornada. São os corpos femininos, sobretudo, os negros, que ocupam os espaços de trabalho mais precários. Para além do cumprimento da carga horária, o deslocamento dos grandes centros para as regiões periféricas da cidade, complementa a jornada extenuante de um dia de trabalho. Porém, ela não se finda ao chegar em casa, já que para as mulheres, em sua grande maioria, uma segunda jornada de trabalho composta pelas atividades de cuidado com a família e a casa.

Cisne (2018, p.7), discute sobre a indissociabilidade da classe, raça e sexo na análise dos fenômenos sociais na sociedade capitalista, de acordo com a autora “é preciso compreender que a classe, além de ter sexo, possui raça/etnia, e essas dimensões imprimem condicionalidades

que estruturam de forma diferente as vivências das formas de exploração e opressão nesta sociedade”. Portanto, a convergência desses fenômenos fornece as condições necessárias para assegurar a existência do sistema de classes sociais no modo de produção capitalista.

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição de classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente os interesses dominantes. (CISNE, 2018, p.36)

Ao descrever sua análise, Cisne (2018), evidencia a necessidade de compreender as especificidades que há na inserção das mulheres no mundo do trabalho. Ao compor a classe que vive da venda da força de trabalho, a mulher é quem sofre maior exploração e opressões que visam atender aos interesses do capital.

Na teoria da reprodução social, encontramos respostas para questionamentos como a negativa de acesso das mulheres ao direito reprodutivo, as impedindo de decidirem sobre os seus corpos quanto a ter ou não filhos. Também, as atribuições do cuidado familiar e doméstico, como somente mulheres possam executá-las.

Deste modo, o sistema capitalista faz uso de uma série de elementos opressores sobre as mulheres que não podem ser pensados separados da classe. A composição desses elementos é fundamental para refletirmos sobre o poder exercido pelo capital no domínio dos meios de produção e reprodução social.

### 3.4 CONCEITUAÇÃO DA INTERSECCIONALIDADE

O conceito interseccionalidade é apresentado como um instrumento teórico-metodológico para a compreensão de que o racismo estrutural, o capitalismo e o cisheteropatriarcado (sistema sociopolítico utilizado para denominar homens com identidade cisgênero de forma superior a outros gêneros) são inseparáveis e produzem vias de identidade, chamada pela autora, Kimberlé Crenshaw (2002), de *avenidas identitárias*, nas quais as mulheres com a cor negra são alvejadas reiteradas vezes pela encruzilhada do conjunto de elementos sobrepostos que fundamenta o conceito interseccionalidade, o que evidencia a necessidade de uma *matriz colonial moderna* (conexões de poder sobrepostas em muitos arcabouços devendo, de igual modo, ter atenção política), referindo o tratamento dado ao conceito a partir da sensibilidade analítica pensada por feministas negras em uma perspectiva real das suas lutas e experiências.

Salientamos que a interseccionalidade é uma forma de tratar as vulnerabilidades, é um conceito. Não é só uma questão de usar ou não a palavra. Nem todos que discutem essa relação seguem a teoria da interseccionalidade, assim sendo, torna-se necessário estarmos atentos ao modo que está construído o conceito, uma vez que não basta descrever os fenômenos que o circunscrevem se esses não forem analisados a luz das suas interseções.

As categorias étnico-raciais e gênero que compõem o modo de vida humana surgem com o Sistema Capitalista com a finalidade de desenvolvê-lo e manter sua existência através da exploração da força de trabalho, criando formas de opressões que organizam a sociedade de classes. A racialização é uma produção do desenvolvimento capitalista, sobretudo da colonialidade. As marcações de gênero de hoje também. Raça e gênero não são categorias biológicas da espécie. Almeida (2019, p.24), compartilha “A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI”. As categorizações, portanto, derivam de um processo organizacional da sociedade vigente, em que sua estrutura necessita de tais elementos para que possa existir.

Crenshaw, defensora dos direitos civis nos Estados Unidos da América, foi a primeira a formular o conceito teórico interseccionalidade em 1989, como forma de dar visibilidade aos muitos modos de opressão vivenciados pelas mulheres. Trata-se de um conceito criado pela autora em face da existência dos elementos opressores preconceito racial, sexismo e diferença de classes, que possibilite a análise da sua complexidade, como fenômenos que devem ser examinados em sua interseção. A autora refere que “[...] as concepções operativas de raça e sexo se tornam ancoradas em experiências que, na realidade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo” (CRENSHAW, 1989 apud STELZER & KYRILLOS, 2020).

Em 2019, no Brasil, a intelectual e pesquisadora Carla Akotirene lançou o livro “O que é interseccionalidade?” (São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, Editora). A autora vem estudando o conceito teórico da interseccionalidade e, neste livro, realiza o estudo sobre ele, reverenciando quem o criou. Avalia-se que sua diferença está em trazer a interseccionalidade como uma ferramenta para análise das opressões que estão sobre as mulheres negras da classe social trabalhadora, deste modo Akotirene traz a historicização a partir das opressões sofridas pelo povo negro (p.19), destacando a intensidade das cargas sociais postas sobre as mulheres negras. Enquanto Crenshaw (2002, p.31), ao cunhar o conceito o faz de modo que seja compreendido

como uma metodologia a possibilitar a compreensão sobre as barreiras, tensionamentos e repercussões existentes ao interseccionamos os elementos raça, gênero e classe.

A escritora e intelectual que cunhou o conceito interseccionalidade, Crenshaw (2002), traz em sua análise o modelo patriarcal da sociedade como parte da estrutura que oprime as mulheres e designa a elas as formas de discriminação que aprofundam as desigualdades sociais que enfrentam. Conforme apresentado na introdução, mais uma vez evidenciamos a conceituação da interseccionalidade em Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177)

A escritora e intelectual que cunhou o conceito interseccionalidade, Crenshaw (2002), traz em sua análise o modelo patriarcal da sociedade como parte da estrutura que oprime as mulheres e designa a elas as formas de discriminação que aprofundam as desigualdades sociais que enfrentam.

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. (CRENSHAW, 2002, p.177)

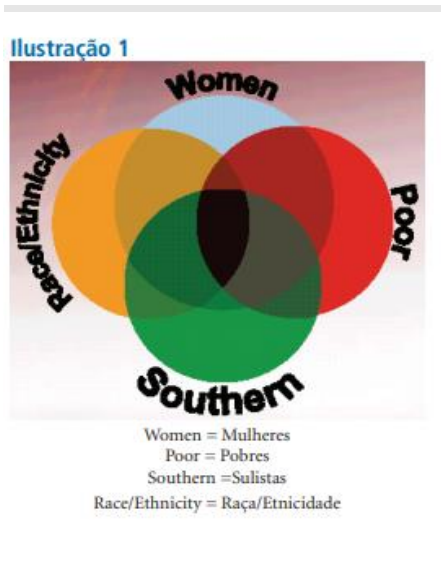
Neste sentido, a autora apresenta como ocorre a interseccionalidade, correlacionando-a com os modos estruturantes dos domínios sociais, econômicos e políticos, apresentando os eixos de poder utilizados para a manutenção desses domínios. Muitas vezes distintas, as opressões trafegam por meios do que Crenshaw (2002), chama de avenidas.

O conceito interseccionalidade em Crenshaw (2002), compartilhado<sup>20</sup> a partir do conteúdo apresentado pela intelectual em um artigo<sup>21</sup> (2002, p.8), refere seu objetivo quanto a criação de uma base temporária que torne possível a identificação da discriminação racial e a discriminação de gênero, possibilitando a compreensão quanto tais discriminações operarem

<sup>20</sup> O artigo integra o Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairos, da Universidade Católica de Salvador.

<sup>21</sup> O artigo integra o Dossiê da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairos, da Universidade Católica de Salvador.

juntas. A autora chama a atenção para a importância do enquadramento das categorias dessas discriminações em conjunto, a fim de ampliá-las e para que as questões vivenciadas pelas mulheres negras sejam vistas de forma interseccional.



CRENSHAW (2002, p. 10,11,12)

Acima compartilhamos ilustrações<sup>22</sup> sobre o conceito interseccionalidade. Na primeira ilustração, podemos ver que a sobreposição das categorias discriminatórias sofridas pelas mulheres negras inviabiliza o rompimento do ciclo opressor que sofrem. A respeito das ilustrações 2 e 3, Crenshaw (2002, p. 10,11,12) evidenciou o que ela denomina como eixo de discriminação, nas quais ela contemporiza os elementos opressores a partir das ruas e tráfego

<sup>22</sup> Ilustrações retiradas do artigo “A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero” que integra o Dossiê da III Conferencia Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela Revista Estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairos, da Universidade Católica de Salvador. (vide referências)

de automóveis. Na ilustração 4, é o que a intelectual denominou como estrutural, quando não há qualquer discriminação ativa. A respeito, escreveu: O que ocorre, em última instância, é que o peso combinado das estruturas de raça e das estruturas de gênero marginaliza as mulheres que estão na base. Essa é a discriminação contra grupos específicos. (CRENSHAW, 2002, p.12)

Akotirene (2019), quanto a construção do conceito interseccionalidade refere-o com o perpassar as lutas travadas pelo seu reconhecimento, algo visto pela autora como indivisível das categorias que o compõe, não bastando a análise isolada sobre o feminino, o racial e a classe, pois, em alguns momentos elas se contrapõem. Ela defende que para entender como os mecanismos opressores incidem em uma sociedade baseada nos privilégios de classe cisheteronormativas, é preciso a utilização do instrumento teórico-metodológico interseccionalidade. A autora faz uma crítica sobre a apropriação indevida de intelectualidades para a promoção de carreiras acadêmicas na Europa e de branquitudes brasileira, assim como ao uso do conceito interseccionalidade como um modismo acadêmico, não o aplicando como instrumento teórico-metodológico, a finalidade para a qual se propõe. (AKOTIRENE, 2019, p.16)

A respeito da escrita compartilhada por Akotirene (2019), a veemência na defesa estabelecida em sua compreensão quanto a instrumentalidade do conceito interseccionalidade e sua crítica a usá-lo como modismo acadêmico, convocando ao entendimento crítico sobre sua utilização, em um campo de lutas travado pelas mulheres negras, podendo contribuir para ecoar as suas vozes.

Cabe-nos nesse processo de pesquisa, investigar de forma crítica a categoria teórica interseccionalidade, à qual possibilita maior compreensão acerca dos sistemas de opressão, em suas diversas formas de utilização e ao ser analisada percebe-se como o conjunto de elementos que a compõe não se separa do sistema capitalista, uma vez que para a existência e permanência dessa forma de organização social, a exploração da força de trabalho humana e dos recursos naturais precisam ocorrer até o seu esgotamento.

Neste capítulo, buscamos lançar luz sobre as opressões que estão sobre as mulheres negras da classe trabalhadora, utilizando como parâmetros a discussão da raça, gênero e classe como elementos centrais na formação do profissional de Serviço Social no Brasil. Destaca-se que os conceitos tratados se relacionam aos movimentos sociais, com exceção do racismo estrutural.



Na finalização deste capítulo, avaliamos que as discussões dos conceitos tratados não se esgotaram, requerendo novas abordagens que desvelem os elementos opressores que estão postos na sociedade capitalista. Contribui também para este propósito, aprofundar o conceito de Interseccionalidade, raça, gênero e classes sociais, cotejando-os com os estudos críticos sobre o tema.

#### **4. ANÁLISE DA LITERATURA ACADÊMICA SOBRE A RELAÇÃO RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL**

Neste tópico, desenvolveremos a análise dos artigos científicos, definida como central a esta pesquisa. Para tal feito, foram eleitas três categorias a partir do objetivo deste estudo, circunscrito em analisar a produção acadêmica sobre a interseção entre as categorias raça, gênero e classes sociais em periódicos científicos do campo do Serviço Social no Brasil.

Os conceitos raça, gênero e classe tratados no desenvolvimento desta pesquisa, nesta fase, requerem um maior aprofundamento quanto a existência da sua interseção nos artigos resultantes do movimento exploratório nas bases reconhecidas de publicação científica. Neles constam os demais constituintes balizadores deste estudo, a formação e atuação do profissional do Serviço Social.

Para esta profissão, tais elementos são compreendidas como as expressões da questão social, sobre os quais esses profissionais irão intervir, portanto, é fundamental a utilização de um aprendizado teórico que o possibilite realizar a leitura da realidade social e pensar meios para que os sujeitos possam transpor as expressões da questão social vivenciadas.

Partimos do princípio de que são os estudos científicos essenciais para a apreensão da realidade histórica advinda de um olhar mais atento na forma de organização da sociedade capitalista, possibilitando extrair os elementos que a constitui.

##### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS**

Esta pesquisa possui como proposta a análise das produções científicas na área de Serviço Social no Brasil através dos resultados encontrados nas bibliotecas digitais. Serão analisados os artigos que tratem a interseção entre raça, gênero e classes sociais a fim de que permitam o desvelamento da própria área em questão. Aspiramos que este trabalho lance reflexões acerca das discussões acadêmicas publicadas e possibilite o desenvolvimento de discussões em torno do tema abordado em um processo dialético de aquisição de novos saberes.

Segundo Minayo (1994), o princípio da cientificidade exige que o processo de pesquisa e a compreensão quanto à metodologia seja o caminho por onde trilha o pensamento e a empiricidade do cotidiano a partir da realidade.

A pesquisa tem como objetivo, conforme já mencionamos, elaborar uma análise crítica das publicações científicas do Serviço Social, em formato de artigos, que abordem a

interseccionalidade raça, gênero e classes sociais. A escolha por essa forma de publicação ocorre pela notória importância que esse tipo de produção possui para o processo de reconhecimento do estudo da realidade e sua significativa contribuição para a formação acadêmica e auxílio científico no campo profissional.

Os resultados da pesquisa serão evidenciados por meio da análise de conteúdo. De acordo com Minayo (2001, p.74), esta análise detém duas funções na sua aplicação. Uma se refere a verificação de hipóteses e/ou questões, através da qual é possível “encontrar respostas para as questões formuladas e confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses)”. Enquanto a outra se refere “à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”.

Para realizar essa pesquisa, a iniciamos com a utilização da base de dados SciELO, aplicando os filtros e a escolhas feitas dentre as opções existentes para cada filtro: Coleções – Brasil e Portugal; Periódico - Todos; Idioma - português; Ano de Publicação - Todos; SciELO Áreas Temáticas - Todos; WoS Áreas Temáticas - Todos; WoS Índice de Citações – Todos; Citáveis e Não Citáveis – Todos; Tipo de Literatura – Todos.

Dentre as opções de filtros, optou-se pelas coleções Brasil e Portugal, todos os periódicos, com o idioma português. A escolha por artigos publicados na língua portuguesa baseou-se no fato que estes tenderem a ser mais acessíveis aos estudantes e profissionais no Brasil, devido a sua maior circulação. Assim, a preferência das coleções ocorreu não somente para privilegiar os textos escritos em português, como também em função do pressuposto de maior circulação da produção científica pesquisada entre estudantes e profissionais do Serviço Social no Brasil.

Em virtude dos poucos resultados obtidos, foi necessário consultar outras bibliotecas virtuais, de comparado valor e reconhecimento acadêmico, ou seja, outros repositórios de artigos científicos na área de humanas, campo do Serviço Social.

A aproximação desejada com nosso objeto de pesquisa está baseada em uma leitura crítica sobre a produção científica do Serviço Social a respeito das dimensões raça, gênero e classe social, de maneira, a desvelar o tratamento da interseccionalidade no campo do Serviço Social no Brasil em periódicos científicos.

A pesquisa inicial foi desenvolvida a partir da análise da categoria teórica interseccionalidade no Serviço Social, em um contexto de formação e atuação do profissional.

Para captar o tratamento desta categoria na literatura da área, entretanto, não<sup>23</sup> restringimos ao cruzamento entre os conceitos interseccionalidade e assistente social<sup>24</sup> ou Serviço Social<sup>25</sup> e, sim, buscamos também desdobrar o conceito em raça, gênero e classe e palavras correlatas. Para tal feito, dividimos a pesquisa em cinco grupos de palavras, conforme consta no Quadro 1. Elas foram pesquisadas de forma associada, conforme apresentaremos a seguir.

**Quadro 1 – Grupos de Palavras**

<b>Grupo 1</b>	<b>Grupo 2</b>	<b>Grupo 3</b>	<b>Grupo 4</b>	<b>Grupo 5</b>
Assistente Social	Interseccionalidade	Gênero	Raça	Classe
Serviço Social	Interseccional	Feminismo	Racial	Classista
	Interseccionais	Feminista	Raciais	
	Intersecção	Feminino	Racismo	
	Interseção	Mulher	Étnico-Racial	
			Etnia	

Para a realização da busca nas plataformas digitais, desenvolvemos as etapas “busca avançada”, “todos os índices”, “adicionar outro campo” e “and” vinculando as palavras que dimensionam o conceito teórico interseccionalidade e constam no Quadro 1.

O primeiro momento da pesquisa ocorreu com o uso do termo “assistente social”, do Grupo 1, em conjunto com as palavras do Grupo 2. Essa associação de palavras, possibilitou cinco combinações, não resultando em quaisquer produções na base de informações SciELO. O não retorno de respostas pode indicar a inexistência de uma produção teórica relevante sobre o profissional e sua formação, no que diz respeito à articulação raça, gênero e classe.

<sup>23</sup> De acordo com a Lei nº 8.662/1993, O/A assistente social é o/a profissional com graduação em Serviço Social (em curso reconhecido pelo MEC) e registro no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) do estado em que trabalha.

<sup>24</sup> O Serviço social é a profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662/1993. O termo Serviço Social refere-se também ao curso de graduação que o/a estudante universitário/a faz para se tornar uma/a assistente social no futuro.

<sup>25</sup> O Serviço social é a profissão de nível superior regulamentada pela Lei 8.662/1993. O termo Serviço Social refere-se também ao curso de graduação que o/a estudante universitário/a faz para se tornar uma/a assistente social no futuro.

No segundo momento, utilizamos o termo “Serviço Social”, do Grupo 1, conjugando-o com as palavras do Grupo 2. Do mesmo modo, foram realizadas cinco combinações de busca na plataforma digital, que resultaram no achado de oito artigos, sendo dois sobrepostos.

Ao analisar o retorno da pesquisa, excluímos dois artigos que se repetiam e restaram seis para a análise. Dentre eles, verificamos quais não contemplavam a pesquisa, ou seja, em que a interseccionalidade não é avaliada a partir de fatores opressores formulados pelo sistema capitalista sobre o gênero feminino, com a cor negra, pertencente à classe trabalhadora. Três dos artigos selecionados para a análise foram excluídos, pois tratam de aspectos relacionados ao cuidado em saúde e violência. Esses elementos podem ser considerados decorrentes das opressões sofridas pelas mulheres negras da classe trabalhadora, materializadas no adoecimento do corpo e da mente, da mesma forma que nas marcas provocadas pela espoliação que trazem consigo, contudo, a formação e atuação do profissional assistente social não estão presentes nesses estudos. Em suma, nessa fase da pesquisa, ao final das análises, ficamos com três artigos.

Tecendo avanços no processo da pesquisa, partimos para o seu segundo momento. Fizemos uma consulta na base de dados SciELO, com o acréscimo de materiais para a análise, utilizando as palavras dos grupos 1, 3, 4 e 5 do Quadro 1, excluindo, evidentemente, as pertencentes ao Grupo 2. Os termos constantes em cada grupo, para além das que foram excluídas nessa fase, são elementos que compõem a categoria teórica interseccionalidade.

Como no método aplicado na primeira fase da pesquisa, neste segundo momento, iniciamos o cruzamento das palavras, com a utilização do termo “assistente social”. Como é possível analisar na tabela nº 5, a base SciELO Brasil não possui publicações disponíveis.

Esse retorno da pesquisa, não foram encontradas publicações que dissertam sobre a interseção da atuação do profissional assistente social com os elementos opressores da classe trabalhadora, o que provoca a reflexão sobre como ocorre a discussão, no interior da profissão, sobre gênero, raça e classe social no Brasil, dimensões da interseccionalidade. É preciso advertir que buscamos pesquisar como essas dimensões que formam o conceito teórico interseccionalidade estão sendo discutidas no seio da formação acadêmica do Serviço Social e no campo profissional a partir das publicações científicas.

Outro desdobramento da pesquisa foi feito, com a manutenção do método, utilizando o termo Serviço Social (Grupo 1, Quadro 1) ligando-o ao conteúdo dos grupos 3, 4 e 5 (Grupo 1, Quadro 1). Este novo exame à base de dados SciELO retornou trinta e seis artigos como

respostas, permitindo acessar publicações que, a princípio, poderiam responder aos objetivos da pesquisa.

No entanto, a expectativa do retorno quantitativo de artigos não respondeu a contento quando feita sua análise. Ela nos mostrou o grande número de artigos sobrepostos, impondo a retirada de vinte e oito artigos. Prosseguindo na execução da metodologia de pesquisa, realizamos a apreciação crítica sobre os oito artigos restantes, como forma de verificar sua aderência a pesquisa, fazendo-nos ter como total final a quantidade de três artigos.

Tendo em vista o esgotamento da pesquisa na plataforma SciELO e a imperativa continuidade do trabalho na busca por materiais para a análise, encerramos esta primeira fase de empreender os caminhos científicos percorridos nesta base de dados.

Atribuindo a necessidade da apreensão de publicações como forma de fomentar a pesquisa e dissertar sobre os seus objetivos, acessamos a plataforma CAPES e, no campo de busca, procuramos por periódicos. O retorno nos forneceu várias respostas, dentre elas, o “Portal Oasisbr”, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), que contém em seu repositório publicações científicas de acesso aberto. Assim, entramos na segunda fase de pesquisa através do acesso ao Portal.

Utilizamos a opção busca avançada, utilizando as palavras do Quadro 1, com a procura em todos os campos e correspondência da busca com os termos. No refinamento da procura, as alternativas assinaladas foram o idioma (português) e o tipo de documento (artigos), os campos instituição, fonte, programa, autor, criador, orientador (a), assunto, assunto em inglês (mesmo não sendo o idioma pesquisado) e área de conhecimento, ficaram como todos. O item ano de defesa ficou em branco. A dificuldade encontrada foi no uso das opções do filtro, pois, tiveram que ser usadas uma de cada vez.

Ao repetirmos o mesmo processo de pesquisa da primeira fase, na base de dados Oasisbr, o termo “assistente social” do Grupo 1 conjugado com as palavras do Grupo 2, em suas cinco associações, houve o retorno o total de cinco resultado, nenhum sobreposto, contudo, após a exclusão dos artigos sem aderência, restou um único estudo para utilização na pesquisa. O grande número de publicações inaderentes pode significar que o entrecorte dado foi utilizado de outra forma para nomear diferentes relações consideradas interseccionais e que podem não as ser.

A pesquisa se desdobrou em outros momentos, valendo-se do grupo de palavras utilizadas como palavras chaves, apresentando respostas diferentes da primeira fase. O método de pesquisa permaneceu o mesmo, apenas substituindo o termo “assistente social” por “Serviço Social”.

Mesmo com as variações de palavras, encontramos vários textos sobrepostos, por terem as palavras dos grupos pesquisados. Em um universo de 36 (artigos) encontrados, temos 08 (oito) artigos com títulos diferentes, dos quais excluímos os sobrepostos e os não aderentes a pesquisa, restando 05 (cinco) artigos para análise.

A plataforma Oasis retornou um total de 439 artigos ao serem utilizadas as palavras constantes no Quadro nº 1, conforme método de pesquisa já explicitado. No refinamento dos dados, obtivemos o resultado de 27 artigos.

Como forma de fomentar a pesquisa, acessamos outras bases digitais de bibliotecas virtuais. Iniciamos a busca com a plataforma Oasis e, posteriormente, a Bireme. Na procura para promover a pesquisa com mais elementos que nos permita analisar as publicações científicas que abordam a interseccionalidade na formação dos profissionais de Serviço Social, seguimos, assim, para a terceira fase do levantamento através da consulta a plataforma Bireme.

O acesso a plataforma Bireme se deu por meio da Biblioteca Virtual e Saúde – BVS, que é descrita como uma Rede de Redes que está sob a coordenação da Bireme. Repetimos o mesmo processo de busca, com os termos constantes no Quadro 1. O uso das palavras e suas variações foram aplicadas, ou seja, utilizamos a mesma metodologia de pesquisa empregada nas bases de dados SciELO e Oasis. Como retorno da procura, obtivemos o total de 64 artigos, contudo, no processo de escrutinização, verificamos que 48 artigos eram sobrepostos, 12 não possuíam aderência à pesquisa, restando como resultado o total de 04 artigos. Os dados quantitativos encontrados nas bases pesquisadas, estão disponíveis no anexo X desse estudo.

O resultado preliminar da pesquisa encontrado através dos dados analisados à luz deste estudo, evidencia que o número significativo de produções científicas, acessadas durante a investigação nas plataformas científicas, se expressou no resultado inferior a 5% (4.5703839122486%) dos domínios digitais analisados. Demonstraremos na Tabela 1, os resultados quantitativos da pesquisa.

**Tabela 1** – Número de produções por base de dados.

Base de dados	Total geral de produções	Total de produções utilizadas
SciELO	44	08
Oasis	439	23
Bireme	64	04
Total Bruto	547	35
Exclusão das Sobreposições entre as bases		-14
Total Final		21

Fonte: Autora – Dados da pesquisa.

A tabela 1, demonstra a quantidade de produções científicas encontradas e quantas serão utilizadas, preliminarmente, nesta pesquisa. Enfatizamos tratar-se de dados iniciais que visam evidenciar ser factível esse estudo e justificável o seu desenvolvimento.

A seguir apresentamos o quadro 2, onde estão descritos, de maneira qualitativa, os artigos, que comporão o material de análise da pesquisa. Como forma categorização, optamos pela utilização dos termos “índice”, “título”, “resumo”, “revista e ano de publicação” e “link e base de pesquisa”.

**Quadro 2** – Levantamento Qualitativo final

Índice	Título	Resumo	Revista e Ano de Publicação	Link e Base da Pesquisa
1	Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo	O artigo aborda como o racismo se estrutura na sociabilidade brasileira e seus efeitos revelados nos índices de desigualdades sociais e raciais. Para tornar inteligíveis as relações das classes sociais em sua intersecção com a questão racial.	Revista Serviço e Social n° 133. São Paulo/S.P.  Set./dez. 2018	<a href="https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-66282018000300463&amp;lng=pt&amp;tlng=pt">https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-66282018000300463&amp;lng=pt&amp;tlng=pt</a>  Base: SciELO
2	A interseccionalidade e o feminismo	O artigo é fruto das discussões propostas na disciplina Questão Social,		<a href="http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1266">http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1266</a>



	negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo	Gênero, Raça/Etnia e geração, componente curricular do curso de serviço social da Universidade Católica do Salvador. Pretende-se, com esse artigo, desmistificar concepções pontuais que estão atreladas ao racismo pigmentocrático, fazendo recorte de gênero, perpassando pela gênese do colorismo, posteriormente trazemos o mito das três mulheres negras e os estereótipos que as mesmas são enquadradas.	Artigo de Conferência, publicado nos anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC – UCSal Universidade Católica do Salvador 2019	Artigo de Conferência  Base: Oasisbr
3	As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela	O objetivo da pesquisa foi caracterizar o perfil das trabalhadoras na área da limpeza em uma Instituição de Ensino Superior (IES) no município de Rio Grande, localizado no sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul (RS), considerando situações de opressão, exploração e resistência no âmbito laboral.	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero v. 10 n. 1 (2019)  20-02-2019	<a href="http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10889">http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10889</a>  Base: Oasisbr
4	Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids	O artigo tem por objetivo verificar a vulnerabilidade ao HIV/aids de adolescentes femininas moradoras de favelas da cidade do Rio de Janeiro. O estudo sugere a criação de políticas que proporcionem o aumento da oferta de serviços de atendimento ginecológico a esse público, com ações que favoreçam a utilização de preservativo feminino e contribuam para reduzir a desigualdade social, de gênero e de raça.	Revista Saúde E Sociedade  <u>V. 19 N. SUPL.2 (2010)</u>	<a href="https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29690">https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29690</a>  Base: Oasisbr
5	Interseccionalidade de feminismo negro: a violência contra a mulher não é apenas uma questão de gênero	O artigo tem a intenção de pensar a interseccionalidade e sua adoção pelo feminismo negro, abordando aspectos conceituais e empíricos, através de dados extraídos do Atlas da Violência, que afirmam a existência de uma discriminação e diversas	Artigo de Conferência, publicado nos anais da 21ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC – UCSal Universidade Católica do Salvador 2018	<a href="http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1047">http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1047</a>  Base: Oasisbr

		opressões vivenciadas pelas mulheres no estado da Bahia, Brasil.		
6	Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica	O artigo traz os conceitos interseccionalidade, direitos humanos e racismo institucional como pano de fundo para compreender como o viés racial implícito incide nas possíveis práticas de violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil.	Revista Serviço e Social nº 133. São Paulo/S.P.  Set./dez. 2018	<a href="https://doi.org/10.1590/0101-6628.159">https://doi.org/10.1590/0101-6628.159</a>  Base: Oasisbr
7	O peso do corpo negro feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas /	O artigo se dispõe a refletir sobre a importância da interseccionalidade entre raça, classe e gênero quando a temática é a saúde sexual e reprodutiva das brasileiras. Considera-se a etnografia de dois serviços de saúde de Brasília; entrevistas com gestores de saúde local e federal e a leitura de algumas feministas negras brasileiras e latino-americanas sobre o assunto.	Revista <u>Mediações</u> <u>Revista de Ciências</u> <u>Sociais</u> Dez. 2017	<a href="https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-945316">https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-945316</a>  Base: Bireme
8	O saber surge da prática - por um Serviço Social com perspectiva feminista	O artigo propõe uma interlocução entre o Serviço Social e os Estudos Feministas no processo de construção do conhecimento introduzindo a categoria interseccionalidade para legitimar a multiplicidade de diferenças com as quais nos deparamos no cotidiano de nossas práticas.	Revista Grifos  nº 28, 2019	<a href="http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4468">http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4468</a>  Base: Oasisbr
9	Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social	O artigo apresenta as três abordagens sobre gênero mais comuns nas pesquisas no campo do Serviço Social brasileiro. São elas: o marxismo, as relações sociais de sexo e a interseccionalidade. Enquanto as duas primeiras são mais recorrentes, a última começa a adentrar as produções da área. O texto discute cada uma, mostra suas potencialidades e limites e estabelece algumas	Revista Serviço e Social nº 132. São Paulo/S.P.  Mai./ago. 2018	<a href="https://doi.org/10.1590/0101-6628.141">https://doi.org/10.1590/0101-6628.141</a>  Base: SciELO

		conexões entre elas. Por fim, aponta para lacunas presentes nas investigações sobre gênero no Serviço Social.		
10	Ante à radicalização hetero-patriarcal: resistências e possibilidades ético-políticas no Serviço Social	O artigo objetiva, a partir de uma pesquisa do tipo teórica e documental, identificar as resistências e possibilidades ético-políticas do Serviço Social no antagonismo ao ultraconservadorismo hetero-patriarcal estruturante das relações sociais no Brasil.	Revista TEMPORALIS, v. 19, n° 38, 2019	<a href="http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24119">http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24119</a>  Base: Oasisbr
11	Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais	O artigo analisa a relação entre feminismo e marxismo para o entendimento crítico e o enfrentamento das desigualdades sociais determinadas pela imbricação das relações sociais de sexo, “raça” e classe.	Revista Serviço e Social n° 132. São Paulo/S.P.  Mai./ago. 2018	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-66282018000200211">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-66282018000200211</a>  Base: SciELO
12	Feminismos No Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos E Desafios Organizativos	Analisar as transformações no feminismo brasileiro, nos últimos trinta anos é o objetivo central deste artigo que resultou de um estudo teórico-crítico acerca de três categorias que concebem o feminismo como movimento social na dinâmica da luta de classes, quais sejam: a noção de autonomia, a questão do financiamento e a construção da representatividade coletiva, compreendidas como uma unidade dialética do processo de organização do sujeito feminista no contexto de neoliberalismo.	Revista TEMPORALIS, v. 14, n. 27, 2014	<a href="http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7185">http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7185</a>  Base: Oasisbr
13	Gênero, marxismo e Serviço Social	O artigo trata das desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres, conhecidas no debate teórico e político como relações de gênero. Considera-se que o gênero é uma categoria em disputa teórica e política e que as	Revista TEMPORALIS, v. 14, n° 27, 2014	<a href="http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429">http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429</a>  Base: Oasisbr

		acusações feitas à tradição marxista, acerca de uma pretensa insensibilidade à questão de gênero, não procedem.		
14	Mulheres E Seletividade Penal: “Raça” E Classe No Encarceramento Feminino	O artigo tem como centralidade compreender alguns elementos das atuais condições e conjuntura do aprisionamento de mulheres no Brasil. Para isso, traz as principais características da população prisional feminina, visando refletir sobre os determinantes sociais e históricos que marcam estas mulheres.	Revista TEMPORALIS, v. 19, n.38, 2019	<a href="http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24073">http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24073</a>  Base: Oasisbr
15	Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista	O artigo problematiza a relação entre exploração e opressão a partir da perspectiva de que o capitalismo está fundamentalmente ligado ao patriarcado e ao racismo - não como legado, mas como necessidade.	Revista Serviço e Social n° 133. São Paulo/S.P.  Set./dez. 2018	<a href="http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-66282018000300446">http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&amp;pid=S0101-66282018000300446</a>  Base: SciELO
16	Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social	Trata-se de um ensaio teórico, parte de uma pesquisa, cujo título é “A ordem patriarcal de gênero no processo de formação profissional dos cursos de Serviço Social das Universidades públicas do norte do Paraná”. Nele, encontramos a busca das pesquisadoras por abordar as determinações da ordem patriarcal de gênero na trajetória do Serviço Social brasileiro e traduzir sua importância enquanto categoria de mediação.	Revista ex aequo n. 37, 2018  (Fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM)	<a href="http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.08">http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.08</a>  Base: SciELO
17	Precarização Do Trabalho Feminino: A Realidade Das Mulheres No Mundo Do Trabalho	O artigo aborda a precarização do trabalho feminino tendo como contexto a Reestruturação Produtiva do capital. Enfatiza as desigualdades sócio-históricas construídas entre o masculino e o feminino, a divisão sexual do trabalho, apontando como	Revista TEMPORALIS, v. 14, 28, 2014	<a href="http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6779">http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6779</a>  Base: Oasisbr

		isso incide na inserção e na realidade das mulheres no mundo do trabalho.		
18	Questão racial e formação profissional em Serviço Social	A Questão Social - base de fundamentação da existência do Serviço Social - é entendida como o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca o surgimento da classe trabalhadora como sujeito sócio-político no marco da sociedade capitalista, classe trabalhadora essa que no Brasil é majoritariamente negra. O projeto ético-político do Serviço Social vincula-se a um projeto societário que privilegia a centralidade das determinações de classe, gênero, e etnia, que se propõe à construção de uma nova ordem social, à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e dos preconceitos.	RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade  2019	<a href="http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1466">http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1466</a>  Base: Oasisbr
19	Relações Sociais De Sexo, "Raça"/Etnia E Classe: Uma Análise Feminista-Materialista	O objetivo do artigo é analisar os fundamentos teóricos e políticos da opção pela utilização da categoria relações sociais de sexo consubstanciada com as relações sociais de "raça"/etnia e de classe nos estudos feministas.	Revista TEMPORALIS, v. 14, n. 28, 2014	<a href="http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886">http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886</a>  Base: Oasisbr
20	Violência, Interseccionalidade e Seletividade Penal Na Experiência De Travestis Presas	O artigo pretende realizar uma análise das experiências sociais das travestis com o aprisionamento, especialmente no que se refere à produção de (in)visibilidade e violência. Na perspectiva do feminismo interseccional e da criminologia crítica, bem como tendo por base teórica o método materialista histórico, entende-se que as travestis são penalmente selecionáveis não apenas em razão de suas identidades de gênero, como também em virtude de sexualidade, classe social, raça/etnia e	Revista TEMPORALIS, v. 14, n. 27, 2014	<a href="http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7359">http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7359</a>  Base: Oasisbr

		estética – passando por um processo de criminalização somente experimentado por elas no cárcere.		
21	Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes	O objetivo do artigo é responder não apenas a inquietudes pessoais, mas, também, contribuir para aproximar a categoria dos assistentes sociais de um debate com indiscutível importância, uma vez que estes trabalham com as múltiplas expressões da questão social, com a elaboração e execução das políticas públicas e sociais resultantes da mobilização e organização da sociedade civil na luta por direitos, livre de opressões e sobretudo, sem classes.	Revista TEMPORALIS, v. 15, n. 29, 2015	<a href="https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7182">https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7182</a>

Fonte: Autora – Dados da pesquisa.

#### 4.2. ANÁLISE DOS ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE A RELAÇÃO RAÇA, GÊNERO E CLASSE NO SERVIÇO SOCIAL

Este item pretende analisar os artigos acadêmicos sobre a relação raça, gênero e classe na produção científica na área de Serviço Social no Brasil. Foram construídos dois eixos, a saber, a atuação e a formação dos assistentes sociais a partir da consideração da classe, gênero e raça; e o tratamento conceitual da relação raça, gênero, classe e sua interseccionalidade por esta produção científica. Cada eixo será tratado separadamente em um item, de forma específica.

A análise dos estudos científicos é o objetivo da realização desta pesquisa, pois são produtores de evidências que nos permitem compreender os fenômenos históricos e sociais da organização da sociedade capitalista. Eles são expressões da forma social capitalista, por isso, sua importância. Assim, a primeira etapa da pesquisa resultou em 21 textos a serem analisados em busca dessas evidências, fundamentando este estudo, conforme indicamos na metodologia.

Neste contexto científico de busca por respostas, surge a necessidade de entender como a atuação e a formação profissional dos assistentes sociais no Brasil se realiza a partir das dimensões étnico-racial e de gênero, interseccionalmente ligadas à questão das classes sociais.

#### 4.2.1 A atuação e formação dos profissionais de Serviço Social

Durante o estudo dos artigos científicos, nosso objeto de análise, desenvolvemos um quadro para ampliação da nossa lente quanto a atuação e formação dos profissionais de Serviço Social. Separamos os textos e encontramos 09 artigos que referem a atuação desta categoria profissional, 17 tratam da sua formação e 09 discutem sobre ambas as perspectivas relativas ao campo pesquisado.

#### **Quadro 3 - Utilização dos termos atuação e formação nos textos analisados**

(numeração do resultado da pesquisa, de acordo com ordenamento do Quadro 2)

<b>Textos que tratam da Atuação Do Profissional de Serviço Social</b>	<b>Textos que tratam Formação Do Profissional de Serviço Social</b>	<b>Textos que tratam Atuação e formação Do Profissional de Serviço Social</b>
3. As Trabalhadoras Negras em Atividades de Serviços de Limpeza: Um Olhar que desvela	01. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo	03. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela
8. O saber surge da prática - por um Serviço Social com perspectiva feminista	----	08. O saber surge da prática - por um Serviço Social com perspectiva feminista
10. Ante à Radicalização Hetero-patriarcal: Resistências e Possibilidades Ético-políticas no Serviço Social	02. A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo	10. Ante à Radicalização Hetero-patriarcal: Resistências e Possibilidades Ético-políticas no Serviço Social
11. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais	03. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela	11. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais
12. Feminismos no Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos e Desafios Organizativos	04. Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids	12. Feminismos no Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos e Desafios Organizativos
13. Gênero, Marxismo e Serviço Social	05. Interseccionalidade feminismo negro: a violência contra a mulher não é apenas uma questão de gênero	13. Gênero, Marxismo e Serviço Social
14. Mulheres e Seletividade Penal: “Raça” e Classe no Encarceramento Feminino	06. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica	14. Mulheres e Seletividade Penal: “Raça” e Classe no Encarceramento Feminino
16. Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social	08. O saber surge da prática - por um Serviço Social com perspectiva feminista	16. Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social

21. Serviço Social e Relações Raciais: Caminhos Para Uma Sociedade Sem Classes	09. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social	21. Serviço Social e Relações Raciais: Canhos Para Uma Sociedade Sem Classes
	10. Ante à radicalização hetero-patriarcal: resistências e possibilidades ético-políticas no Serviço Social	
----	11. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais	----
----	12. Feminismos No Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos E Desafios Organizativos	----
----	13. Gênero, marxismo e Serviço Social	----
----	14. Mulheres E Seletividade Penal: “Raça” E Classe No Encarceramento Feminino	----
----	15. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista	----
----	16. Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social	----
----	18. Questão racial e formação profissional em Serviço Social	----
----	19. Relações Sociais De Sexo, “Raça” / Etnia e Classe: Uma Análise Feminista-Materialista	----
----	21. Serviço Social e Relações Raciais: Caminhos Para Uma Sociedade Sem Classes	----
Total: 09	17	09

No quadro acima, verificamos a proporção de 42,86% dos artigos pesquisados tratam a respeito da atuação do profissional do Serviço Social, 80,95% da formação, enquanto 42,86% abordam as duas temáticas. A diferença de 38,09% entre os eixos suscita alguns questionamentos, tais como: Serão os elementos que compõem a formação os que mais carecem de discussões? A atuação espelha o aprendizado acadêmico? Duas perguntas compartilhadas para a reflexão sobre o campo científico que tratam atuação e formação.

O curso de Serviço Social de caráter generalista insere estudantes em campos de estágio ou profissionais para atuar em diferentes espaços junto a um vasto campo de políticas públicas. Nesse sentido, recorrer a teorias que norteiem a compreensão sobre equidade de gênero nas políticas públicas, novos modelos de família, violências de gênero, pessoa com deficiência, pessoa idosa, o cyberativismo (violência digital, cyber bullying), e outros são essenciais para qualificar o debate, as experiências de



práticas e a postura ético-política de nossos(as) estudantes e profissionais. (LISBOA e OLIVEIRA, 2019, p.61)

Segundo Lisboa e Oliveira (2019), a formação generalista ofertada pelos cursos de Serviço Social proporciona a inserção desses profissionais em várias frentes de trabalho, mas as autoras chamam a atenção quanto a necessidade da busca por aprendizados que qualifiquem a formação e atuação desses profissionais. Essa citação evidencia a importância sistemática de qualificação deste campo a fim de acompanhar a dinâmica da sociedade. A questão social através das suas expressões tende a provocar essa busca constante. Deste modo as autoras complementam:

Tendo claro que o Serviço Social cumpre um papel decisivo no enfrentamento da cultura de opressão, no decorrer da nossa prática, constatamos que uma profissão se legitima a partir das respostas que consegue emitir para usuárias(os) dos seus serviços e para suas(seus) contrastantes. (LISBOA & OLIVEIRA, 2019, p.61)

O Serviço Social é apresentado por Lisboa e Oliveira (2019) como fundamental para confrontar os elementos que circunscrevem as opressões na sociedade. As autoras trazem uma discussão quanto o lugar da prática ser o legitimador da profissão. As intervenções profissionais ao produzirem respostas as demandas dos usuários, encontram nesse espaço seu reconhecimento. Neste sentido, a prática aparece como locus privilegiado, demandando a necessidade do conhecimento formativo, por meio das apreensões teóricas, e recursos institucionais possibilitadores da sua execução.

O caráter prático-interventivo da profissão busca a efetivação dos direitos de cidadania dos usuários. Por ser o Serviço Social uma profissão de caráter prático-interventivo, que efetiva sua prática na operacionalização do nexo entre as instituições sociais e os serviços que estas devem prestar, além de atender aos usuários com necessidades e demandas na busca pelo acesso aos direitos e serviços. (DIAS, 2015, p.323)

Em consonância com o indicado por Lisboa e Oliveira (2019), Dias (2015) traz a propriedade prático-interventivo do Serviço Social, tendo a sua atuação como espaço no qual ocorre sua legitimação. A autora faz referência ao trabalho aplicado, com suas características, evidenciando as ações investidas das intencionalidades fundantes da profissão, materializadas a partir das realidades institucionais e daqueles que demandam a intervenção deste profissional.

Os cursos de Serviço Social das unidades de ensino superior no Brasil são regidos por diretrizes curriculares e têm em sua estrutura, componentes apresentados em forma de disciplinas obrigatórias, eletivas, Trabalhos de Conclusão de Curso, estágio obrigatório e atividades complementares, necessários ao processo de formação. (LISBOA e OLIVEIRA, 2019, p.61)

No processo de reflexão sobre a atuação e formação, apresentamos a citação de Lisboa e Oliveira (2019) sobre a organização dos cursos de Serviço Social no Brasil, ou seja, as etapas de formação no nível de graduação superior. Tal aspecto precisa ser citado, dado o modo

construído historicamente quanto ao profissional do Serviço Social ser considerado o profissional da ajuda. Esse pensamento ainda se perpetua na cultura brasileira, por isto, reafirmar sua formação é algo importante.

O sujeito coletivo, ou seja, a categoria profissional, constrói, por meio da sua organização, o seu projeto profissional, o qual se constitui por dimensões que envolvem: profissionais diretamente vinculados ao exercício profissional, docentes e pesquisadores ligados à área da formação e pesquisa e estudantes. Consta-se que a categoria de assistentes sociais apresenta uma forte capacidade de organização, não sendo raro notar, em seus fóruns e eventos, a participação desses “segmentos” do Serviço Social, que, com suas respectivas organizações (conjunto CFESS/CRESSs, ABEPSS e ENESSO), imprimem a discussões, debates e formulações da categoria profissional um caráter democrático, participativo e amplamente representativo dessa categoria. (SOUZA, 2014, p.24)

Souza (2014) evidencia a capacidade organizativa da categoria de Serviço Social. Conforme apresentado pela autora, envolve entre os seus elementos, os que estão em formação, formadores e os que estão inseridos na prática. Este alinhamento construtivo torna-se fundamental a medida em que a sua inserção na sociedade é dotada da intencionalidade de transformações societárias em acordo com o compromisso ético-político profissional.

A análise crítica das “expressões da questão social”, bem como sua origem e desenvolvimento histórico, além das demonstrações que as particularizam na sociedade capitalista, vem ganhando cada vez mais relevância na contemporaneidade. Conhecer suas fundamentações e as várias formas de manifestações constitui um grande desafio para o Serviço Social, pois, é a partir daí que são elaboradas respostas para o seu enfrentamento. (DIAS, 2015, p.323)

Dias (2015) destaca as discussões acerca das expressões da questão social e como se materializam. No entanto, as soluções requeridas para o seu confronto, dependem do aprofundamento de conhecimento sobre suas causas e formas. Entendemos tratar-se de um processo histórico-dialético que precisa ser analisado à luz da crítica teórico-metodológica utilizada como basilar a formação e atuação do profissional de Serviço Social, a teoria marxista.

Respeitando o pluralismo da profissão expresso no Código de Ética Profissional de 1993, artigo 7º, encontramos na teoria marxista estudos sistêmicos sobre a organização da sociedade capitalista capazes de desvelar os fundamentos críticos do Capital.

Em referência ao pluralismo, Souza (2014) escreve:

A consolidação do projeto profissional do Serviço Social deve ocorrer em consonância com o respeito a um dos princípios mais caros a esse mesmo projeto, que, inclusive, figura com destaque em nosso Código de Ética Profissional: o pluralismo, o que não significa, em hipótese alguma, a ausência da luta de ideias, do confronto de concepções teóricas e políticas e do debate entre os diversos projetos existentes. Significa, sim, que o verdadeiro debate democrático só alcança sua plena realização quando realizado com respeito às hegemonias legitimamente conquistadas, em que este, enquanto princípio democrático, garantiria a própria existência do pluralismo. (SOUZA, 2014, p.24 e 25)

Conforme mostrado acima, o pluralismo no campo do Serviço Social não configura a inexistência de embates de ordens ideológicas, teóricas e políticas, da mesma forma, a disputa de projetos. Trata-se de um princípio democrático conquistado pela categoria, portanto, deve ser defendido. Ele coaduna legitimamente com o Marxismo na leitura da sociedade capitalista e sua perspectiva de superação desse modelo exaustivo de exploração da força de trabalho e dos recursos naturais.

Como resultado encontrado neste eixo da pesquisa, o número de artigos que abordam a formação é superior aos que tratam sobre a atuação. Ao lê-los, evidencia-se a formação como componente necessário a toda trajetória das e dos que se propõem o engendramento por esta profissão.

Dentre outras, as opressões de raça e gênero e a exploração de classe surgem como expressões da questão social, sobre as quais esses profissionais deverão intervir. Elas surgem como materializações da diferença de classes provocada pelo capital, a chamada questão social. Assim, para a área do Serviço Social torna-se fundamental o aprendizado teórico-crítico possibilitador da leitura da realidade social, a fim de que suas elaborações se tornem meios de respostas e transformação societária.

#### *4.2.1.1. Materializações da questão social no trabalho de Serviço Social*

Encontramos em Coelho et. al (2019), a fundamentação da discussão sobre a formação do profissional do Serviço Social pautada na questão social. Reafirmando o que constitui o objeto de trabalho da categoria.

A discussão sobre a formação profissional em Serviço Social se pauta na “questão social” enquanto eixo fundamental para a compreensão da profissão questão essa que se revela por meio de suas “refrações”, sobre as quais o assistente social, a partir de uma prática pensada e refletida, realiza intervenções apoiadas em políticas sociais, cuja finalidade é oferecer respostas às expressões multifacetadas e complexas da “questão social” no capitalismo. (COELHO et. al, 2019, p.3)

A exposição das autoras reafirma o fundamento do exercício profissional e a questão social como substancial categoria. A intervenção sobre a questão social se realiza de forma pensada, a circunscrevendo na ótica da defesa das garantias dos direitos sociais.

O material analisado indica que a literatura da área descreve os enfrentamentos do profissional em seu cotidiano laboral, como materializações da questão social, em particular, no caso da nossa pesquisa, a relação raça, gênero e classe. São materializações da questão social, portanto, violência obstétrica; violência de gênero; saúde da mulher negra em geral; encarceramento; estereótipos e apropriações culturais; desigualdade salarial no mercado de

trabalho; precarização do trabalho, em especial a uberização; e a desigualdade nas ocupações geradas pela divisão social do trabalho.

O debruçar-se sobre a análise dos artigos nos permitiu apreender a violência obstétrica como uma das materializações das expressões sociais que atinge as mulheres negras. No que se refere a tal apreensão, encontramos em Carneiro (2017):

[...] o parto enquanto evento comporta inúmeras semânticas e que as particularidades vividas por mulheres jovens, pobres, sozinhas, negras e moradoras de regiões rurais, podem desenhar uma outra premissa de cuidado, para além da fisiologia ou da ausência de intervenções técnicas e farmacológicas. (CARNEIRO 2017, p.397):

O ato de parir é um acontecimento repleto de sentidos, como encontramos no compartilhado por Carneiro (2017), no qual se circunscreve vidas e significados, havendo o que é visto, assim como o que apenas pode ser sentido. No entanto, esse momento pode ser transformado no lugar do sofrer violência, até mesmo provocando a morte.

A extinção de vidas que atinge com maior densidade as mulheres negras. São elas que ao conceberem seus filhos ou após esse ato, a fase do puerpério, falecem mais do que as mulheres brancas.

Em um seminário sobre a pesquisa “Nascer no Brasil” da Fiocruz, realizado na Unicamp, em 2010, [...] a mortalidade materna entre as mulheres negras é quase sete vezes superior à das mulheres brancas. Pouco tempo depois, de acordo a pesquisa de opinião da Perseu Abramo, “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados” (2010), sobre “violência no parto”, despontou o dado de que “quanto mais jovem, mais pobre e mais negra, mais violência no parto existiria” (CARNEIRO, 2017, p.397)

A pesquisa compartilhada por Carneiro (2017), elucida, assim, a realidade das mulheres negras sobre serem as que mais sofrem a violência obstétrica, apontando um outro dado que é a idade e sua condição de classe.

Assis (2018), ao investigar as mortes maternas de mulheres negras, apresenta dados de análise que demonstram que são elas as maiores vítimas desse tipo de violência. De acordo com a autora:

[...] ao considerar o marcador social cor/raça, Ramos (2016) afirma que as negras são as que mais sofrem com a falta de informação sobre o aleitamento, assim como o não acompanhamento durante a gravidez. A autora relata, também, que o tempo de atendimento dispensado às mulheres negras geralmente é menor do que o atendimento a uma mulher branca. “Fatos como esse fazem com que a mulher negra, além de não ser assistida devidamente, também se sinta inibida diante do cuidado com sua saúde” (RAMOS, 2016). (ASSIS, 2018, p.553)

É possível considerar nas falas das autoras, a violência obstétrica como algo muito presente na vida das mulheres negras em um contexto de classe social, no qual a diferença racial

fica evidenciada por meio da manutenção de estereótipos como, por exemplo, o menor tempo destinado em uma consulta. Assim, compartilha Assis (2018):

Diante do exposto, é possível inferir que os efeitos da construção do imaginário social criado em torno da população negra no Brasil se reproduzem nos serviços de saúde. A associação entre violência, doença, crime, prostituição, “feitura” e o corpo feminino negro parece ser refletida no atendimento à saúde, especialmente no momento do parto (Silva e Fonseca, 2012). Pensar a violência obstétrica relacionada às mulheres negras se faz necessário para problematizar as hierarquias nos serviços de maternidade, visando a garantia do direito à assistência adequada para as mulheres negras nos referidos serviços. (ASSIS 2018, p.557, 558)

O desenvolvimento deste imaginário social em torno da população negra se consolidou de tal modo, que ainda encontramos suas reproduções no modo de atendimento desse público no âmbito da saúde, traduzindo-se em violências nesses espaços sobre os corpos femininos negros. Essa violência se materializa em múltiplas dimensões, como o tempo destinado à consulta, o que pode resultar, por exemplo, em menos informações acessadas pelas mulheres negras.

A violência obstétrica cometida contra as mulheres negras ainda é muito pouco problematizada, muitas vezes, ocultada sob a égide da precarização do serviço de saúde pública. Contudo, é preciso destacar que, a discussão sobre a desassistência ou uma assistência deficitária a esse público, alicerçada sobre a diferença do cuidado ofertado ao mesmo gênero com a cor branca, em sua condição gestacional, conforme aponta Assis (2018, p. 560):

Dados disponibilizados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) referentes aos óbitos maternos, no período de 2000 a 2013, indicam que o município do Rio de Janeiro registrou 273 mortes de mulheres brancas, enquanto o mesmo indicador para mulheres negras somou um total de 485 mortes. Ou seja, as mulheres negras morreram em média 56% a mais que as brancas durante o período gravídico puerperal.

Os dados apresentados, ainda que estejam com uma defasagem de tempo para a pesquisa presente, tornam-se pertinentes à medida em que demonstram a existência de mortes de mulheres negras maior que 50% do que as mulheres brancas no mesmo ciclo gravídico puerperal, em um período inferior a uma década do momento atual. Tais afirmações ensejam a reflexão sobre as persistentes desigualdades sociais perpetuadas durante a história do país, desde o período escravocrata, cuja raízes se reproduzem no cotidiano da sociedade, com aparente naturalidade.

A violência de gênero desponta como uma segunda materialização das expressões da questão social presentes na produção acadêmica. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência de gênero é "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou

possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada"<sup>1</sup>. Tal definição demonstra a complexidade que envolve esse tipo de violência, dada as múltiplas formas que ela acontece.

As raízes da violência de gênero são profundas na sociedade em que vivemos, vindas do período de escravidão, consolidadas na organização social capitalista regida pelo patriarcado, baseadas na espoliação dos corpos e do conjunto de recursos naturais que podem ser explorados. O resultado desses elementos que compõem a ordem social é compartilhado por Barroso (2018), como:

A imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo revela, assim, hierarquias e privilégios nas relações sociais de sexo/gênero, étnico-raciais e classe. [...] mulheres pobres, negras e indígenas sofrem mais intensamente as opressões da ordem patriarcal, pois carregam no corpo as marcas da opressão-exploração do sexismo, do racismo e do classismo. (BARROSO, 2018, p.453)

As opressões e sua intensidade não são decorrentes de fatores individuais. Elas são estruturadas por uma sociedade dividida em classes, sustentada por um sistema hierárquico, que direciona sua exploração e opressão com maior intensidade para as mulheres negras e indígenas da classe trabalhadora. Este modelo de organização precisa valer-se de opressões sobre os corpos para o seu controle, possibilitando sua maior exploração, portanto, a violência de gênero se constitui como uma das expressões da questão social, tornando-se objeto de trabalho do profissional de Serviço Social.

A respeito de tal constatação, encontramos em Patriarcha e Fortuna (2018, p.120):

Os estudos sobre gênero passaram a ser debatidos na profissão no final da década de 1980 e meados da década de 1990, quando o Serviço Social se engajou nas lutas transversais à de classe.

Em 1990, surge na academia a categoria gênero consolidando os «estudos de gênero» em substituição a «estudos feministas» ou «da condição feminina». Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras (LISBOA 2010, 71 Apud PATRIARCHA e FORTUNA 2018, p.120).

Patriarcha e Fortuna (2018), mostram que a questão de gênero entra no debate da profissão de Serviço Social para além do tratamento do feminino a partir de 1990, período em que a área de Serviço Social estava passando por profundas mudanças desencadeadas a partir dos movimentos da categoria, culminando no que é chamado de Movimento de Reconceituação. Conforme demonstramos no capítulo 2, o Movimento aproximou aproximando esta categoria profissional da teoria marxista, originando um novo Código de Ética da profissão (1993)

comprometido com a transformação societária e possibilitando uma apreensão crítica da realidade pelos profissionais, a partir da compreensão da divisão de classes, as diferenças que geram a questão social e suas expressões, sendo uma delas a violência contra as mulheres<sup>26</sup>.

Dias (2015), discute a organização do capitalismo e sua voracidade na acumulação, trazendo suas repercussões em todos os âmbitos da vida em sociedade e, com o aumento das forças neoconservadoras, o aumento da discriminação e violência:

O capitalismo avança e se constitui cada vez mais voraz obstinado em sua necessidade de produção de lucro e acumulação. Crises financeiras, políticas, sociais, culturais e outras. atingem todo o globo, provocando sérias e profundas mudanças, sobretudo, ideológicas. O aumento das forças neoconservadoras tem crescido de forma exponencial, aliadas a um processo intenso de discriminação e violência, atingindo as várias esferas da sociedade. (DIAS, 2015, p.321)

Diante da afirmativa da autora, torna-se possível elaborar a extensão da violência de gênero como estruturante de uma sociedade organizada a partir do patriarcado, tornando o fenômeno violência circunscrito socialmente. As dimensões que envolvem esse fenômeno, como os estereótipos criados em torno das mulheres negras, adensam a vulnerabilidade destas. Aliado a organização patriarcal e ao racismo, observa-se a importância do reconhecimento dessas diferenças que aprofundam as desigualdades sociais e tornam as maiores vítimas da violência de gênero.

Podemos afirmar que o tratamento da saúde da mulher negra caracteriza-se como mais uma das expressões da questão social na produção científica analisada, apesar, da saúde, a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, ter passado a ser tratada como um direito de todas as pessoas no país, com a responsabilidade do Estado, conforme Artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)

---

<sup>26</sup> O estupro como forma de dominação e coerção das mulheres negras é uma prática criminosa que ainda persiste, como demonstram os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. (2019) Uma forma de violência estabelecida desde o período escravocrata no Brasil. Na publicação Dossiê Mulher (2019, p.13), o levantamento da violência contra as mulheres no ano de 2018, traz um comparativo entre os modos de violência e a quem atinge em maior proporção. Nele encontramos que as mulheres autodeclaradas negras e pardas possuem maior vulnerabilidade à violência, ao serem comparadas às mulheres que se declaram brancas e as não declaradas e outras. Nos levando a concluir que as mulheres negras são as mais vulneráveis, com menor proteção do Estado e vistas como corpos que podem sofrer as expressões de violência, levando-nos a refletir sobre os olhares sociais que ainda as objetificam.

Para além da saúde ter adquirido o status de direito, o artigo constitucional supracitado evidencia o acesso ao cuidado em saúde como universal e igual para todas as pessoas, no entanto, como aponta Assis (2018):

Pesquisas apontam que as taxas de mortalidade materna são relacionadas ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde ofertados, pois grande parte dessas mortes poderia ser evitada através da aplicação adequada de políticas públicas. O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) de 2014 demonstra que as mulheres negras são o público-alvo da mortalidade materna no Brasil. (ASSIS, 2018, p.552)

O apontamento da autora a respeito das pesquisas sobre as taxas de mortalidade materna tem relação, assim, com o acesso e a qualidade dos serviços de saúde ofertados. Todavia, essas mortes não se dão de maneira igualitária entre as mulheres brancas e negras, o que coloca questões sobre o cumprimento da Constituição Federal em relação as mulheres negras, pois, são elas as que mais morrem.

A incumbência do Estado em zelar pela saúde dos habitantes do território brasileiro se materializa através da criação do Sistema Único de Saúde - SUS, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, um dos maiores sistemas de saúde do mundo. Com sua rede própria e complemento da rede privada, é reconhecido mundialmente pela sua capilaridade na extensa dimensão territorial do país e eficiência, apesar dos frequentes ataques aos seus princípios, como a universalidade, e o seu caráter público e gratuito.

A necessidade de citar o SUS para adentrarmos na saúde da mulher negra, ocorre por ser esse Sistema o que atende a maior parte da população no Brasil, portanto, sua relevância é inegável. Ao abordar a saúde da mulher negra, considerando suas especificidades, precisamos lidar com aspectos que ainda fazem parte do cotidiano em saúde, exigindo-nos o processo de reflexão e iniciativas transformadoras dessa realidade.

O enfrentamento do racismo alinha-se com os princípios do SUS, sobretudo a integralidade e equidade, portanto não se trata de uma outra discussão apartada do que compõe o cuidado em saúde. Mas, não se julga algo simples, conforme compartilha Carneiro (2017, p.394): “O sistema público de saúde brasileiro tem por princípio a igualdade de acesso. No entanto, não são poucas as desigualdades em sua prática”.

Torna-se importante destacar que o não desenvolvimento pleno do SUS em seus princípios deve ser pensado a partir de um processo histórico no qual esse Sistema faz parte. Foi construído a partir de uma sociedade com profundas desigualdades sociais advindas da sua



colonização, com centenas de anos de escravização, uma abolição escamoteada por interesses econômicos e as raízes conservadoras e racistas ainda existentes nesse país.

Assis, (2018, p.549), compartilha o conceito de “viés racial implícito” que, na análise da autora, trata-se de “um atalho mental, um recurso útil que, por vezes, faz com que tenhamos ações automáticas (intencionais ou não) baseadas nas características fenotípicas”. Ao trabalhar este conceito, a autora insere uma discussão a respeito do Racismo Institucional, que relacionado ao viés racial implícito, se coloca como:

O viés racial pode ser entendido como uma perspectiva tendenciosa construída a partir do contexto sócio-histórico que legitimou a escravidão negra no Brasil. Disso, resultaram práticas, conscientes e inconscientes, que têm como uma de suas bases um contexto peculiar articulado às ações políticas, econômicas, sociais e culturais que retratam a pessoa negra como desprovida de inteligência, humanidade, capacidade de articulação política, não sendo pensada como alvo de cidadania plena. Nessa teia, ideologias relacionadas à inferioridade e coisificação, legado da escravidão, conformam uma imagem engessada, crônica e naturalizada da população negra numa realidade subalternizada. (ASSIS, 2018, p. 548 e 549)

Com essa prerrogativa, a autora aponta que o Sistema Único de Saúde - SUS “não está imune a tal fenômeno, já que tem refletidas em seu cotidiano as determinações político-raciais de nossa sociedade” (ASSIS, 2018, p. 549), contribuindo para a reflexão quanto a complexidade que há nessas determinações, sobretudo, quando a agregamos ao gênero feminino e a racialidade negra.

É preciso pontuar a respeito dos movimentos sociais da população negra e sua incidência na conquista dos direitos em saúde da população negra. As mulheres negras eram esterilizadas sem ao menos ser solicitado o aceite de tal intervenção sobre o seu corpo. Questões relacionadas a sua saúde sexual e reprodutiva começaram a eclodir na década de 1990, levando a criação do Comitê Interministerial de Saúde da População Negra e do Programa de Saúde para Anemia Falciforme. A organização dos movimentos sociais em torno da pauta da saúde da população negra obteve conquistas significativas como Carneiro (2017), refere:

[...] começa a existir um processo de “racialização positiva” (MAIO e MONTEIRO, 2005, p. 431) em nome de um conceito mais sociológico e menos biológico de raça/cor no país. Nessa época, é criado o Comitê Interministerial de Saúde da População Negra, bem como um Programa de Saúde para Anemia Falciforme (PAF), ações desenvolvidas depois da Marcha Zumbi dos Palmares em 1995 e do I Plano de Direitos Humanos para o Brasil em 1996. Nessa fase, também se inclui o quesito raça/cor nos formulários de saúde e, assim, começam a despontar a ideia das ditas “doenças negras, étnicas ou racializadas”. (CARNEIRO, 2017, p. 401)

Considerações sobre o movimento negro, principalmente, o das mulheres negras, com destaque para a Articulação de Organizações de Mulheres Negras no Brasil, também é compartilhado por Assis (2018). A autora cita a respeito:

Conquistas importantes no campo das políticas sociais têm crédito nesse movimento, sobretudo no atual contexto de desmonte sucessivo das políticas sociais e aumento da violência contra a população negra. (ASSIS, 2018, p. 561)

Sobre os movimentos sociais da população negra sua organização e eficácia nas conquistas dos direitos em saúde, podemos afirmar que foram um grande salto para alcançar o preconizado na Constituição Federal de 1988, Artigo nº 196, no que tange à saúde como um direito e dever do Estado. Respaldados nos princípios do SUS, Lei nº 8.080 (BRASIL, 1990), sendo um deles a participação social, garantida através da Lei nº 8.142 de (BRASIL, 1990), os movimentos sociais organizados seguem ocupando os espaços de exercício da cidadania, como os conselhos de direito, na defesa das pautas que representam.

Para Assis (2018, p.548), os avanços nas políticas públicas foram e são muito importantes, mas torna-se necessário o fortalecimento desse campo para atenuar os impactos do racismo institucional dentro dos espaços de cuidado em saúde. Neste sentido, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, criada em 2009, considerada como uma política de ação afirmativa, é referenciada por Carneiro (2017, p.402/403), como uma das políticas compensatórias, a partir do aumento da concepção de respostas por parte do Estado as necessidades específicas da população negra.

Considerando o compartilhado por Carneiro (2017), respaldada em Santos (2008), as políticas públicas de amplo aspecto (universalistas) e as políticas públicas focais precisam estar juntas para que ocorra o efeito desejado, no caso, a equidade, visando superar a desigualdade social existente, também, no âmbito da saúde, cujas opressões são vivenciadas com maior intensidade pelas mulheres negras.

A respeito da equidade como princípio do SUS a ser assegurado a população negra por meio da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2009), podemos observar em Carneiro (2017), a discussão que versa sobre o “racismo institucional” e a necessidade de assegurar a saúde da população negra em seu sentido mais amplo, conforme conceito definido pela OMS (1947). Assim, a autora refere:

É justamente essa noção de equidade que parece reverberar nas políticas atuais de saúde que, ao partirem de um leque mais amplo de agravos para a saúde da população negra, pautam a necessidade de políticas ou de um cuidado específico com o “racismo institucional” e com os determinantes sociais desiguais de saúde entre brancos e negros no Brasil. Nesse sentido, a política nacional de saúde para a população negra parece vir amparada tanto em aspectos sociais, quando nos remete ao racismo institucional e às desigualdades sócioeconômicas, como também em aspectos fisiológicos e supostamente genéticos, ao mencionar uma maior propensão a determinadas doenças, como diabetes mellitus, anemia falciforme e hipertensão. (CARNEIRO, 2017, p.403)

Não podemos deixar de mencionar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (BRASIL, 2004), apesar de não constar no sumário de suas perspectivas e diretrizes o tópico intitulado “Saúde das Mulheres Negras” aborda a ausência da variável cor, o que foi reparado a posteriori, conforme citado, e faz uma contextualização sobre as condições de vida das mulheres negras, a maioria vivendo abaixo da linha da pobreza, expondo o menor acesso delas aos serviços de saúde. (BRASIL, 2004, p.50)

O texto Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Perspectiva e Diretrizes (BRASIL, 2004), apontava a necessidade da racialização para melhor interpretação dos indicadores em saúde:

O recorte racial/étnico é fundamental para a análise dos indicadores de saúde e para o planejamento e execução de ações. Indicadores de saúde que consideram cor ou raça/etnia são absolutamente necessários para que se possa avaliar a qualidade de vida de grupos populacionais, de que e como adoecem e de que morrem. (BRASIL, 2004, p.51)

Mesmo com a existência das políticas públicas descritas, a saúde da mulher negra ainda necessita de olhares que possibilitem a garantia do acesso ao cuidado, com vistas à prevenção de doenças e promoção de saúde. Mulheres negras ainda morrem mais do que as mulheres brancas. Um ponto a ser discutido quanto a saúde das mulheres negras versa sobre a descriminalização do aborto.

Conforme já destacado, as opressões vivenciadas pelas mulheres negras quando estão em uma gestação indesejada e buscam o aborto, são mais opressoras que as vividas pelas mulheres brancas. Deste modo, busca-se pensar a interseccionalidade para a mudança da mortalidade materna e do aborto que atingem em maior número as mulheres negras. O tratamento da interseccionalidade será objeto do item 4.2.2.1.

De acordo com a pesquisa que realizamos a partir dos artigos acadêmicos, uma das materializações da expressão da questão social advém do encarceramento feminino. Picolli & Tumelero (2019, p.198), referem que a população carcerária brasileira é a quarta maior do mundo e apresentam os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de aumento desta população em 567% entre os anos de 2000 e 2014. O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública por meio do INFOPEN tornaram público os dados sobre o encarceramento no Brasil quanto ao perfil do público feminino privado de liberdade, expondo que em sua maioria trata-se de mulheres jovens, negras, com baixo grau de escolaridade e mães.

Portanto, torna-se possível afirmar que o encarceramento feminino é uma realidade cada vez mais crescente no Brasil. Em um processo, muitas vezes, atravessado pela necessidade de venda da força de trabalho, vemos aumentar as prisões de mulheres envolvidas com o crime, em suas diversas formas como, principalmente, com o tráfico de drogas. Diante dessa constatação enunciada, enxerga-se uma cor predominante dos corpos femininos encarcerados: eles são negros.

Grupos sociais historicamente com acessos negados ou limitados à educação e ao trabalho demonstram, ainda hoje, serem mais suscetíveis à punição do sistema de justiça, o que configura a reprodução dessas opressões estruturais na lógica punitiva do Estado brasileiro. (PICOLLI & TUMELERO, 2019, p.199)

O panorama do racismo no Brasil é algo grave e demarca historicamente grupos sociais. Destaca-se o processo de escravização no país, sua duração e a forma abolicionista que se deu a libertação da população escravizada, uma vez que a falta de políticas públicas de amparo a população negra nos pós abolição da escravatura e os impactos que essas premissas causaram a esse grupo populacional reverbera até os dias atuais.

Os elementos raça, gênero e classe expressam-se, portanto, nas produções acadêmicas da área, em uma das realidades mais perversas que é a privação da liberdade dos seres humanos. Contextualizado aos dados apresentados, os quais mostram serem as mulheres jovens até 29 anos as mais propensas a serem presas no Brasil se comparado com a probabilidade de mulheres acima de 30 anos, as autoras demonstram a seletividade do sistema de punição para as mulheres:

Quanto aos crimes pelos quais essas mulheres respondem, é evidenciado que, majoritariamente, são praticados sem violência, relacionados ao tráfico de drogas, seguido de crimes contra o patrimônio, entre outros registros. A maioria das mulheres responde por crimes ligados ao tráfico de drogas. [...] a preponderância de determinados crimes no que condiz à punição de mulheres pelo sistema de justiça, demonstrando uma seletividade penal que também incide sobre determinados tipos de crimes (a saber: relacionados ao tráfico de drogas e contra o patrimônio). (Picolli & Tumelero, 2019, p.199)

Diante do compartilhado pelas autoras quanto a seletividade no sistema penal para as mulheres, há de se considerar o do referencial epistemológico o materialismo histórico, pois, há o entendimento que este contribui para revelar a realidade a partir do ato de compreender como esse real ocorre por meio das suas contradições e do seu desenvolvimento durante a história. Salientamos, a partir dos textos elencados nesse tópico que, as classes sociais são determinantes dos lugares em que grupos de indivíduos historicamente ocupam no processo de produção social, embora esta seja uma questão que abordaremos com maior profundidade no item 4.2.2.

Ferreira (2014, p.104), apresenta a realidade das prisões no Brasil, a qual revela uma total violação de direitos. Ele escreve:

Representam, assim, uma contradição diante do seu propósito legal, pois não só respondem com violência aos crimes cometidos como também descumprem a lei ao negligenciarem direitos humanos, usufruindo, mesmo que hipocritamente, do paradoxo de tentar “remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países”. (FERREIRA, 2014, p.104)

Conforme a afirmativa, o direcionamento do sistema prisional ocorre para os que se encontram longe das margens impostas pelo capital. São esses limites colocados por essa forma de organização social, onde se encontra a classe trabalhadora, que podem ofertar proteção, ou seja, os considerados aptos a venda da sua força de trabalho são os que podem acessar o que é ofertado pelo sistema capitalista no que tange ao acesso protetivo para a vida em sociedade. Em PICOLLI & TUMELERO (2019, p.201), encontramos dados da pesquisa do INFOPEN, conforme segue:

Em relação a “raça”, cor ou etnia da população prisional feminina, o INFOPEN Mulheres (BRASIL, 2018) aponta que 62% são negras, 37% são brancas e o restante é dividido entre amarelas, indígenas e outras. A disparidade entre os padrões de encarceramento de mulheres negras e brancas também é expressa no tocante à população prisional total (homens e mulheres), na qual 64% de seus integrantes são negras, enquanto que, no mesmo ano, a população de negros/as acima de 18 anos no Brasil era de 53%, demonstrando uma sobre-representação dessa população no sistema prisional do país.

Destacamos a pesquisa como forma basilar para a compreensão das determinações do capital sobre os grupos que, prioritariamente, estão postos fora desse limite de proteção do Sistema Capitalista. A pesquisa evidencia o grande número de mulheres negras em relação as brancas, contudo, a existência de invisibilidade em torno das relações que envolvem a privação da liberdade das mulheres no Brasil, sobretudo, a racialidade, está presente no cotidiano das prisões.

Temos uma parte da população não elegível dentro dos padrões do capital para inclusão do mercado de trabalho, ao que Mattos (2017, p.117), faz referência a essa “superpopulação relativa como um “produto necessário” da acumulação capitalista, pois se encontra disponível para ser explorado, independente do crescimento numérico da população.

Os dados brevemente apresentados, nos impõem a leitura de uma sociedade marcada e estruturada pelo racismo, comandada pelo patriarcado e silenciada. Ela está alicerçada por um sistema de classes, tornando possível apreender o encarceramento feminino como um elemento

ainda mais excludente, executando o que Marx chamou de “supranumerária” ou “exército industrial de reserva”. (MARX, 2017, p.117)

Os estereótipos que envolvem a população negra, culturalmente, assumiram um protagonismo no imaginário social, corroborando para um processo de naturalização de violências no cotidiano das relações. Esses estereótipos se constituem como mais uma das materializações das expressões da questão social encontrada nesta pesquisa, pois, como compartilhado por Barroso (2018, p.455), existe um processo de hierarquização dentro do Sistema econômico no qual a sociedade se organiza e, a partir do eixo opressão-exploração, a autora expõe a necessidade do seu reconhecimento.

Reconhecer essas hierarquias implica reter que mulheres pobres, negras e indígenas sofrem mais intensamente as opressões da ordem patriarcal, pois carregam no corpo as marcas da opressão-exploração do sexismo, do racismo e do classismo. (BARROSO 2018, p.455)

O entendimento da autora quanto as hierarquias presentes na sociedade, ocorre no sentido que estas visam possibilitar o reconhecimento do segmento que sofre mais as opressões de um sistema baseado no patriarcado. Barroso (2018), ao discutir os elementos opressores contidos nos estereótipos que se tornam geradores de violência sobre os corpos femininos negros, faz uso de Collins apud Marcondes et al. (2013, p. 137): a forma como os estereótipos vinculados à representação social são fontes inesgotáveis de violência contra as mulheres negras e também confinadores sociais.

A estereotipação é uma das formas potentes de violência contra as mulheres negras, pois, o seu *modus operandi* possibilita a manutenção no status quo da classe dominante e o ciclo aprisionador dos corpos femininos negros nos espaços de opressões. Essa ferramenta operacionalizada dentro do sistema capitalista, designa a depreciação das mulheres negras, sendo capaz de ir além das suas vítimas, alcançando a subjetividade social. Portanto, se constitui como parte da organização social.

Seja para o capital espoliar ainda mais a sua força de trabalho, utilizando-a como forma de dominação, seja para transformá-la em objeto de uso, as mulheres negras sofrem com estereotipações carregadas por diferentes formas de racismo expressas no ideário brasileiro, sendo como exemplos:

[...]1 - a mulher preta barraqueira; 2 - a mulher negra vista como a ‘mulata’, no qual a sociedade sobrecarrega-a de estereótipos e a utiliza como mercadoria nas festas populares; e por fim, 3 - a mulher preta que tem a melanina acentuada vista como a mãe preta que serve para prestar cuidados domésticos a sua família, visto que, a

mesma não é útil para outras atividades na sociedade capitalista. (CONCEIÇÃO et. al, 2019, p. 6)

Esses elementos compartilhados pelas autoras trazem denominações e determinações para as mulheres negras, demonstrando como o racismo se expressa em relação a elas no campo fenótipo, apregoando que “o racismo na vida das mulheres negras tende a determinar quais espaços elas podem compor.” (CONCEIÇÃO et. al, 2019, p. 7).

A cultura sobre a população negra, em especial da mulher negra, foi um outro elemento que surgiu como resultado desta pesquisa nas produções acadêmicas do Serviço Social. Nossa análise sobre o aspecto cultural e sua utilização pelo capital trouxe como resultado a cultura como um importante componente para a estruturação e desenvolvimento das relações sociais. A referência cultural de determinado grupo, a qual é promotora da sua vida social, assim como a natureza, transforma o homem e se transforma através das pessoas, diferenciando-se pela coletividade que a cria, mantém e a modifica. Contudo, pelas mãos do capital, sua transformação se dá sob a égide individual para o coletivo transformando-a em recurso do capital para o alcance da lucratividade.

[...] a reprodução social é a reprodução de um certo modo de vida, da forma como se reproduzem as ideias e pensares, do cotidiano, de princípios e valores, de práticas culturais e políticas que permeiam a trama das relações sociais. (SILVA, 2019, p.183)

A autora, Silva (2019), compartilha a respeito da reprodução social e como elas se reproduzem no dia a dia das pessoas. Deste modo, podemos refletir acerca dos muitos modos desta reprodução e como a cultura não é só um modo material da expressão da questão social, quando utilizada como elemento opressor, como também o é quando utilizada como uma estratégia de dominação pelo capital.

A forma de dominação da cultura no Brasil se fez de maneira muito perversa, utilizando-se da força para alavancar e garantir a miscigenação ocorrida em consequência dos processos de colonização. Conceição et. al. (2019) explicam como essas questões fazem parte de um processo histórico e que se mantém na sociedade, tornando-se responsáveis por perversas culturas organizadas de modo a determinar o lugar das mulheres negras.

A miscigenação iniciou-se com muitas violências, desde os estupros das indígenas e africanas pelos colonos, e, é por esse motivo que no presente artigo, torna-se indispensável o recorte de gênero, tendo em conta que a cor da pele das mulheres negras irá definir qual papel ela irá ocupar na sociedade. (CONCEIÇÃO, et. al, 2019, p. 5)

É preciso compreender que o compartilhado pelas autoras disserta sobre o conceito de eugenia, algo importante para a análise da inferiorização da população negra e indígena

sustentada por teorias que vigoraram no século XIX., gerando a descaracterização do pertencimento dos povos envolvidos, afastando-os da sua vivência cultural como forma de resistência, e sujeitando-os, sobretudo as mulheres, a vivências violentas longe das suas origens e referências culturais.

A desigualdade salarial no mercado de trabalho, também uma forte expressão da questão social na produção acadêmica, se materializa cotidianamente na vida das mulheres negras. As questões raciais ligadas ao gênero feminino fornecem dados que demonstram ser a mulher negra a que se encontra nos cargos mais desvalorizados da sociedade e, mesmo quando ocupam cargos de maior valorização, recebem menos que homens não negros e negros e mulheres brancas.

A segregação no mercado de trabalho ocorre através das práticas discriminatórias não apenas entre gênero, mas sobretudo entre raça. O lugar das mulheres negras, na maioria das vezes, está demarcado a determinadas atividades laborais ligadas à alimentação, aos cuidados e a higiene. Tais tarefas que, socialmente, tem pouco prestígio, que se reflete também em baixos salários como, por exemplo, o trabalho doméstico, que ocupava 5,9 milhões de mulheres, sendo 10% brancas e 17% negras (IPEA, 2014). (SILVA e TÊDDE, 2019, p. 94 e 95)

No que se refere à presença de barreiras para encontrar melhores posições no mercado de trabalho, essas estão presentes para homens e mulheres. No entanto, acumulam desvantagens as mulheres negras, que são maioria no emprego doméstico, historicamente marcado pela precarização, exploração e opressão. (MADEIRA e GOMES, 2018, p.471)

Encontramos nos textos evidências sobre as vulnerabilidades que acometem as mulheres negras no mercado de trabalho, conforme demonstrado por Silva e Tedde (2019), e Madeira e Gomes (2018). Os estudos revelam os altos níveis de exploração, sendo as mulheres negras as que encontram as piores condições de trabalho e a maior desvalorização da venda da sua força de trabalho. Para compreendermos essa dinâmica de depreciação na vida laborativa das mulheres negras, precisamos nos reportar a contribuição do racismo para a manutenção da ordem social vigente, o qual impõe níveis elevados de exploração para a população negra, principalmente para a mulher negra.

O texto de Silva e Tedde (2019), nos aponta que as funções de baixo prestígio são ocupadas essencialmente por mulheres, apresentando como exemplo o trabalho doméstico. Evidencia-se a divisão sexual do trabalho, pois são as mulheres que ocupam esses postos de trabalho. Todavia, há o recorte racial, considerando que o número de mulheres negras é em maior proporção. A respeito de tal fato, os autores chamam a atenção para a necessidade de acrescentar nas pesquisas a divisão racial do trabalho.



Além da divisão sexual do trabalho, a divisão racial do trabalho precisa ser acrescentada nas pesquisas sobre o mundo do trabalho, para entendermos a diferença de salários presente entre pessoas negras e brancas. [...] Em 2010, as mulheres brancas, tinham um rendimento de R\$ 1.153,45 e, as mulheres pretas e pardas, recebiam o equivalente de 65% desse valor, R\$ 756,3. Quando comparado aos homens, as mulheres negras recebiam o equivalente a 58% e as mulheres brancas, 69%. A disparidade de rendimentos é maior para as trabalhadoras negras. (SILVA e TÊDDE, 2019, p. 97 e 98)

Os autores, também, trazem a discussão sobre os valores pagos aos homens e mulheres e suscitam o debate a respeito das diferenças encontradas. A pesquisa revela a significativa diferença de rendimentos entre os sexos masculino e feminino, além da desigualdade salarial quando comparado os proventos das mulheres brancas e negras.

Os textos analisados até aqui fortalecem o entendimento de que a inserção da mulher e mais enfaticamente, da mulher negra no exercício do trabalho reprodutivo é uma herança da colonização, que transfere profissões direcionadas ao cuidado para mulheres e o cuidado subalternizado e desvalorizado, com baixo prestígio social, para mulheres negras.

A precarização do trabalho, em especial a uberização, que constitui mais uma materialização da questão social na literatura acadêmica analisada, circunscreve um novo modelo de exploração das forças produtivas. Essa forma de venda da força de trabalho torna ainda mais perversa as relações sociais. Portanto, a tratamos como uma nova expressão da questão social, pois o seu princípio é gerado pelas transformações impostas pelo capital no mundo do trabalho, a redução dos postos de trabalho e o incentivo neoliberal ao empreendedorismo.

O intenso processo de mudanças no mundo do trabalho, baseado nas formas contemporâneas de organização da produção, tem gerado um contexto onde as condições de trabalho tornam-se cada vez mais flexíveis. Nesse sentido, há um aumento da precarização dos postos de trabalho, evidenciada na instabilidade dos empregos, na informalização, no trabalho subcontratado e em tempo parcial e ainda na perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas. (NASCIMENTO, 2014, p.40)

A citação baliza o que compartilhamos sobre as transformações vividas pelos trabalhadores, provocadas pelo capital com o propósito de aumento dos lucros, incorporando maiores riquezas a esse sistema de dominação. São mudanças que incidem sobre a organização dos modos de produção, como por exemplo: a automatização em substituição a força de trabalho humana, a flexibilização das relações de trabalho, as mudanças nas legislações trabalhistas e a economia globalizada.

Depreende-se que o processo de acumulação flexível, associado às inovações tecnológicas, configura de forma significativamente diferenciada a inserção de

homens e mulheres no mundo do trabalho, isto é, as condições de trabalho se apresentam de modo distinto para os sexos. (NASCIMENTO, 2014, p.52)

Assim, a flexibilidade do trabalho e o processo tecnológico tendem a suprimir mão de obra desqualificada por procedimentos automatizados, incidindo fundamentalmente sobre o emprego das mulheres. Isso ocorre devido ao não acesso destas à qualificação para atuar nos processos de trabalho onde se emprega alta tecnologia, expressa por uma noção existente de que elas seriam incompetentes tecnicamente, já que a especialização flexível foi construída a partir da figura de trabalhador qualificado e polivalente, reservada ao homem. (NASCIMENTO, 2014, p.53)

Nascimento (2014) partilha a respeito do processo de acumulação flexível pelo capital, com o avanço tecnológico que exclui as mulheres, subalternizando-as a ocupações que não dependem de qualificação. A autora chama a atenção para o não acesso das mulheres a novas formas de aprendizado que as qualifiquem para o exercício de funções com maiores exigências, trazendo o recorte sexista.

A prevalência de mulheres negras, com menor grau de escolaridade, subalternizadas a trabalhos domésticos com menor remuneração, em suas diversas formas de contratação por serem consideradas inábeis para o acesso ao mercado de trabalho, automaticamente excluídas de qualquer possibilidade de venda da sua força de trabalho.

Outras questões podem acometer as mulheres negras, tornando-as mais vulneráveis a inserção no mercado de trabalho, como a falta de qualificação profissional, baixa escolaridade, raça-cor, distância da moradia dos centros urbanos etc. compondo o elenco das expressões da questão social, o objeto de trabalho dos profissionais do Serviço Social.

A precarização das relações de trabalho intencionalmente provocado pelo Sistema Capitalista vem promovendo, assim, uma nova categoria de trabalhadores: os “uberianos”. O processo de trabalho que a envolve atua com o princípio aparentemente autônomo, mas, na verdade, não existe autonomia quando parte do que é produzido é por quem controla o trabalhador.

A denominação “uberiano” possui conotação com a empresa Uber. Trata-se de uma empresa que contrata motoristas habilitados, com veículo próprio para o transporte de passageiros. De acordo com Fontes (2017, p.56), a Uber controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um “emprego”. Tais características da empresa é um exemplo a ser utilizado para elucidar a organização do segmento, apesar de não deter a propriedade direta das ferramentas e dos meios de produção, é ela, a empresa, quem detém o controle.

Para o segmento das trabalhadoras e dos trabalhadores incidem responsabilidades sobre os meios de produção que lhe garantam o desenvolvimento do seu trabalho. Não há exigências de formação ou qualificação profissional para desempenho da função de dirigir, pilotar ou conduzir qualquer um dos veículos a serem conduzidos, ao “contratante” interessa que a sua ou o seu “contratado” possua os requisitos determinados, sobretudo, os meios de produção e a capacidade comprovada através do documento de habilitação a ser enviado pelos meios digitais.

A desigualdade nas ocupações geradas pela divisão social do trabalho, já mencionada de forma tangencial ao longo deste item, é um último ponto a ser tratado como materialização das expressões da questão social nas produções científicas da área.

Desse modo, as questões relacionadas ao gênero, a classe e a raça, compõem a base das desigualdades, infringindo, com maior ênfase, as mulheres negras. O capital as utiliza para ampliar as formas de exploração, por esse motivo o estabelecimento da sociedade de modo patriarcal, racista, sexista possibilitam a existência da desigualdade nas ocupações geradas na divisão social do trabalho, assegurando maior acúmulo de riquezas para o Sistema Capitalista, espoliando cada vez mais suas trabalhadoras e seus trabalhadores e adensando a desigualdade entre eles.

#### 4.2.2 Princípios de atuação e formação do assistente social

Além das materializações da questão social apresentadas, as produções acadêmicas analisadas tratam também dos princípios norteadores da atuação profissional nas três dimensões tratadas por Santos (2006), a saber, Teórico-Metodológica, Ético Política e Técnico Operativa. Essas dimensões estão inseridas no Projeto Ético Político da profissão do Serviço Social, tendo a teoria crítica marxista como direção hegemônica e como seu princípio técnico operativo a utilização de instrumentos e métodos para a intervenção na realidade social.

O princípio teórico metodológico trata da adoção da teoria crítica marxista como teoria hegemônica de orientação do trabalho do assistente social. Nesta perspectiva, Santos (2006), afirma que existe uma unidade entre as dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativa, entretanto esta unidade se estabelece na diversidade entre elas. Por isso, a autora irá discorrer sobre o princípio teórico metodológico como a dimensão teórica que orienta a prática profissional do assistente social, estabelecida em um movimento dialético entre elas.

Ao explicitar essa concepção, constato que há, igualmente, uma relação de unidade entre teoria e prática, mas na diversidade. Ou seja, toda prática é constituída por determinações que refletem uma lei, entretanto, essa lei não se expressa na aparência

do objeto; para que seja conhecida é necessário um movimento que gere um conhecimento teórico sobre esse fenômeno. Assim, somente quando se tem um procedimento teórico sobre a prática é que ela poderá expressar uma teoria, a qual, só poderá modificar a prática quando for utilizada para projetá-la e avaliá-la, ou seja, o âmbito da prática é o da efetividade da ação sobre o mundo e o âmbito da teoria é o de criar finalidades ou resultados ideais para a ação. A teoria possibilita a ação, uma vez que aponta as tendências nela presentes. (SANTOS, 2018, p.168)

O texto de Santos (2018), propicia a reflexão quanto a não dicotomia entre teoria e prática. Ela lembra que toda a ação profissional precede o conhecimento e aplicação teórica. Ou seja, é o movimento de aplicação do conteúdo teórico pensado sobre o objeto de intervenção que a ação se realiza. Essa égide de atuação está presente, também, quando o assistente social se confronta com as opressões raciais, de gênero e classe. É o conteúdo teórico apreendido e elaborado em suas reflexões que possibilitará o agir de modo a superar as vulnerabilidades.

Por esta razão, a teoria crítica concebida hegemonicamente como direção para a prática profissional do assistente social concebe a questão social como objeto de trabalho do assistente social.

No material selecionado para a análise, as relações de gênero são apresentadas como relações sociais de desigualdade entre homens e mulheres. E é possível observar o estabelecimento de uma relação entre essas desigualdades e a questão social, que é definida nos textos como:

O conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p. 27, apud. LEMOS e SOUZA, 2018, p. 193)

A questão social, objeto de trabalho do assistente social, e razão da existência do Serviço Social, se relaciona com a dimensão teórica, que lhe serve de sustentáculos para a sua compreensão. A forma de intervir se expressa nas relações de gêneros, raças e classes. Sobre essas materializações, tratadas no item anterior, que se constituem as expressões da questão social é que se dará o trabalho de intervenção do assistente social. “Desse modo, as desigualdades de gênero constituem-se como um dos focos do trabalho do assistente social e de suas preocupações de pesquisa.” (ALVES, 2018, p. 269).

O marxismo está atrelado ao Serviço Social como teoria que orienta a sua prática, nessa perspectiva, o gênero sob o ponto de vista da teoria marxista precisa ser pensado, principalmente, a partir da produção e reprodução das relações sociais. Por essa razão, se torna imperioso o olhar do Serviço Social para a questão de gênero visto que ela faz parte dos mecanismos que geram a desigualdade, e, portanto, o campo de atuação dos assistentes sociais.

Especificamente sobre a teoria marxista, observa-se nos textos um interesse em estabelecer uma relação entre as relações de gênero e classe, e a teoria em si, relacionando-a com o Serviço Social por se tratar de questões que demandam um olhar mais atento dos profissionais para este campo.

Para Marx, os seres humanos são intrinsecamente interdependentes, e a produção e reprodução da vida humana são, ao mesmo tempo, biológicas e sociais. As posições relacionais de homens e de mulheres são componentes da produção e da reprodução. Portanto, divisões que se apresentam como naturais são, não obstante, socialmente construídas. (ALVES, 2018, p. 270)

Os trabalhos analisados foram, em sua maioria, realizados a luz da teoria marxista, citando o materialismo histórico-dialético como principal método para a compreensão das dinâmicas das relações de gênero, raça /cor e interseccionalidade. “Essa postura diante da investigação sobre a realidade, visando sua transformação, faz da teoria marxista uma teoria revolucionária, o que é fundamental para a compreensão das relações de gênero” (SOUZA, 2014, p.16).

Sabemos assim, como afirma Netto (2011), que a teoria marxista não é a única a estar presente no Serviço Social, porém ela se apresenta como direção hegemônica na prática profissional atual. Em tempo, é necessário destacar que, apesar da unanimidade da utilização da teoria marxista nos textos, o texto 9 intitulado “*O Saber Surge Da Prática: Por Um Serviço Social Com Perspectiva Feminista*”, traz uma crítica a dificuldade de alguns profissionais dialogarem sobre o feminismo e a interseccionalidade devido a uma “cegueira ideológica” (LISBOA e OLIVERA, 2019, p.54).

As autoras citam como referência um trabalho anterior intitulado: *Serviço Social com perspectiva de gênero: o que a “cegueira ideológica” não permite ver*. Publicado em 2019, pela revista *Feminismos da Universidade Federal da Bahia*. No texto em questão, as autoras problematizam a utilização de uma única perspectiva teórica. Ainda na introdução elas lançam a seguinte afirmação:

[...]. Muitas décadas se passaram desde então, e o movimento dialético de transformação da realidade nos aponta não ser mais possível permanecer submetido a uma única teoria que se propõe universal, e reduz todas as explicações à dimensão de classe. (LISBOA e OLIVERA, 2019, p.104)

O que fica claro em ambos os textos é que a crítica se direciona para a não relevância de outras teorias que poderiam agregar conteúdo ao debate sobre feminismo. Ou seja, apesar das críticas, as autoras não descartam a teoria marxista ao tema.

Em suma, nos textos analisados, a discussão sobre as relações de gênero a partir do marxismo no Serviço Social apontam para o projeto ético-político como categoria central da relação entre gênero e Serviço Social, sendo o debate sobre gênero, a luz da teoria marxista, essencial para a profissão.

Assim, o princípio ético-político se expressa no posicionamento em favor da viabilização do acesso dos usuários aos seus direitos, em outras palavras, ao posicionamento em favor da classe trabalhadora como fundamento da prática profissional. Este tema se estabelece de forma hegemônica nos textos. Denominado como projeto ético-político do serviço social, este é acompanhado nas produções analisadas pela referência ao código de ética da profissão, preconizando o trecho, deste documento, que aponta a não aceitação de qualquer tipo de discriminação de gênero.

A importância do debate sobre o gênero para o Serviço Social reside no fato de que o atual projeto ético-político da profissão, expresso no código de ética profissional, na lei de regulamentação da profissão e nas diretrizes curriculares, tem como inspiração teórico-política o marxismo, apresentando em um dos princípios do nosso código de ética o compromisso com a defesa da igualdade de gênero: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (SOUZA, 2014, p.15)

De antemão, podemos dizer que a perspectiva do feminismo em que nos situamos encontra na teoria revolucionária marxista e no Projeto Ético-Político do Serviço Social uma estratégia comum: a luta por liberdade substantiva, o que necessariamente demanda pensar as relações sociais e as contradições e conflitos que os conformam, bem como uma ação coletiva em torno de um projeto societário classista. (CISNE, 2018, p.212)

Discriminar é violar direitos e o princípio da não discriminação, assim como os demais princípios defendidos no Código de Ética do Assistente Social acenam para uma práxis social, na qual a ação profissional está fundamentada em uma concepção ética que tem como fundamento ontológico o ser social. (COELHO et. al, 2019, p.04)

As questões relacionadas ao patriarcado e ao rompimento com o conservadorismo nas relações de gênero, no que diz respeito ao Serviço Social, fazem parte do arcabouço histórico da profissão. A interferência do patriarcado e do conservadorismo na profissão, a acompanharam desde a sua criação, algo que traz exigências perenes para a profissão, uma vez que, ao mesmo tempo que lutamos contra toda e qualquer forma de discriminação e o surgimento de uma nova ordem societária, o nosso empregador é o responsável pela contratação da nossa força de trabalho e seus interesses estão voltados a manutenção da ordem social que controle as pessoas.

Lembramos que o projeto ético-político do Serviço Social, seguido da referência ao Código de Ética da profissão, deve ser preconizando em sua essência no seio da categoria

profissional, sobremaneira o princípio XI, que versa sobre a não aceitação de qualquer tipo de discriminação de gênero e raça/cor.

O texto de Souza (2014), aprofunda o debate a respeito do projeto ético-político, pautando a questão da etnia:

O Projeto Ético-Político do Serviço Social apresenta uma estrutura básica que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade (concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas) como valor central, o que leva tal projeto a assumir um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Fica nítida a vinculação do Projeto Ético-Político do Serviço Social a um determinado projeto societário atento a incidência e centralidade das determinações de classe (mediadas pelo gênero, etnia etc.), que se propõe à construção de uma nova ordem social, à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e dos preconceitos. (SOUZA, 2014, p.25)

De acordo com a autora, este projeto insere uma dimensão política a profissão que possibilita a compreensão da relação entre raça, gênero e classe, pois considera o reconhecimento da liberdade como núcleo para a defesa da igualdade.

Dos textos analisados, Souza (2014), é a que discute de maneira mais ampla a relação entre gênero, raça, classe e o projeto ético-político, porém esta relação aparece nos textos que falam diretamente do Serviço Social, como é o exemplo de Cisne (2018), cuja relação entre eles aparece já na introdução:

De antemão, podemos dizer que a perspectiva do feminismo em que nos situamos encontra na teoria revolucionária marxista e no Projeto Ético-Político do Serviço Social uma estratégia comum: a luta por liberdade substantiva, o que necessariamente demanda pensar as relações sociais e as contradições e conflitos que os conformam, bem como uma ação coletiva em torno de um projeto societário classista. Assim, não nos é suficiente pensar nas categorizações individuais do ser homem e do ser mulher ou mesmo nas liberdades de forma individualizada, ainda que isso também seja importante (CISNE, 2018, p. 212)

O estabelecimento desta relação se segue em outros textos, sempre considerando o projeto ético-político como um fortalecedor da necessidade de considerar a relação dessas categorias como fundamental para a relevância do tema dentro da profissão de serviço social. Diante disto, o próximo tópico pretende atender a necessidade de dialogar sobre o tratamento conceitual da relação gênero, raça e classe na análise realizada.

#### 4.2.3 Tratamento conceitual da relação classe, gênero e raça

O conceito de interseccionalidade, já discutido ao longo deste trabalho, é uma das categorias chave selecionada para a discussão dos resultados da pesquisa. O objetivo é observar a partir da análise dos textos a forma como este conceito aparece e a sua relação com o Serviço Social. Para isto, iniciaremos a discussão apresentando uma visão geral deste conceito nos

textos e depois discutiremos a partir de quatro textos específicos o conceito de Interseccionalidade.

Em um sentido mais amplo o conceito da interseccionalidade aparece nos textos majoritariamente no debate da relação de gênero e raça em que citam-se a situação da mulher negra diante das estruturas sociais tais como as instituições governamentais, legislações, história da população negra brasileira, o movimento negro como movimento de resistência as desigualdades, pesquisas ligadas ao âmbito institucional que envolvem cuidados de saúde, condições de trabalho, diferenças de salários, relações interpessoais, eugenia e outros. Há também algumas especificidades sobre o conceito, como por exemplo a citação de Crenshaw como principal autora a debater o tema.

No âmbito da relação entre o tema e o Serviço Social, a interseccionalidade contribui para a visibilidade do conjunto das expressões da questão social que atingem as pessoas pertencentes a classe trabalhadora, contudo, ainda carece de maior apropriação pela categoria profissional. Existe a problematização do perfil da maior parte dos usuários mais vulnerabilizados pela questão social que são em maioria mulheres negras. Portanto observa-se nos textos uma advertência ao Serviço Social, no sentido da necessidade de relevância deste tema (juntamente com o debate de raça, gênero e classe) para a potencialização da eficácia da atuação profissional junto a esta população.

Coadunamos com este entendimento, considerando que o objeto de trabalho dos assistentes sociais é a questão social cuja perspectiva profissional parte de uma consciência de classe, portanto, conforme aponta ALMEIDA (2019, p.197):

Para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, olhar para a situação real das minorias. A situação das mulheres negras exemplifica isso: recebem os mais baixos salários, são empurradas para os “trabalhos improdutivos” – aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais. Por exemplo, as babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital. –, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono, recebem o pior tratamento nos sistemas “universais” de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de classes e dos mecanismos institucionais do capitalismo.

Esta exemplificação de Almeida, reforça o nosso entendimento de que a Interseccionalidade na concepção de raça descrita pelo autor, e da divisão de classes sociais “são socialmente sobredeterminados” (ALMEIDA, 2019, p.196). Essa compreensão, assim como as situações narradas pelo autor apontam para a relevância fundamental que este tema tem para o serviço social.



Os textos que separamos para esta discussão são, em parte, pesquisas que se assemelham aos exemplos dados por Almeida (2019). A análise dos textos nos permitiu compreender que a mulher negra sofre as mais diversas e extremas expressões da questão social. Estão inseridas nas camadas mais vulneráveis da sociedade em diversos campos, que podem ser observados através do material analisado.

O primeiro texto destacado para a discussão sobre a interseccionalidade é o intitulado: *A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo*. O texto inicia com a afirmativa de que o debate sobre interseccionalidade no Serviço Social se apresenta de forma tímida, em outras palavras há uma crítica quanto ao baixo diálogo sobre esse tema no processo formativo e na academia como um todo sobre esta temática.

Ainda sobre o serviço social, as autoras – Conceição, et. al. (2019) – inserem o debate justamente no ponto que sinalizamos acima, acrescentando também que o perfil das assistentes sociais e das estudantes de serviço social da região nordeste “seja de mulheres, sobretudo negras” (CONCEIÇÃO, et. al. 2019, p. 1). Sobre a discussão a respeito da interseccionalidade e questão social, sinalizado acima, as autoras apontam que:

Compreender essas questões enquanto conjunto de desigualdades da sociedade é entender que estas estão indissociáveis da questão social, conforme sinalizam segundo Leila Lemos e Caroline Carmo, (2018), tais vulnerabilidades ou opressões se sobrepõem, e, aqui afirmamos que tal fenômeno é o que se denomina de interseccionalidade. (CONCEIÇÃO, Et. Al. 2019, p.2)

A indissociabilidade da interseccionalidade com a questão social fica evidente no trecho citado: A sobreposição das vulnerabilidades a que estão submetidas as mulheres negras, é a representação do que o texto aponta como interseccionalidade. Sendo esta sobreposição indissociável da questão social. Em outras palavras, o conceito da interseccionalidade faz parte do trabalho das assistentes sociais porque os elementos opressores que o compõe estão presentes no objeto de trabalho dos assistentes sociais que é a questão social.

Neste ponto as autoras avançam para a conceituação da interseccionalidade, parafraseando Crenshaw (1989), as autoras afirmam que este conceito se apresenta como “uma ferramenta metodológica importante para conceituar o problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CONCEIÇÃO Et al. 2019, p.02). Além disso o tema é fortalecido pela tratativa da autora citada por elas colocando que “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças/etnias, classes e outras” (p.02).

O tópico seguinte aponta uma discussão fundamental para a compreensão das intersecções na particularidade brasileira: o Colorismo. As autoras iniciam este tópico dissertando sobre o conceito de eugenia, importante para a compreensão da inferiorização da população negra e indígena sustentada por teorias que vigoraram no século XIX. Havia, no Brasil, uma defesa da necessidade de embranquecimento da população como forma de desenvolvimento nacional. Nesta perspectiva as autoras apontam que esse pensamento culminou na implantação de políticas de migração que estimulassem a vinda dos europeus para o país.

Partindo das discussões de Alice Walker (1983) e Tainan Silva (2017), as autoras discorrem sobre a miscigenação ocorrida em consequência dos processos de colonização. Citando Alice Walker (1983), que primeiro cunhou o termo colorismo e os estudos sobre o tema as autoras destacam o conteúdo para contextualizar a realidade brasileira, nesse ponto entram também as discussões de Tainan Silva (2017), como base para o diálogo mais específico sobre o tema no país. Partindo disso elas explicam como essas questões fazem parte de um processo histórico e que se mantém na sociedade sendo responsáveis por perversas culturas. Elas também reforçam a necessidade do recorte de gênero sobre o tema:

A miscigenação iniciou-se com muitas violências, desde os estupros das indígenas e africanas pelos colonos, e, é por esse motivo que no presente artigo, torna-se indispensável o recorte de gênero, tendo em conta que a cor da pele das mulheres negras irá definir qual papel ela irá ocupar na sociedade. (CONCEIÇÃO, et. al, 2019, p. 5)

Com essas bases de diálogo estabelecidas, as autoras discutem ao longo do texto os diferentes espaços direcionados para a mulher negra a partir da tonalidade de sua pele. Para isso elas traçam um caminho discorrendo sobre a teoria do branqueamento a miscigenação brasileira e a consequente diversidade de cores. As mulheres negras, segundo o texto, ocupam espaços diferentes e sofrem formas diferentes de racismo de acordo com a sua tonalidade de pele, isso também se expressa no ideário brasileiro, sendo:

[...]1 - a mulher preta barraqueira; 2 - a mulher negra vista como a ‘mulata’, no qual a sociedade sobrecarrega-a de estereótipos e a utiliza como mercadoria nas festas populares; e por fim, 3 - a mulher preta que tem a melanina acentuada vista como a mãe preta que serve para prestar cuidados domésticos a sua família, visto que, a mesma não é útil para outras atividades na sociedade capitalista. (CONCEIÇÃO et. al, 2019, p. 6)

Nesta perspectiva as autoras avançam descrevendo a forma como o racismo se expressa em relação a mulher negra no campo fenótipo dizendo que “o racismo na vida das mulheres negras tende a determinar quais espaços elas podem compor, a tonalidade da pele segrega e

acarreta privilégios, dentro da sociedade.” (CONCEIÇÃO et. al, 2019, p. 7). Estes privilégios citados pelo texto são explicados pelas autoras, pela interpretação de que, o aspecto fenotípico permite, quanto mais próxima a pessoa está do padrão colonizador, sofrer o racismo de maneira mais branda, ou seja, a mulher cuja aparência se aproxima do padrão branco europeu, tem mais possibilidades de ocupar espaços elitizados, porém sofrendo formas veladas de racismo. Isso quer dizer que o racismo permanece ainda que de maneira mais branda para determinadas mulheres.

As mulheres negras em especial, possuem lugares pré-definidos a partir da tonalidade da pele. Essas classificações designam os papéis destinados a estas mulheres e explicita o racismo velado existente no colorismo, que permite que as negras mais claras adentrem espaços historicamente acessados por brancas, desde que performem o padrão posto pela sociedade, isso se dá justamente por estarem mais próximas do padrão estético que é imposto socialmente, não a isentando de sofrer preconceitos, porém não significa que as estas não passem por opressões, ou desdobramentos do racismo, o processo se dá de forma mais branda, se comparadas às violências direcionadas as negras retintas e de traços mais fortes, uma constatação de que a discriminação racial fica mais “delicada” com o “clareamento” da pele. (CONCEIÇÃO, et. al, 2019, p. 8 e 9)

A relevância deste texto para a discussão sobre interseccionalidade é fundamental, pois fortalece a percepção da condição da mulher negra em diferentes campos da sociedade, pois demonstra a forma como ele se complexifica através da estratificação da mulher negra e assim, se mantém.

Neste aspecto, é preciso recorrer a forma de organização da sociedade capitalista, sobretudo sobre a qual debruça-se essa pesquisa, a brasileira. Nela encontramos a prevalência de mulheres negras, com menor grau de escolaridade, subalternizadas a trabalhos domésticos com menor remuneração, em suas diversas formas de contratação. São consideradas inábeis para o acesso ao mercado de trabalho, automaticamente excluídas de qualquer possibilidade de venda da sua força de trabalho, sem mensurar outras questões que podem acometê-las, como a falta de qualificação profissional, baixa escolaridade, raça-cor, distância da moradia dos centros urbanos etc., compondo o compartilhado por Conceição quanto aos espaços de ocupação ao que tange a cor e adensados pelos elementos descritos que compõem o elenco das expressões da questão social<sup>27</sup>, o objeto de trabalho dos profissionais do Serviço Social.

---

<sup>27</sup> A expressão ‘questão social’ passou a ser definida por meio da interpretação da existência de um abismo provocado pelo arranjo estrutural da burguesia e da observância da agudização da miserabilidade advinda deste modo de organização social. (NETTO, 2001, p. 43)

Quando falamos da interseccionalidade, nosso objeto de estudo encontra apoio na realidade vivida por essas mulheres parte da sociedade patriarcal, em que o fator raça está ligado ao gênero e a classe social, tornando-se em uma única categoria de análise para a compreensão dessas mulheres negras trabalhadoras não conseguirem comercializar sua força de trabalho.

O apontamento da mulher negra caracterizada no texto concorda com o conteúdo apresentado no segundo texto selecionado, cujo título é: *As Trabalhadoras Negras em Atividades de Serviços de Limpeza: Um Olhar Que Desvela*. O texto em questão, apresenta uma análise sobre o trabalho da mulher negra no Brasil. Para tanto, as autoras discorrem sobre as questões raciais, de gênero e interseccionalidade, apresentando dados que demonstram que a mulher negra se encontra nos cargos mais desvalorizados da sociedade e, mesmo quando ocupam cargos de maior valorização recebem menos que homens não negros e negros e mulheres não negras.

A segregação no mercado de trabalho ocorre através das práticas discriminatórias não apenas entre gênero, mas sobretudo entre raça. O lugar das mulheres negras, na maioria das vezes, está demarcado a determinadas atividades laborais ligadas à alimentação, aos cuidados e a higiene. Tais tarefas que, socialmente, tem pouco prestígio, que se reflete também em baixos salários como, por exemplo, o trabalho doméstico, que ocupava 5,9 milhões de mulheres, sendo 10% brancas e 17% negras (IPEA, 2014). (SILVA e TÊDDE, 2019, p. 94 e 95)

Os dados e a discussão que segue ao longo do texto contribui como base para a pesquisa realizada pelas autoras no município de Rio Grande no estado Rio Grande do Sul. Tal pesquisa aponta dados que coadunam com os estudos apresentados por elas e reafirmam a condição da mulher negra em relação a população.

Em 2010, uma mulher trabalhadora com Ensino Fundamental completo e Médio incompleto, possuía um rendimento de, em média, R\$ 680,87, enquanto um homem com a mesma escolaridade, recebia R\$ 1.186,16, uma diferença de 57%. Com o Ensino Médio completo e Superior incompleto, a diferença entre homens e mulheres é de 52%, os homens ganhando R\$ 1.699,73 e as mulheres R\$ 878,35. O Ensino superior apresenta uma disparidade de 57%, apresentando R\$ 4.330,78 mensais para os homens, e apenas R\$ 2.470,83 mensais para as mulheres. Os dados mostram que obter o Ensino superior não dirime as desigualdades salariais entre mulheres e homens, ao contrário, indicam que quanto maior a escolaridade, maior a desigualdade salarial entre os sexos. (SILVA e TÊDDE, 2019, p. 97)

Além disso, os autores trazem um enfoque interseccional nas relações de trabalho:

A manutenção das relações onde a população negra é oprimida se dá através de um sistema social aparelhado de mecanismos que operam as desigualdades raciais dentro da sociedade (Gomes apud Silva e Tédde, 1995, p. 55), e esse sistema consegue se renovar perante as novas organizações estruturais, criando barreiras cotidianas e reforçando velhos estereótipos étnicos, como a presença majoritária de mulheres negras nas atividades de serviços de limpeza. (SILVA e TÊDDE, 2019, p.101)

Essa discussão é importante por demonstrar a situação de vulnerabilidade da mulher negra no mercado de trabalho. Desmascarando os altos níveis de exploração desta população

sobretudo da mulher negra que aparece nas piores condições de desvalorização do trabalho. Identificamos a partir das afirmativas do texto e da relação com o conteúdo discutido até aqui, o racismo, inclusive no campo interseccional, contribui para a manutenção da ordem social vigente impondo níveis elevados de exploração para a população negra, principalmente para a mulher negra. Os textos analisados até aqui fortalecem o entendimento de que a inserção da mulher e mais enfaticamente, da mulher negra no exercício do trabalho reprodutivo é uma herança da colonização, que transfere profissões direcionadas ao cuidado para mulheres e o cuidado subalternizado e desvalorizado, com baixo prestígio social, para mulheres negras.

Se no âmbito profissional a pesquisa do texto das trabalhadoras negras permitiu a constatação da posição vulnerável da mulher negra no Brasil, o terceiro texto separado traz uma discussão sobre a violência obstétrica sob a perspectiva da interseccionalidade. O texto tem como título: *Interseccionalidade, Racismo Institucional E Direitos Humanos: Compreensões À Violência Obstétrica*, inicia, situando o leitor a respeito do objeto trabalhado no texto: trata-se de um fragmento dos resultados obtidos a partir de uma pesquisa de doutorado em andamento, que investiga as mortes maternas de mulheres negras. Para isso o texto se desenvolve inicialmente introduzindo o conceito de gênero situando o leitor da forma como essa questão está relacionada a violência obstétrica, e apresenta dados de análise que demonstram que a violência é ainda maior nas mulheres negras.

Ainda na introdução a autora demarca as definições ligadas ao tema, cabe destaque o conceito de “viés racial implícito” (ASSIS, 2018, p. 549) que, na fala da autora trata-se de “um atalho mental, um recurso útil que, por vezes, faz com que tenhamos ações automáticas (intencionais ou não) baseadas nas características fenotípicas” (ASSIS, 2018, p. 548). Ao trabalhar este conceito a autora insere uma discussão a respeito do Racismo Institucional que relacionado ao viés racial implícito se coloca como:

O viés racial pode ser entendido como uma perspectiva tendenciosa construída a partir do contexto sócio-histórico que legitimou a escravidão negra no Brasil. Disso, resultaram práticas, conscientes e inconscientes, que têm como uma de suas bases um contexto peculiar articulado às ações políticas, econômicas, sociais e culturais que retratam a pessoa negra como desprovida de inteligência, humanidade, capacidade de articulação política, não sendo pensada como alvo de cidadania plena. Nessa teia, ideologias relacionadas à inferioridade e coisificação, legado da escravidão, conformam uma imagem engessada, crônica e naturalizada da população negra numa realidade subalternizada. (ASSIS, 2018, p. 548 e 549)

Com essa prerrogativa a autora desenvolve o conteúdo apontando o Sistema Único de Saúde (SUS) que segundo ela “não está imune a tal fenômeno, já que tem refletidas em seu cotidiano as determinações político-raciais de nossa sociedade” (ASSIS, 2018, p. 549). O

avanço do texto fornece mecanismos para a reflexão sobre como a mulher negra se insere com maior vulnerabilidade no período gestacional. Tais mecanismos fazem referência ao racismo institucional presente nas unidades de saúde e maternidades. Os apontamentos expressos no texto clarificam a forma como este racismo influi sobre a vida dessas mulheres.

Estudos como os de Kalckmann et al. (2007) identificaram expressões verbalizadas para mulheres negras durante o pré-natal e o parto, tais como: “Escutei a recepcionista (pré-natal) falar: negra é como coelho, só dá cria”; “No parto do meu último filho não me deram anestesia”; “O médico nem examinou a gestante negra”. Ou ainda: “No pré-natal, só mandavam emagrecer eu nem sabia o que era eclampsia, quase morri” (Kalckmann et al., 2007, p. 146). A partir disso, tratar a violência obstétrica atrelada ao racismo institucional se torna relevante por externalizar o histórico de violação de direitos aos quais as mulheres negras são submetidas, sobretudo, no período gravídico puerperal. (ASSIS, 2018, p. 549)

A discussão que se segue, aponta a forma como a violência obstétrica possui, de maneira intrínseca o racismo institucional, principalmente a partir da explicação sobre o conceito da violência obstétrica e a forma como ele se desenvolve de maneira desigual para mulheres brancas e mulheres negras. A exemplo, citamos a forma como o índice de mortalidade materna, apontado pela autora como um fator relacionado a violência obstétrica, diminuiu para mulheres brancas e aumentou para mulheres negras. (p. 552).

A autora avança na discussão estabelecendo uma relação mais direta com a interseccionalidade, apresentando definições sobre o tema a partir dos estudos de CRENSHAW (2007). A seguir e relacionado ao tema, a autora discute as considerações de James (2017) sobre racismo nas instituições de saúde e finaliza o tópico inferindo que “pensar a violência obstétrica relacionada às mulheres negras se faz necessário para problematizar as hierarquias nos serviços de maternidade, visando a garantia do direito à assistência adequada para as mulheres negras nos referidos serviços.” (ASSIS, 2018, p. 558).

O texto também traz considerações sobre o movimento negro principalmente o das mulheres negras, com destaque para a Articulação de Organizações de Mulheres Negras no Brasil citando que “conquistas importantes no campo das políticas sociais têm crédito nesse movimento, sobretudo no atual contexto de desmonte sucessivo das políticas sociais e aumento da violência contra a população negra.” (ASSIS, 2018, p. 561). Nas considerações finais, a autora aponta avanços nas políticas públicas, mas ressalta a necessidade de fortalecimento desse campo para atenuar os impactos do racismo institucional demonstrado ao longo do trabalho.

O quarto texto selecionado tem por título: *Mulheres E Seletividade Penal: “Raça” E Classe No encarceramento Feminino, é uma produção a respeito da população carcerária feminina brasileira*. O trabalho inicia apresentando o dado de que a população carcerária

brasileira é a quarta maior do mundo. As autoras discorrem sobre o conteúdo proposto citando dados relacionados ao perfil dessa população, discutindo questões de gênero ligadas aos crimes cometidos por essas mulheres problematizando a condição de subordinação da mulher em relação ao homem nesses espaços. No segundo tópico as autoras discutem a questão racial no processo de encarceramento, pontuando a criminalização das mulheres em maioria negras e pobres.

A escolha deste texto se deu pela possibilidade de vislumbrar os elementos raça, gênero e classe e sua interseccionalidade expressando-se em uma das realidades mais perversas que é a privação da liberdade dos seres humanos. As autoras buscam promover reflexões utilizando como referencial epistemológico o materialismo histórico, pois, há o entendimento que este contribui para revelar a realidade a partir do ato de compreender como esse real ocorre por meio das suas contradições e do seu desenvolvimento durante a história. Portanto, o texto apresenta as classes sociais como determinante dos lugares em que grupos de indivíduos historicamente ocupam no processo de produção social. (2019, p.198)

As autoras apontam a existência de certa negligência por parte de determinados segmentos do Serviço Social em relação a invisibilidade em torno das relações que envolvem a privação da liberdade das mulheres no Brasil. A leitura de uma sociedade marcada e estruturada pelo racismo, comandada pelo patriarcado que impõe o silenciamento, alicerçada por um sistema de classes, é o que torna possível apreender o encarceramento feminino como um elemento ainda mais excludente. Deste modo, para as autoras, há uma necessidade urgente de que os profissionais do Serviço Social apreendam a verdadeira dinâmica do Estado em sua égide penal, dada a condição central da categoria em seu comprometimento com um projeto emancipatório de sociedade e a liberdade humana. (2019, p.208)

Salientamos que a perspectiva da abordagem da interseccionalidade na formação e atuação do assistente social, é parte da necessidade de refletir sobre as expressões da questão social que atinge em maior número as mulheres trabalhadoras com a cor negra. Temos uma parte da população não elegível dentro dos padrões do capital para inclusão do mercado de trabalho, ao que Marx chamou de “supranumerária” ou “exército industrial de reserva”. Mattos (2017, p.717), faz referência a essa “superpopulação relativa como um “produto necessário” da acumulação capitalista, pois se encontra disponível para ser explorado, independente do crescimento numérico da população.

Acreditamos ser pertinente à essa categoria de análise, trazer o compartilhado pelas autoras deste quarto texto analisado, quanto a imperiosidade que há em apreender as diferenças sociais para a construção de uma sociedade com mais igualdade. Elas utilizaram o texto de Audre Lorde (1979), intitulado *As ferramentas do mestre não vão dismantelar a casa grande*:

Como mulheres, nós fomos ensinadas a ignorar nossas diferenças, ou vê-las como causas de separação e suspeita em vez de forças para serem mudadas. Sem comunidade não há libertação, apenas o armistício mais vulnerável e temporário entre um indivíduo e sua opressão. Mas comunidade não deve significar uma queda de nossas diferenças, nem a pretensão patética de que essas diferenças não existem. Aquelas de nós que estão fora do círculo da definição desta sociedade, de mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas no calvário da diferença — aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas — sabem que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender como estar sozinha, impopular e às vezes injuriada, e como criar causa comum com aquelas outras que se identificam como fora das estruturas a fim de definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer. (LORDE, 1979, n.p. Apud PICOLLI & TUMELERO p.208).

Vemos a importância de sinalizar a coadunação da citação com a instrumentalidade no cotidiano do trabalho do assistente social compartilhada por Guerra (2000, p.2), em que a autora refere como sendo “uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais”. Ou seja, permite a sua atuação contextualizada com as realidades existentes (a do profissional e a das usuárias e usuários), de modo a transformá-la, gerando a intencionalidade das suas ações. Por conseguinte, a interseccionalidade se constitui em elemento no campo subjetivo dos assistentes sociais podendo objetivamente para intervenções capazes de romper a estrutura de opressões sobre a qual se sustenta a sociedade.

#### 4.2.3.1 Aplicação do conceito da interseccionalidade

No processo de análise, encontramos 11 artigos que tratam da relação raça, gênero e classe a partir do uso do termo interseccionalidade, enquanto 10 textos não fizeram o uso do conceito para o tratamento da abordagem ao tripé interseccional dos elementos opressores abordados nesta pesquisa.

#### **Quadro 4** - Utilização do termo interseccionalidade nos textos analisados

(numeração do resultado da pesquisa, de acordo com ordenamento do Quadro 1)

Textos que utilizam o conceito interseccionalidade	Textos que não utilizam o conceito interseccionalidade
----	1. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo



2. A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo	----
3. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela	----
4. Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids	----
5. Interseccionalidade e feminismo negro: a violência contra a mulher não é apenas uma questão de gênero	----
6. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica	----
7. O peso do corpo negro feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas	----
8. O saber surge da prática - por um Serviço Social com perspectiva feminista	----
9. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social	
----	10. Ante à radicalização hetero-patriarcal: resistências e possibilidades ético-políticas no Serviço Social
----	11. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais
----	12. Feminismos No Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos E Desafios Organizativos
----	13. Gênero, marxismo e Serviço Social
----	14. Mulheres E Seletividade Penal: “Raça” E Classe No Encarceramento Feminino
15. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista	----
----	16. Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social
----	17. Precarização Do Trabalho Feminino: A Realidade Das Mulheres No Mundo Do Trabalho

----	18. Questão racial e formação profissional em Serviço Social
----	19. Relações Sociais De Sexo, “Raça”/Etnia E Classe: Uma Análise Feminista-Materialista
----	20. Violência, Interseccionalidades E Seletividade Penal Na Experiência De Travestis Presas
----	21. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes
Total: 09	12

Pode-se afirmar, a partir do quadro acima, que uma parte significativa dos artigos analisados trabalham com o conceito de interseccionalidade, o que indica que tal conceito vem sendo considerado importante na literatura sobre a relação gênero, raça e gênero no Serviço Social no Brasil. A propósito, mesmo um texto que não trabalha diretamente com o conceito, como é o caso do texto 1 *Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo* do nosso quadro, apresenta uma abordagem ao racismo entrelaçada com o gênero e a classe como sustentações das relações sociais:

O racismo foi abrindo caminhos para o abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Por esse motivo, buscamos explicitar não ser esse um problema que se limita ao âmbito interpessoal, comportamental, sendo uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a classe demarca lugares sociais. (MADEIRA e GOMES, 2018, p.468)

A emancipação da população negra pressupõe mais do que a dimensão estritamente econômica; ela envolve dimensões culturais, políticas e de valores profundas. Por esse motivo, os indicadores apresentados alertam para a urgência de políticas públicas qualificadas e a necessidade de desnaturalizar e analisar a sociedade de forma a considerar a intersecção entre raça/etnia, gênero e classe social. (MADEIRA e GOMES, 2018, p.477)

As citações demonstram o exercício das autoras quanto a associação do racismo as pautas do gênero e da classe social, portanto, pensando-as de maneira sobrepostas para a compreensão do racismo na estrutura da sociedade.

O texto 2 *A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo* vem com o uso termo interseccionalidade em seu título, abordando o conceito em seu desenvolvimento. Há o entrelace a partir da afirmativa das autoras quanto ao debate sobre a interseccionalidade no Serviço Social ocorrer de forma tímida, em outras palavras há uma crítica quanto ao baixo diálogo sobre esse tema no processo formativo e na academia como um todo. O artigo é apresentado como resultado dos debates propostos na

disciplina curricular, do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Católica de Salvador, intitulada como Questão Social, Gênero, Raça/Etnia e geração. Há o acréscimo das autoras sobre o perfil das assistentes sociais e das estudantes de Serviço Social da região nordeste “de mulheres, sobretudo negras” (CONCEIÇÃO, et. al. 2019, p.01).

Esse texto apreendeu um pouco mais a nossa atenção, pois, nele se expressa a indissociabilidade da interseccionalidade com a questão social. A sobreposição das vulnerabilidades a que estão submetidas as mulheres negras é a representação do que o texto aponta como interseccionalidade, sendo esta sobreposição indissociável da questão social. Em outras palavras, o conceito da interseccionalidade faz parte do trabalho das assistentes sociais porque os elementos opressores que o compõe estão presentes no objeto de trabalho destes profissionais: as expressões da questão social.

As autoras recorrem a Kimberlé Crenshaw (1989), para apresentarem o conceito interseccionalidade em seu uso no artigo, compartilhando a cerne do termo cunhado pela intelectual estadunidense.

Nesse artigo, utilizamos a concepção de Kimberlé Crenshaw (1989), que em sua tese de doutorado, afirma que a interseccionalidade é uma ferramenta metodológica importante para conceituar o problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. (CONCEIÇÃO Et al. 2019, p.02)

No texto, encontramos a explicação em Crenshaw (1989), para a utilização do conceito como uma ferramenta, destacando a sua importância para a compreensão da realidade estrutural da sociedade e suas relações sociais, com as opressões que as circunscrevem em sua confluência. A recorrência de citações as obras de Crenshaw, ocorre em oito dos nove textos analisados que tratam diretamente do conceito de interseccionalidade. Nesse sentido, o tema é fortalecido pela tratativa da autora citada por elas, ao compartilharem:

Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças/etnias, classes e outras. (CONCEIÇÃO Et al. 2019, p.02)

Os elementos opressores compartilhados por Crenshaw (1989), e sua intersecção podem ser vistos e sentidos na realidade brasileira de forma ainda mais aprofundada ao considerarmos o racismo em seu modo fenótico como é o caso do Brasil. Assim, após referirem a intelectual criadora do conceito interseccionalidade, as autoras partilham a respeito da vivência das mulheres negras a partir dos fenótipos.

Essa categoria é condição sine qua non para entender como, nessa sociedade, a violência de gênero só cresce, e afeta, sobretudo, mulheres negras principalmente

àquelas que possuem fenótipos distanciados da lógica eurocêntrica. (CONCEIÇÃO Et al. 2019, p.02)

Nesta perspectiva, encontramos na citação acima a referência das autoras sobre a premissa de compreender a interseccionalidade na sociedade em que vivemos, evidenciando o fenômeno dos fenótipos, pois este se circunscreve no país em que vivemos. Elas avançam e descrevem a forma como o racismo se expressa em relação a mulher negra no campo fenótipo dizendo que “o racismo na vida das mulheres negras tende a determinar quais espaços elas podem compor.” (CONCEIÇÃO et. al, 2019, p.07)

O fortalecimento da discussão a respeito do que é interseccionalidade, da sua relação com o feminismo, coaduna com a necessidade de um olhar mais “atento” às relações raciais, interseccionais que se apresentam no trabalho do assistente social, tendo como norte uma prática reflexiva quanto aos usuários que demandam os seus serviços, sendo este um campo profissional eminentemente composto por mulheres e que atendem mulheres.

Compreender essas questões enquanto conjunto de desigualdades da sociedade é entender que estas estão indissociáveis da questão social, conforme sinalizam segundo Leila Lemos e Caroline Carmo, (2018), tais vulnerabilidades ou opressões se sobrepõem, e, aqui afirmamos que tal fenômeno é o que se denomina de interseccionalidade. (CONCEIÇÃO, Et. Al. 2019, p.2)

Quando se fala em “questão social” não se está falando apenas em suas determinações econômicas, pois as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social, âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social. Produção e reprodução constituem faces de um mesmo sistema produtivo, uma vez que todo modo de produção não pode prescindir da produção de meios de subsistência nem da reprodução de seres humanos. Os processos de produção e reprodução imbricam-se mutuamente e são definidos com base no caráter contraditório das relações de gênero, de “raça” e entre as classes sociais. (COELHO et. al, 2019, p.3)

No âmbito da relação entre o tema e o Serviço Social, a interseccionalidade contribui para a visibilidade do conjunto das expressões da questão social que atingem as pessoas pertencentes a classe trabalhadora, contudo, ainda carece de maior apropriação pela categoria profissional. Deste modo, salientamos que a perspectiva da abordagem da interseccionalidade na formação e atuação do assistente social, é parte da necessidade de refletir sobre as expressões da questão social que atinge em maior número as mulheres trabalhadoras com a cor negra, por isso, a imperiosidade que há em apreender as diferenças sociais para a construção de uma sociedade com mais igualdade.

Por conseguinte, verifica-se a importância de sinalizar a coadunação da citação com a instrumentalidade no cotidiano do trabalho do assistente social compartilhada por Guerra (2000, p.2), em que a autora refere como sendo “uma propriedade e/ou capacidade que a

profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais”. Ou seja, permite a sua atuação contextualizada com as realidades existentes (a do profissional e a das usuárias e usuários), de modo a transformá-la, gerando a intencionalidade das suas ações. Por conseguinte, a interseccionalidade se constitui em elemento no campo subjetivo dos assistentes sociais podendo objetivamente para intervenções capazes de romper a estrutura de opressões sobre a qual se sustenta a sociedade de classes.

#### 4.2.3.2 Centralidade da categoria classe social

A partir do processo de análise dos artigos científicos, a classe aparece como categoria fundamental em 18 dos 21 textos analisados, conforme quadro a seguir:

#### **Quadro 5** - Fundamentalidade da classe nos textos analisados

(numeração do resultado da pesquisa, de acordo com ordenamento do **Quadro 1**)

A classe como categoria fundamental	A classe sendo uma das categorias
1. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo	----
2. A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo	----
----	3. As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela
----	4. Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids
5. Interseccionalidade e feminismo negro: a violência contra a mulher não é apenas uma questão de gênero	----
----	6. Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica
7. O peso do corpo negro feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas	----
8. O saber surge da prática - por um Serviço Social com perspectiva feminista	----
9. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social	----

10. Ante à radicalização hetero-patriarcal: resistências e possibilidades ético-políticas no Serviço Social	----
11. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais	----
12. Feminismos No Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos E Desafios Organizativos	----
13. Gênero, marxismo e Serviço Social	----
14. Mulheres E Seletividade Penal: “Raça” E Classe No Encarceramento Feminino	----
15. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista	----
16. Ordem Patriarcal de Gênero, Mediação e Serviço Social	----
17. Precarização Do Trabalho Feminino: A Realidade Das Mulheres No Mundo Do Trabalho	----
18. Questão racial e formação profissional em Serviço Social	----
19. Relações Sociais De Sexo, “Raça”/Etnia E Classe: Uma Análise Feminista-Materialista	----
20. Violência, Interseccionalidades E Seletividade Penal Na Experiência De Travestis Presas	----
21. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes	----
Total: 18	03

No que tange a relação entre gênero, raça e classe na produção acadêmica analisada, os resultados da análise apontam que as produções sobre esta temática dentro do serviço social se pautam na teoria crítica marxista, como, por exemplo em Cisne (2014): “trabalharemos com uma perspectiva marxista do feminismo, orientada para a estratégia socialista e com uma grande aproximação com o chamado feminismo materialista” (CISNE, 2014, p.135). Por isso, a relação de gênero e raça é apresentada como componente das relações de classe, ou seja, as produções partem da exploração e expropriação, para tratar gênero e interseccionalidade.

Segundo Kergoat (2016, p. 20): “Para que se possa falar em relação social, é necessário que esta domine, oprima e explore”. Nesse sentido, o trabalho das mulheres é trabalho explorado e expropriado, na medida em que elas são força de trabalho disponível para o capital e que as tarefas destinadas à reprodução da própria força de trabalho como cozinhar, lavar, cuidar de crianças, são classificadas socialmente como femininas. A expropriação e a exploração das mulheres na divisão do trabalho sob o capitalismo deixam claro que a figura clássica do trabalhador livre não pode ser definida estritamente pelo masculino. Parafrazeando o título do livro de Elisabeth Souza-Lobo (2011): “A classe operária tem dois sexos”. (ALVES, 2018, p. 275)

Outro aspecto importante na literatura é a diferenciação encontrada nas produções de Alves (2018) e Cisne (2014), sobre relações sociais de sexo, gênero e relações sociais: “Gênero e relações sociais de sexo são distintos, embora, muitas vezes, encontremos textos que os tratam como sinônimos” (CISNE, 2014, p.135). Apontamos ainda sobre esta questão: “A noção de que as relações de trabalho são sexuadas e portadoras de hierarquias de gênero é o ponto inicial para a compreensão da abordagem das ‘relações sociais de sexo’.” (ALVES, 2018, p.274).

Sobre a diferença entre relações sociais de sexo e relações sociais de classe, Cisne (2014), apresenta:

Assim, para entendermos o conceito de rapports sociaux de sexe, é necessário compreender a concepção de relação (no sentido de rapport) social a que está associado. Anne-Marie Devreux (2011, p. 7) localiza a categoria rapports sociaux na perspectiva marxista e afirma que é “uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos”. Nessa mesma perspectiva de compreender o conceito de rapport sociaux no seio do marxismo, Annie Bidet-Morel e Jaques Bidet (2010) reafirmam que rapports sociaux não designam as “simples relações entre indivíduos”, mas dizem respeito às “relações sociais antagônicas”. Ainda segundo os autores, essa perspectiva marxista permite “elucidar a estrutura de classe para compreender a dinâmica histórica” (BIDETMOREL; BIDE, 2010, p. 31, grifos dos autores, tradução nossa). Aqui cabe uma ressalva: a compreensão da importância da estrutura das classes sociais para o entendimento das relações sociais de sexo não significa que estas se reduzem as primeiras, ou seja, “a relação social de sexo não se reduz ao fato de ‘se realizar’ dentro das relações sociais de classe” (BIDET-MOREL; BIDE, 2010, p. 41, tradução nossa) (CISNE, 2014, p.136 e 137)

Na apresentação acima, verificamos que a autora discute sobre as relações de gênero a partir do marxismo, situando-as na estrutura do sistema de classes. Há ênfase sobre as divergências que circunscrevem essas relações, pois, não é o gênero que determina as relações, mas a organização social de classe.

Alves (2018), corrobora a compreensão a respeito das relações sociais de sexo:

O termo relações sociais refere-se justamente a essa perspectiva estrutural das relações entre os sexos. A divisão entre homens e mulheres e as atribuições de poder que repartem esses elementos de forma contraditória são constitutivas da vida social em geral. (ALVES, 2018, p.274 e 275)

A discussão de Alves (2018), também é rica no quesito raça e interseccionalidade pela abordagem da necessidade do recorte racial na discussão das relações de gênero e classe. Cabe

também destaque para o protagonismo do movimento feminista negro apontado pela autora na discussão. Cabe ressaltar que o movimento feminista negro aparece nas produções de análise como protagonistas de discussões teóricas (como é o caso de Alves, 2018) e como forma de resistência da população negra.

A ideia de que o sistema patriarcal é uma forma de dominação dos corpos e da sexualidade das mulheres pelos homens e para proveito deles recebeu das feministas negras um reparo fundamental: à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se a hipersexualização dos corpos das mulheres negras. À maternidade vigiada das mulheres brancas contrapõe-se a negação da maternidade das mulheres negras. O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as como mulheres e reduzindo-as à sua raça. (ALVES, 2018, p.278 e 279)

Esta citação oferta aporte para a compreensão da ordem social vigente e a organização das mulheres negras para o enfrentamento das opressões. As diferenças no tratamento entre mulheres brancas e negras persistem até os dias atuais colocando a exigência do despertar da sociedade para o seu enfrentamento. A sua superação é alcançável por meio da superação do modo de organização social capitalista. Uma vez que, ele seja transformado e o modelo de classes deixar de existir, a classe, determinante da desigualdade, não produzirá mais a questão social.

O estudo desenvolvido neste capítulo de análise, engendrou por eixos da relação raça, gênero e classe na área de Serviço Social no Brasil através dos artigos científicos pesquisados nas bases de dados Scielo, Oasis e Bireme, circunscrevendo o objetivo desta pesquisa em analisar a produção acadêmica sobre a interseção desses elementos. O trabalho analítico evidenciou aspectos relativos à atuação e formação dos profissionais da área, as materializações da questão social e sua relação com o trabalho do Serviço Social, os princípios de atuação e formação do assistente social, o tratamento conceitual dos eixos descritos, a forma como o conceito interseccionalidade é aplicado e a centralidade da categoria classe social.

Encontramos a formação presente na maior parte dos 21 artigos analisados, demonstrando a importância da continuidade formativa dos profissionais do Serviço Social. Tal imperiosidade, alinha-se com as demandas sociais resultantes da questão social e encontra na Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS (Brasília, 2012) os pressupostos para o seu desenvolvimento. A atuação citada em apenas 9 textos é evidenciada quando abordada o lócus de legitimação da profissão.

No que se refere a relação raça, gênero e classe, a categoria interseccionalidade contribuiu para apreender a interseção sobre a maneira que esses elementos estão relacionados.



Foi verificado essa relação como opressora da classe trabalhadora negra do sexo feminino, ainda que não tenham sido verificados em todos os artigos sua ligação ou sobreposição. Pois, a pesquisa relacionou 11 textos que apresentaram a interseccionalidade dos 21 analisados.

No contexto científico deste estudo, a categoria materializações das expressões da questão social trouxe a discussão de como as mulheres negras da classe trabalhadora vivenciam as opressões advindas da estrutura social de exploração da sua força de trabalho. Esta exposição possibilitou apreender alguns exemplos das dimensões desta ordem analítica, de modo a percebê-la no cotidiano destas que compõem a base da pirâmide explorada pela classe dominante.

Conclui-se que a atuação e a formação profissional dos assistentes sociais no Brasil são entrelaçadas pelas demandas sociais decorrentes da organização econômica capitalista, baseada na exploração da força de trabalho de uma classe sobre a outra. Neste modelo, são as mulheres negras pertencentes a classe que vive do trabalho que sofrem as maiores opressões e ocupam o lugar de maior desigualdade. Desta forma, as exigências nos campos de atuação e formação do profissional de Serviço Social se voltam para as dimensões étnico-racial e gênero ligadas a classe social.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou como seu objetivo analisar a produção acadêmica sobre a interseção entre as categorias raça, gênero e classes sociais em periódicos científicos do campo do Serviço Social no Brasil.

No capítulo 2, o tratamento foi direcionado para a área de Serviço Social no Brasil, contextualizando sua relação entre o Estado e o Capital, sua história e os desafios para a atuação e formação. Neste sentido, evidenciamos que a profissão surgiu a partir do processo de industrialização no país na década de 1930, em face das profundas desigualdades provocadas por esse modo de produção.

A sociedade precisava de respostas às suas demandas sociais, enquanto os donos do capital formas de dominar a força de trabalho. Era o contexto do surgimento da questão social e suas expressões, portanto, se produzia a necessidade de utilização de meios redutores dos danos causados. Surgia a profissão de Serviço Social, inserindo-se na divisão social do trabalho, e de políticas públicas, estas promovidas pelo Estado, que visavam subsidiar a ampliação do sistema capitalista e a redução dos danos causados por ele.

No capítulo 3, nosso diálogo se voltou para a relação gênero, raça e classe. Em linha com a realidade do Brasil, dada a sua especificidade de economia periférica e capitalismo tardio, empreendemos demonstrar esses elementos e sua organização na sociedade brasileira. Utilizamos seu processo histórico, que envolve ter sido, no contexto mundial, o último a promover a abolição das pessoas escravizadas. Tal diálogo foi traçado levando em conta a centralidade dessa relação na formação do profissional de Serviço Social no Brasil.

Neste contexto, fizemos a abordagem ao feminismo negro e sua diferença do movimento feminista organizado pelas mulheres brancas. Reportamos o fato da escravidão ter sido marcada por uma rotina que envolvia o abuso sexual e os açoites, violências cometidas por homens brancos, que se valiam da força e do seu lugar patriarcal. Todavia, a história mostra que essa apropriação sobre os corpos femininos escravizados não era algo passivo, havia resistência.

Trabalhamos a teoria sobre o racismo estrutural, uma vez que ela discute a relação entre o racismo, a exploração e a reprodução do capitalismo. Também, dissertamos a respeito do gênero e reprodução, tendo sido considerado a perspectiva de traçar sua localização em uma sociedade organizada em classes sociais. Realizamos a apresentação da conceituação da interseccionalidade como um instrumento teórico-metodológico visando a compreensão a

respeito do racismo estrutural, o capitalismo e o cisheteropatriarcado serem inseparáveis, provocando interseccionalmente opressões de gênero, raça e classe.

O capítulo 4 foi composto da análise da literatura acadêmica sobre a relação raça, gênero e classe na área de Serviço Social, central nesta pesquisa. Esta etapa de análise dos artigos teve por objetivo identificar, em periódicos do campo do Serviço Social no Brasil publicados nas bases digitais, o tratamento da interseccionalidade raça, gênero e classes sociais. Tal identificação foi efetivada a partir da leitura dos textos previamente selecionados na etapa anterior da pesquisa. Para melhor otimizar a análise separamos os resultados por tópicos cujos títulos estão relacionados a interseccionalidade e os seus temas correlatos. O propósito é identificar no material selecionado a relação entre Serviço Social raça, gênero, classe e interseccionalidade.

Fizemos a busca de periódicos científicos do campo do Serviço Social no Brasil nas bases digitais reconhecidas quanto a publicação científica. Tendo em consideração que, para esta profissão, tais elementos são as expressões da questão social, sobre os quais esses profissionais realizam suas intervenções. Utilizamos como ponto de partida o princípio dos estudos científicos serem essenciais para a apreensão da realidade construída historicamente.

Ainda neste capítulo, discorreremos sobre os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa e os resultados alcançados. O percurso percorrido e as bases teóricas, também, foram descritos. O grupo de palavras que foram pesquisadas estão expostas no quadro 1 e, logo em seguida, explicamos como se deu a busca. O resultado relacionado ao número de artigos encontrados e o escrutínio feito estão demonstrados na tabela 1.

Um importante componente deste estudo se deu no processo de análise dos artigos acadêmicos sobre a relação raça, gênero e classe no Serviço Social. Durante esta fase, nos debruçamos em analisar os 21 artigos que circunscreveram esse estudo, separando-os em dois eixos estruturantes, a saber: princípios de atuação e formação do assistente social; e, tratamento conceitual da relação classe, gênero e raça. Trabalhamos subeixos advindos das produções científicas, como materializações da questão social no trabalho do Serviço Social, aplicações do conceito da interseccionalidade e a centralidade da categoria classe social, que muito contribuíram para este processo analítico.

Através da análise dos artigos científicos foi possível realizar o estudo do objeto desta pesquisa, a interseção entre as categorias raça, gênero e classes sociais no campo do Serviço Social no Brasil, no qual apresentou evidências sobre a importância sistemática de qualificação

deste campo a fim de acompanhar a dinâmica da sociedade, pois, a questão social através das suas expressões tende a ser o elemento provocador dessa busca constante. Enquanto o lugar da prática surge como legitimador da profissão, por meio das intervenções profissionais ao produzirem respostas as demandas dos usuários. Foi encontrado o número maior de artigos que abordam a formação em comparação aos que tratam sobre a atuação. Ao lê-los, foi possível evidenciar a formação como componente necessário a toda trajetória das e dos que se propõem o engendramento por esta profissão.

Torna-se relevante expor que, dentre outras, as opressões de raça e gênero e a exploração de classe surgem como expressões da questão social, sobre as quais os profissionais de Serviço Social fazem as suas intervenções. Elas surgem como materializações da diferença de classes provocada pelo capital, a chamada questão social. Assim, para a área do Serviço Social torna-se fundamental o aprendizado teórico-crítico possibilitador da leitura da realidade social, a fim de que suas elaborações se tornem meios de respostas e transformação societária.

Os artigos científicos analisados apontaram que a literatura da área descreve os enfrentamentos do profissional em seu cotidiano laboral, como materializações da questão social, em particular, no caso da nossa pesquisa, a relação raça, gênero e classe. Encontramos: violência obstétrica; violência de gênero; saúde da mulher negra em geral; encarceramento; estereótipos e apropriações culturais; desigualdade salarial no mercado de trabalho; precarização do trabalho, em especial a uberização; e a desigualdade nas ocupações geradas pela divisão social do trabalho.

Como princípios de atuação e formação do assistente social, o estudo analítico demonstrou que as produções acadêmicas tratam, também, dos princípios norteadores da atuação profissional, a saber, teórico-metodológica, ético política e técnico operativa; destacando que eles estão inseridos no Projeto Ético Político da profissão do Serviço Social, tendo a teoria crítica marxista como direção hegemônica e como seu princípio técnico operativo a utilização de instrumentos e métodos para a intervenção na realidade social. Em suma, a discussão sobre as relações de gênero a partir do marxismo é apontado como categoria central da relação entre gênero e Serviço Social e essencial para a profissão.

No âmbito da relação entre o tema e o Serviço Social, a interseccionalidade contribui para a visibilidade do conjunto das expressões da questão social que atingem as pessoas pertencentes a classe trabalhadora, contudo, ainda carece de maior apropriação pela categoria profissional. No que tange a relação entre gênero, raça e classe na produção acadêmica

analisada, os resultados da análise apontam que as produções sobre esta temática dentro do Serviço Social se pautam na teoria crítica marxista.

Apesar dos esforços em aprofundar os estudos a partir da análise realizada, observa-se a necessidade e importância que há na continuidade do estudo sobre a relação gênero, raça e classe na formação e atuação do Serviço Social no Brasil. A literatura analisada e o processo reflexivo desenvolvido a respeito das expressões da questão social e como ocorrem as suas materializações no contexto da interseccionalidade dão origem ao interesse em aprofundar o tema em trabalhos futuros.

O estudo mostrou que a discussão sobre a interseccionalidade na formação dos assistentes sociais no Brasil é importante, pois, a ampliação do escopo da atuação dos profissionais se faz uma necessidade permanente dentro do modelo de sociedade capitalista que esta rotineiramente em atualização. Assim como para a superação dos elementos opressores (racismo, machismo, desemprego, trabalho precarizado e desigualdade salarial) utilizados de maneira sobrepostas, adensando as vulnerabilidades sobre as mulheres negras trabalhadoras, as mantendo na base da pirâmide social.

Doravante, aspectos relacionados a posição da mulher nessa sociedade sob a perspectiva da interseccionalidade, o reconhecimento do perfil da categoria profissional de Serviço Social (enquanto mulheres negras), da necessidade de considerar a interseccionalidade no campo da formação e prática profissional do serviço social, entre outros, que preliminarmente foram tratados aqui, mas que carecem de reflexões e debates futuros.

Cabe ressaltar que, o retorno dado nessa pesquisa denota, a princípio, que a categoria assistente social, quanto profissão, anexada ao termo teórico interseccionalidade e suas variações, pode suscitar hipóteses quanto a não produção de conhecimento sobre o objeto dessa pesquisa, interseccionalidade, em subjacente ao termo assistente social, nomeador do profissional graduado em Serviço Social e, devidamente, registrado no Conselho de Classe da categoria.

Assim, longe de concluir o assunto tratado nesta pesquisa, o trabalho atual buscou apresentar reflexões para projetos futuros, na perspectiva da sua continuidade e do aprofundamento do estudo sobre a relação entre gênero, raça e classe na formação e atuação do assistente social no Brasil.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2016, n. 127 pp. 456-475. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282016000300456&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000300456&lng=en&nrm=iso) e <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.080>. Acesso em: 05 out. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. **O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961.** Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008. Disponível em: Maria Angela de Andrade\_ METODOLOGISMO E DESENVOLVIMENTISMO DO SESO BRASILEIRO.pdf — Documento PDF, 207 KB (212612 bytes). Acesso em: 14 nov. 2021.

ASSIS, Jussara Francisca de. **Interseccionalidade, racismo institucional e direitos humanos: compreensões à violência obstétrica.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2018, n. 133, pp. 547-565. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.159>>. ISSN 2317-6318. Acesso em: 15 nov. 2021.

ALVES, Andrea Moraes. **Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social.** Revista Serviço e Social n° 132. São Paulo/S.P. Mai./Ago. 2018. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/0101-6628.141>> Acesso em: 10 nov. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade / Carla Akotirene.** -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade\\_%28Feminismos\\_Plurais%29\\_-\\_Carla\\_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_%28Feminismos_Plurais%29_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 02 out. 2020.

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2018, n.133, pp. 446-462. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282018000300446&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300446&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/0101-6628.153>. Acesso em: 16 out. 2020.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?** Revista outubro, n. 32, 1º semestre de 2019. Disponível em: <

[http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2019/09/04\\_Bhattacharya.pdf](http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf)>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. 1ª Edição, São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Fundação Osvaldo Cruz. **RADIS: Comunicação e Saúde, número 192, setembro**. Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP / Fiocruz, 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29203>> Acesso em: 10 nov. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Política de Saúde no Brasil. “As Políticas de Seguridade Social Saúde”**. In: CFESS/CEAD. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo III: Política Social. Brasília: UnB – CEAD/CFESS, 2000 e “A Política de Saúde no Brasil: trajetória histórica”. In: Capacitação para Conselheiros de Saúde – textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

CAMPOS, Kamila de Mesquita. **O acesso à informação pública e as novas tecnologias de informação e comunicação sob o neoliberalismo no Brasil: os Portais de Transparência como instrumento ideológico**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estud. Av. [online]. 2003, vol. 17, n.49, pp. 117-133. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/S0103-401420030003000008>. Acesso em: 16 out. 2020.

CASTRO, Ramón Peña. **O sistema-tipo capitalista** (apostila).

\_\_\_\_\_. **Considerações sobre a crise atual** (Texto para debate, EPSJV, 2011).

CELESTINO, SABRINA. **Políticas Públicas e Forças Militares: contribuições para a análise do tema**. Revista Silva. Humanidades em Ciências Militares, v. 1, p. 3-15, 2017. Disponível em: <http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/pt/edicao-anteriores/2-uncategorised/32-sabrina-celestino>. Acesso em maio/2021.

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social. V.8. São Paulo: Cortez, 2018.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** Aprovado em 13 de março de 1993. 10ª Ed. Rev. e Atual. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Brasília, 2010. Disponível: [http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLAÇÃO\\_E\\_RESOLUCOES\\_AS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/LEGISLAÇÃO_E_RESOLUCOES_AS.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.** Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf). Acesso em: 28 fev. 2022.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2018, n. 132, pp. 211-230. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.138>>. ISSN 2317-6318. Acesso em: 10 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Relações Sociais De Sexo, “Raça”/Etnia E Classe: Uma Análise Feminista-Materialista.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

COELHO, Angela Carvalho de Almeida. Et. Al. **Questão racial e formação profissional em Serviço Social.** Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, V. 05, ed. especial, mai. 2019, artigo no 1466, e-ISSN: 2525-7870. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relault/article/view/1466>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

COLLINS, Patrícia Hilo. **O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso.** Cadernos Pagu [online]. 2017, n.51, e175118. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>>. Epub 18 Dez 2017. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CONCEIÇÃO, Clara Maiana Neves da. Et. Al. **A interseccionalidade e o feminismo negro: as diversas formas de segregações a partir do Colorismo.** Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica- SEMOC, Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2019. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1266>> Acesso em 10 nov. 2021.



COSTA, Tatiane Cruz Leal. **A Invenção da Sororidade: sentimentos morais, feminino e mídia**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação). UFRJ. Disponível em: [http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses\\_dissertacoes\\_interna.php?tease=20](http://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=20). Acesso em 16 de out. 2020.

CRENSHAW, 1989, p. 140 apud STELZER, Joana; KYRILLOS, Gabriela M. **Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos**. Revista Direito e Práxis, Aheadofprint, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [www.e-publicacoes.uerj.br](http://www.e-publicacoes.uerj.br) e DOI: 10.1590/2179-8966/2020/44747. Acesso em: 20 out. 2020.

CRENSHAW, Kimberléd. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas [online]. 2002, v. 10, n. 1, pp. 171-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Epub 18 Set 2002. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 29 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

DANTAS, A e PRONKO, M. **Estado e dominação burguesa: revisitando alguns conceitos**. In: STAUFFER, A. B. et al (org.), Hegemonia burguesa na educação pública. Rio de Janeiro, EPSJV. p. 73-96, 2018.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Recurso Digital. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod\\_resource/content/0/Angela%20Davis\\_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mulheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf). Acesso em: 02 out. 2020.

DIAS, Jussara; GIOVANETTI, Márcia R.; SANTOS, Naila J. Seabra. **Perguntar não ofende. Qual é a sua cor ou raça/etnia? responder ajuda a prevenir**. São Paulo; CRT-DST/AIDS; 2009. 17. Recurso Digital. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/crt-6876>. Acesso em: 06 set. 2020.

DIAS, Sheila Almeida. **Serviço Social E Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. Revista Temporalis, Brasília (DF), v. 15, n. 29, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7182>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

EURICO, Márcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2013, n.114, pp.290-310. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282013000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000200005&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000200005>. Acesso em: 10 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2018, n.133, pp.515-529. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282018000300515&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000300515&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/0101-6628.157>. Acesso em: 10 out. de 2020.

FAERMANN, Lindamar Alves. **Teoria social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social.** Serviço Social em Revista, v. 18, n. 2, p. 34-51. Internet. Disponível em: DOI: 10.5433/1679-4842.2016v18n2p34. Acesso em: 12 out. 2020.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Violência, Interseccionalidades E Seletividade Penal Na Experiência De Travestis Presas.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 99-117, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7359>> Acesso em: 10 nov. 2021.

FIGUEIREDO, Ângela. **Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira.** Rev. Direito Práx. [online]. 2018, vol.9, n.2, pp.1080-1099. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2179-89662018000201080&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662018000201080&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942>. Acesso em: 12 out. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

\_\_\_\_\_. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

\_\_\_\_\_. **Cultura, Etnicidade e Trabalho: Efeitos Lingüísticos e Políticos da Exploração da Mulher.** 8o. Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburg 1979.

[https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura\\_etnicidade\\_e\\_trabalho.pdf](https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf)  
Acesso em m junho/2021.

GRAMSCI, A. **A ciência da política e Estado e Sociedade Civil**. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). O leitor de Gramsci. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 248-289, 2011.

GURGEL, Telma. **Feminismos No Brasil Contemporâneo: Apontamentos Críticos E Desafios Organizativos**. Revista TEMPORALIS, v. 14, n. 27, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7185>> Acesso em: 10 nov. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Marilda Villela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS; ABEPSS. (org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1. ed. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

IASI, M. L. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (orgs.). Financeirização, fundo público e política social. São Paulo: Cortez. p. 285-317, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **PNAD Continua, 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-re-giao-persistem>. Acesso em: 06 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **PNAD Continua, 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25879-pretos-ou-pardos-representam-dois-tercos-dos-subocupados-em-2018>. Acesso em: 16 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019** /IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos - Relatório técnico preliminar.** Rio de Janeiro: IBGE; 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/estudos-sociodemograficos-e-analises-espaciais-referentes-aos-municipios-com-a-existencia-de-comunidades-remanescentes-de-quilombos-relatorio-tecnico-preliminar-ibge/view>. Acesso em: 15 out. 2020.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê mulher: 2019** / orgs. Flávia Vastano Manso e Vanessa Campagnac. — 14. ed. — Rio de Janeiro: RioSegurança, 2019. 115 p.: il.; 23 cm. — (Série Estudos; 2). Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.

LAVINAS, L. **Os Desafios da financeirização para os sistemas de proteção social.** In: RODRIGUES, P.; SANTOS, G. Políticas e riscos sociais no Brasil e na Europa; pp. 179-204, 2017.

LEMOS, Leila Ribeiro. SOUZA, Caroline Ramos do Carmo de. **Interseccionalidade E Feminismo Negro: A Violência Contra A Mulher Não É Apenas Uma Questão De Gênero.** ANAIS – 21ª SEMOC, Salvador, 22 a 26 de outubro de 2018. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1047>> Acesso em: 10 nov. 2021.

LISBOA, Teresa Kleba. OLIVEIRA, Catarina Nascimento de. **O saber surge da prática - por um Serviço Social com perspectiva feminista.** Revista Grifos n. 28, 2019. Disponível em: <<http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4468>> Acesso em: 10 nov. 2021.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista.** 4a ed. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, M. C. **O serviço social como especialização do trabalho coletivo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília, DF: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

MADEIRA, Zelma e Gomes, OLIVEIRA Daiane de. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2018, n. 133, pp. 463-479. ISSN 2317-6318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.154>. Acesso em 10 nov. 2021

MATTOS, M. B. **A lei geral da acumulação capitalista e as relações de trabalho na atualidade.** In: PAÇO, A. S. et al (coord.), Trabalho, acumulação capitalista e regime político no Portugal contemporâneo. Lisboa: Edições Colibri, p. 113-133, 2017.

MARQUES JUNIOR, J.S. **Questão Racial e Serviço Social: Um Olhar Sobre a Produção Teórica Antes e Depois de Durban.** Libertas (UFJF. Online), v.13, p.1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18261/9502>. Acesso em: 10 out. 2020.

MARX, K. **O Capital.** Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989 (caps. 4, 5 e 6).

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O 18 Brumário e as Cartas a Kugelman.** 6ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política.** Coleção “Os Pensadores”, trad. De Jose Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo, Abril Cultural, 1985.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga & RAMAO, Silvia Regina. **Histórias de resistência de mulheres negras.** Rev. Estud. Fem. [online]. 2005, vol.13, n.3, pp.567-583. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2005000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300006&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300006>. Acesso em: 10 out. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2017, n.128, pp.39-53. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282017000100039&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100039&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>. Acesso em: 10 out. 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: BRANDÃO, A. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Precarização Do Trabalho Feminino: A Realidade Das Mulheres No Mundo Do Trabalho**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 39-56, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6779>> Acesso em: 10 nov. 2021.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

PAIXAO, Marcelo & GOMES, Flávio. **Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2008, vol.16, n.3, pp.949-969. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300014&lng=en&nrm=iso) e <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300014>.<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1170>. Acesso em 27 out. 2020.

PATRIARCHA, Taynara Fitz. FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade. **Ordem Patriarcal De Gênero, Mediação E Serviço Social**. Revista ex aequo n. 37, 2018 (Fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.08>> Acesso em: 10 nov. 2021.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Estado, sociedade e esfera pública**. In: CFESS; ABEPSS. (org.). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. 1. ed. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/8jWy8e5p39eA46R2v6H9.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PIANA, M.C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

PICOLLI, Ana Clara Gomes. TUMELERO, Silvana Marta. **Mulheres E Seletividade Penal: “Raça” E Classe No Encarceramento Feminino**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 196-211, jul./dez. 2019. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24073>> Acesso em: 10 nov. 2021.

POCHMANN, Marcio. **O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. In: BEDIN, Gilmar Antonio (org.). Reestruturação produtiva, desemprego no Brasil e ética nas relações econômicas. Ijuí, Unijuí, 2000.

POULANTZAS, N. **As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças (segunda parte)**. In: O Estado, o Poder, o Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, p. 125- 164, 2000.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. Et Al. **Grupo Temático De Pesquisa Serviço Social, Relações De Exploração/Opressão De Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades: Breve Histórico E Desafios**. Revista TEMPORALIS, v. 14, n. 27, 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7978>> Acesso em: 10 nov. 2021

RAMOS, Marise. **Filosofia da Práxis e Práticas Pedagógicas de Formação de Trabalhadores**. Trabalho & Educação (UFMG), v. 23, p. 207-218, 2014.

REZENDE, D. L. **Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda**. Pensamento Plural (UFPEL), v. 17, p. 07-27, 2015.

ROSA, Alexandre Reis. **Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil**. Rev. adm. contemp. [online]. 2014, vol.18, n.3, pp.240-260. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552014000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552014000300002&lng=en&nrm=iso) e <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141085>. Acesso em: 14 out. 2020.

SABBADINI, Francisco Santos. **Análise do Processo Decisório sob a perspectiva da Racionalidade Limitada e da Formação de Conceitos: o Caso da SGB-1**. II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGet 2005. Disponível em: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/22\\_artigo.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos05/22_artigo.pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil (1ª ed.)**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos**. Rev. Bras. Educ. vol.12, n.34, Rio de Janeiro, Jan./Abr. 2007, p. 152-165.

SILVA, Susana Maria Veleda da. TEDDE, Rafael Moura. **As trabalhadoras negras em atividades de serviços de limpeza: um olhar que desvela**. Revista Latino americana de Geografia e Gênero v. 10 n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10889>. Acesso em: 18 nov. 2021

SILVA, Poliana Machado Gomes da. **Ante À Radicalização Hetero-Patriarcal: Resistências E Possibilidades Ético-Políticas No Serviço Social**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 180-195, jul./dez. 2019. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24119>> Acesso em: 10 nov. 2021.

SIMÕES, Pedro. **Assistentes sociais no Brasil: um estudo a partir das Pnads**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2012. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=ZkpiHSXbk-MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=ZkpiHSXbk-MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 16 out. 2020.

SOARES, Fabio Montalvão. **A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo**: Guattari e Negri. Fractal, Rev. Psicol. [online]. 2016, vol.28, n.1, pp.118-126. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922016000100118&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000100118&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 11 out. 2020.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero, Marxismo E Serviço Social**. Revista Temporalis, v. 14, n. 27, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429>> Acesso em: 10 nov. 2021.

TAQUETTE, Stella R. **Interseccionalidade de gênero, classe e raça e vulnerabilidade de adolescentes negras às DST/aids**. Revista Saúde E Sociedade V. 19 N. SUPL.2, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29690>>. Acesso em 10 nov. 2021.

VARGAS, Hustana. **Ensino Superior em Expansão: mudanças no perfil socioeconômico do alunado?** Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11148@1>. Acesso em: 11 out. 2020.

WOOD, E. M. **A separação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo**. In: Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, p.27-49, 2003.